

**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
**Companhia Nacional de Abastecimento – Conab**

**SUREG RJ**

**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2012**

**Rio de Janeiro – 2013**

**Elaboração: Ana Lúcia Santos Gonçalves Rocha**

**Colaboração: Álvaro Roberto Ennes Pereira**  
**Cláudio Chagas Figueiredo**  
**Haydée Moreira Zamboti**  
**Luciana Diniz de Oliveira**  
**Paulo Roberto Batista dos Santos**  
**Rejane Maria Coelho Bezerra**

**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
Companhia Nacional de Abastecimento – Conab  
SUREG RJ**

**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2012**

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63 de 1º de setembro de 2010, das DN TCU nº 119 de 18 de janeiro de 2012 e nº 121 de 13 de junho de 2012, da Portaria TCU nº 150 de 3 de julho de 2012 e Portaria CGU nº 133 de 18 de janeiro de 2013.

**SUREG RJ**

**Rio de Janeiro – 2013**

## Sumário

<b>Lista de Siglas.....</b>	<b>4</b>
<b>Lista de Quadros.....</b>	<b>6</b>
<b>Lista de Figuras.....</b>	<b>6</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>7</b>
Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF.....	8
Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP (compra).....	8
Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa – PEPRO .....	8
Venda em Leilão Público.....	8
Venda em Balcão.....	8
Principais indicadores de desempenho.....	8
Principais indicadores de desempenho.....	8
<b>1. INFORMAÇÕES BÁSICAS.....</b>	<b>9</b>
1.1. Informações gerais sobre a UJ.....	9
1.2. Planejamento Estratégico e seus principais Macroprocessos.....	10
<b>2. ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO.....</b>	<b>14</b>
2.1. Análise sobre o Ambiente de Gestão.....	14
2.2. Análise sobre o Ambiente de Negócios.....	15
<b>3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA.....</b>	<b>18</b>
3.1. Análise das principais ações ligadas à compra e a subvenção.....	18
3.2. Análises dos Programas de Sustentação de Renda.....	18
3.2.5. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.....	19
3.3. Principais indicadores de desempenho.....	21
<b>4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO.....</b>	<b>23</b>
4.1. Análise das principais ações ligadas à venda.....	23
4.2. Análises das ações de Venda Direta de Produtos com subvenção e sem subvenção.....	24
4.2.3. Valor para Escoamento do Produto – VEP.....	24
<b>5. ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO.....</b>	<b>26</b>
5.1. Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – Prohort.....	26
<b>6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....</b>	<b>28</b>
6.1. Armazenagem de Produtos Agrícolas.....	28
6.3. Classificação de Produtos Agrícolas.....	29
6.4. Principais indicadores de desempenho.....	30
<b>7. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO.....</b>	<b>31</b>
7.1. Análise sobre a situação dos armazéns utilizados pela Conab.....	31
7.2. Análise das ações de fiscalização de estoques públicos.....	34
7.4. Principais indicadores de desempenho.....	36
<b>8. GESTÃO TECNOLÓGICA.....</b>	<b>37</b>
8.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.....	37
<b>9. GESTÃO ESTRATÉGICA.....</b>	<b>39</b>
9.1. Análise da implantação do Plano de Gestão Estratégica da Empresa.....	39
<b>10. GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES.....</b>	<b>41</b>
10.1. Análise dos principais resultados do Projeto SigaBrasil.....	41
10.3. Análise dos principais resultados da Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras.....	41
<b>11. GESTÃO DE PESSOAS.....</b>	<b>45</b>
11.1. Alocação de Servidores.....	45

---

11.2. Comunicação na Instituição.....	45
11.3. Clima Organizacional e Ambiente de Trabalho.....	46
11.4. Ações de Conhecimento e Aprendizagem.....	46
11.5. Informações sobre recursos humanos da Conab.....	47
11.6. Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	53
11.7. Previdência Complementar (Cíbrus).....	54
Identificação da Unidade (Entidade).....	54
<b>12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL.....</b>	<b>60</b>
12.1. Programas e Ações do PPA.....	60
12.2. Restos a Pagar.....	64
12.5. Demonstrações Contábeis .....	64
12.7. Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	65
<b>13. GOVERNANÇA E CONTROLES .....</b>	<b>66</b>
13.1. Controle Interno da UJ .....	66
13.2. Deliberações do TCU e CGU.....	67
13.3. Auditoria Interna.....	67
<b>Resultados e Conclusões.....</b>	<b>76</b>
<b>ANEXO I - Demonstrações Contábeis.....</b>	<b>79</b>

## Lista de Siglas

AGF	Programa de Aquisições do Governo Federal
ATR	Aviso de Transporte
AUDIN	Auditoria Interna
CASERJ	Companhia de Armazéns e Silos do Estado do Rio de Janeiro
CDA	Código do Armazém
CEASA	Centrais de Abastecimento
CENTREINAR	Centro Nacional de Treinamento em Armazenagem
CFP	Companhia de Financiamento da Produção
CGU	Controladoria Geral da União
CI	Comunicação Interna
CIBRAZEM	Companhia Brasileira de Armazenagem
CIBRIUS	Instituto Conab de Seguridade Social
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentos
COEP	Comitê no Combate a Fome e Pela Vida
COJUR	Consultoria Jurídica
CONAB	Companhia nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho de Segurança Alimentar
DEST	Departamento de Empresas Estatais
DFDA	Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário
DIPAI	Diretoria de Política Agrícola e Informações da Conab/Matriz
DPU	Defensoria Pública da União
EFPC	Entidade Fechada de Previdência Complementar
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENCAL	Empresa Nacional de Classificação e Análise
FUNARBE	Fundação Arthur Bernardes
GAPAA	Grupo de Acompanhamento e Controle Social das Ações do Programa de Aquisição de Alimentos
GEASA	Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras da Conab/Matriz
GEAUD	Gerência de Auditoria da Conab/Matriz
GECAP	Gerência de Capacitação e Desenvolvimento da Conab/Matriz
GECAR	Gerência de Carreiras e Remuneração da Conab/Matriz
GECUP	Gerência de Custos de Produção da Conab/Matriz
GEFAD	Gerência de Finanças e Administração da Conab/Sureg/RJ
GEHOR	Gerência de Modernização do Mercado Hortigranjeiro da Conab/Sureg/RJ
GEJUR	Gerência Jurídica da Conab/Sureg/RJ
GEOSE	Gerência de Operações e Suporte Estratégico da Conab/Sureg/RJ
GEOTE	Gerência de Geotecnologia da Conab/Sureg/RJ
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
INPC	Índice Nacional de Preço ao Consumidor
IPCA	Índice de Preço
IPEM	Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro
LNT	Levantamento de Necessidades de Treinamentos
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MI	Ministério da Integração
MOC	Manual de Operações de Serviços de Classificação
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAAS	Plano de Ação para a Agropecuária Sustentável
PCCS	Plano de Cargos, Carreiras e Salários
PDV	Plano de Demissão Voluntária
PEP	Prêmio de Escoamento de Produto

PEPRO	Prêmio Equalizador Pago ao Produtor
PGPAF	Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PMTI	Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação
PNUD	Programas das Nações Unidas do Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PPRA	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
PREVIC	Superintendência Nacional de Presidência Complementar
PROGE	Procuradoria Regional da Conab/Matriz
PROHORT	Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
PRORE	Procuradoria Regional da Conab/Matriz
REFAP	Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos
RENAPSI	Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração
RP	Regulamento de Pessoal
RH	Recursos Humanos
RS	Rio Grande do Sul
RTA	Responsável Técnico Agrônomo
SEADE	Setor Administrativo, de Desenvolvimento e de Recursos Humanos da Conab/Sureg/RJ
SEASDH	Secretaria de Estado Assistência Social e Direitos Humanos
SECOF	Setor contábil e financeiro da Conab/Sureg/RJ
SEGEO	Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta da Conab/Sureg/RJ
SEOPI	Setor de Operações de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento da Conab/Sureg/RJ
SESC	Serviço Social do Comércio
SETRAB	Secretaria de Tradições Afro-Brasileiras
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISAC	Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUFIN	Superintendência Financeira da Conab/Matriz
SUFIS	Superintendência de Fiscalização de Estoques da Conab/Matriz
SUGEP	Superintendência de Gestão de Pessoas da Conab/Matriz
SUGOF	Superintendência de Gestão da Oferta da Conab/Matriz
SUREG	Superintendência Regional
SUINF	Superintendência de Informações do Agronegócio da Conab/Matriz
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TR	Taxa Referencial
UA	Unidade Armazenadora
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UJ	Unidade Jurisdicionada
UNACOOP	União das Associações e Cooperativas de Pequenos Produtores Rurais do Estado do Rio de Janeiro
VEP	Valor do Escoamento do Produto

**Lista de Quadros****Página**

Quadro 1.1	Identificação da UJ	9
Quadro 3.1	Aquisições por meio da CPR-Doação (MDS e MDA)	19
Quadro 3.2	Aquisições por meio da CPR-Estoque (MDS e MDA)	19
Quadro 3.3	Dez maiores operações na CPR-Doação	20
Quadro 3.4	Dez maiores operações na CPR-Estoque	20
Quadro 4.1	Demonstrativo de Comercialização de VEP	24
Quadro 4.2	Dez maiores operações de VEP	25
Quadro 4.3	Demonstrativo Geral das Aquisições e Vendas dos Estoques	25
Quadro 5.1	Demonstrativo dos Mercados Hortigranjeiros – Ceasas	27
Quadro 5.2	Comercialização realizada nos Mercados Hortigranjeiros	27
Quadro 6.1	Estoque de Terceiros Armazenados nas Unidades Próprias	28
Quadro 6.2	Resultado dos Serviços de Armazenagem	29
Quadro 7.1	Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns	31
Quadro 7.2	Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias	32
Quadro 7.3	Obras realizadas nas Unidades Armazenadoras	33
Quadro 7.4	Capacidade Estática de Armazenagem x Demanda	34
Quadro 11.1	Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	47
Quadro 11.2	Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12	48
Quadro 11.3	Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ	48
Quadro 11.4	Quantidade de servidores da UJ por faixa etária	49
Quadro 11.5	Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade	49
Quadro 11.6	Composição do Quadro de Estagiários	50
Quadro 11.7	Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	50
Quadro 11.8	Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	51
Quadro 11.9	Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	52
Quadro 12.1	Ações orçamentárias da UJ	60
Quadro 12.2	Ações de outros órgãos, executadas pela UJ	62
Quadro 12.3	Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	64
Quadro 12.4	Balanço Patrimonial	79
Quadro 12.5	Quadro 12.5 - Demonstração dos Fluxos de Caixa	81
Quadro 12.6	Quadro 12.6 - Demonstração do Resultado do Exercício	82
Quadro 12.7	Quadro 12.7 - Demonstração do Valor Adicionado	83
Quadro 12.8	Quadro 12.8 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	84
Quadro 12.9	Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	65
Quadro 13.1	Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	66

**Lista de Figuras**

Figura 13.1	Gráfico das Ações de Auditoria	72
Figura 13.2	Relatórios de Auditoria do Exercício de 2012	72
Figura 13.3	Descrição das Categorias	73
Figura 13.4	Gráfico de Quantidade de Recomendações por Tipo	74
Figura 13.5	Gráfico de Quantidade de Recomendações por Categoria	74
Figura 13.6	Gráfico de Recomendações por Subcategorias	75



## Introdução

Este Relatório contempla os atos de gestão praticados pela Superintendência Regional do Rio de Janeiro, da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, durante o exercício de 2012.

O documento foi elaborado de acordo com a Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União – DN TCU nº 119/2012, de 18/01/2012. A Conab atenderá aos itens da Parte C – Informações Customizadas da Conab.

A Companhia Nacional de Abastecimento é uma empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento autorizada pela Lei 8.029, de 12.04.90, e criada pelo atual Decreto 4.514 de 13.12.2002, fruto de uma fusão das empresas Companhia de Financiamento da Produção, Companhia Brasileira de Alimentos e Companhia Brasileira de Armazenagem. Seus objetivos sociais incluem o acompanhamento da produção agrícola no País, em todas as suas diversificadas ordens, de forma a cumprir a meta de atender as necessidades brasileiras, em todos os sentidos, dos seus produtores agrícolas.

Sua missão institucional é contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícolas e de abastecimento.

A vocação agrícola do Estado do Rio de Janeiro é eminentemente de produtos hortifrutigranjeiros, com pequenas propriedades em diversos municípios. O Estado não tem a sua autosuficiência nas suas necessidades de abastecimento. Muitos produtores de aves procuram a CONAB na ânsia de verem suas pretensões na facilidade de aquisição de milho, para atender a constante demanda do produto.

É fundamental para o Estado, a concretização da construção de uma unidade armazenadora de grãos na cidade de Três Rios, objeto já de uma licitação, por se encontrar numa região onde se encontram inúmeros produtores que, frequentemente, têm se socorrer em adquirir produtos de outras Unidades da Federação.

A Superintendência Regional do Rio de Janeiro procura contribuir com a realização de programas sociais governamentais que possam se adequar às necessidades dos produtores e consumidores locais, com o fornecimento de cestas básicas de alimentos adquiridos mediante critérios estabelecidos por normas próprias, de forma a atender os interesses sociais de cada região e de cada localidade fluminense.

Em 2012 a CONAB teve oportunidade de atender pedidos de populações atingidas por catástrofes naturais no Estado, realizado com a ajuda da Defesa Civil, que se incumbiu de fazer chegar as cestas nas localidades necessitadas.

Destacamos que o PAA tem sido o grande programa social levado a efeito no Estado do Rio de Janeiro, em razão até da sua característica de ser uma unidade federativa não tão desenvolvida no aspecto agrícola, que permita os pequenos produtores darem vazão à sua produção, por menor que seja. A CONAB aqui tem sido, e continua sendo um braço forte no apoio aos municípios fluminenses que não dispõem de grandes recursos destinados a investir em prol dos produtores agrícolas. Os programas desenvolvidos por esta Regional, com destaque para o PAA, os objetivos sociais do Governo federal tem sido atendidos em sua plenitude.

A seguir, no desenvolvimento do presente relatório, será possível verificar, em detalhes, a boa análise que foi feita a respeito de cada item destacado pela Companhia Nacional de Abastecimento, visando a cumprir a sua meta anual de bem esclarecer os órgãos de fiscalização interna e externa da empresa.

Há muito o que se fazer ainda, no aspecto agrícola, num país que se diz a sexta economia do mundo.

A seguir estão indicados os itens requeridos pela Parte C da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e Art 4º da Decisão Normativa nº 121/2012 que não constam no presente documento, assim como a correspondente justificativa:

Descrição		Justificativa
<b>1. Informações Básicas</b>		
1.1	Nome do auditor independente	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
	Descrição e composição da estrutura de governança corporativa	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
	Membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Colegiada, Presidente, Diretor de Operações e Abastecimento, Diretor de Política Agrícola, Diretor Administrativo, Diretor Financeiro, Auditor interno e Ouvidor	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
<b>3. Sustentação de Renda</b>		
3.2.1	Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF	Não foi realizado nesta UJ no referido exercício
3.2.2	Contratos de Opção de venda	Não foi realizado nesta UJ no referido exercício
3.2.3	Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP (compra)	Não foi realizado nesta UJ no referido exercício
3.2.4	Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa – PEPRO	Não foi realizado nesta UJ no referido exercício
<b>4. Promoção do Abastecimento</b>		
4.2.1	Venda em Leilão Público	Não foi realizado nesta UJ no referido exercício
4.2.2	Venda em Balcão	Não foi realizado nesta UJ no referido exercício
4.3	Principais indicadores de desempenho	Esta UJ não possui dados suficientes para confecção desses indicadores neste exercício
<b>5. Articulação e Organização do Abastecimento</b>		
5.2	Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – Refap	Não foi realizado nesta UJ no referido exercício
5.3	Principais indicadores de desempenho	Esta UJ não possui dados suficientes para confecção desses indicadores neste exercício
<b>6. Prestação de Serviços</b>		
6.2	Leilões de Terceiros	Não se aplica à natureza jurídica da UJ, a informação será apresentada somente no Relatório da Matriz
<b>7. Administração dos Estoques Públicos – Armazenagem, Fiscalização e Movimentação</b>		
7.2	Quantidade física e financeira de produtos agrícolas estocados em armazéns contratados	Não foi realizado nesta UJ no referido exercício
	Quantidade de armazéns descredenciados no exercício	Esta UJ não possui armazém descredenciado neste exercício
	Avaliação física geral dos armazéns contratados pela Conab	Não há armazém contratado por esta UJ neste exercício
7.3	Análise das ações de movimentação de estoques públicos	Não foi realizado nesta UJ no referido exercício
<b>10. Geração e Difusão de Informações</b>		
10.2	Análise dos principais resultados do Geosafras	Não foi realizado nesta UJ no referido exercício
<b>11. Gestão de Pessoas</b>		
11.5	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
<b>12. Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil</b>		
12.3	Demonstrativo de Transferências recebidas e realizadas no exercício	Não foi realizado nesta UJ no referido exercício
12.4	Transferências mediante Convênio	Não foi realizado nesta UJ no referido exercício
12.6	Composição dos Investimentos da Empresa	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado somente no Relatório da Matriz
12.8	Parecer da Auditoria Independente	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado somente no Relatório da Matriz

## INFORMAÇÕES CUSTOMIZADAS DA CONAB

### 1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

#### 1.1. Informações gerais sobre a UJ

Informações gerais sobre a UJ contemplando, no mínimo: identificação da empresa (nome, CNPJ, natureza jurídica e vinculação ministerial); endereço da Companhia Nacional de Abastecimento (sede); nome e período de gestão dos principais responsáveis; código e nome das unidades gestoras e gestões no SIAFI.

**Quadro 1.1 – Identificação da UJ**

Poder e Órgão de vinculação		
<b>Poder: Executivo</b>		
<b>Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA</b>		<b>Código SIORG:00014</b>
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
<b>Denominação completa: Superintendência Regional da Conab no Estado do Rio de Janeiro</b>		
<b>Denominação abreviada: SUREG-II/RJ</b>		
<b>Código SIORG: 87092</b>	<b>Código LOA: 22211</b>	<b>Código SIAFI: 135305</b>
<b>Situação: ativa</b>		
<b>Natureza Jurídica: Empresa Pública</b>		<b>CNPJ: 26.461.699/0095.60</b>
<b>Principal Atividade: Administração Pública em Geral</b>		<b>Código CNAE: 84116</b>
<b>Telefones/Fax de contato: (021) 3861-5750/(021) 2252-1785</b>		
<b>Endereço Eletrônico: ri.sureg@conab.gov.br</b>		
<b>Página da Internet: http://www.conab.gov.br</b>		
<b>Endereço Postal: Rua da Alfândega, 91 - 11º e 12º andares – Centro – CEP:20070-003 – Rio de Janeiro - RJ</b>		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Criada pela Lei nº8.029 de 12/04/1990, art.19, inciso II; Estatuto Social aprovado pelo Decreto nº99.994 de 26/12/1990; e suas alterações pelos Decretos: 99.944 de 26/12/90; 369 de 19/12/91; S/Nº de 03/07/95; 1.816 de 09/02/96; S/Nº de 19/12/96; 2.390 de 19/11/97; 3.336 de 13/01/00; 4.514 de 13/12/12; e 6.407 de 24/03/08.		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
<b>Resolução CONAD nº05 de 11/05/98</b>		
Manuais e publicações relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
<b>NOC – Normas da Organização da CONAB</b>		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	Título Resumido
135305	CONAB SEDE SUREG RIO DE JANEIRO	SUREG/RJ
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
135306	UNIDADE ESTOQUE ESTRATÉGICO/RJ	
135307	NÚCLEO DE ESTOQUE REGULADOR/RJ - PGPM	
135308	UNIDADE DE ARMAZENAGEM LYRA TAVARES	
135440	UNIDADE DE MERCADO DE OPÇÃO/RJ	
135561	UNIDADE CONAB PAA/RJ	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
	Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
135100		22211

Foram realizadas despesas e/ou arrecadadas receitas em ações vinculadas às UJ's discriminadas acima, durante o exercício de 2012.

<b>Nome e Período de Gestão dos Principais Responsáveis</b>
<p><b>Superintendência Regional - RJ</b> Superintendente: Ludmila Brandão (01/01/2012 a 31/12/2012)</p>
<p><b>Procuradoria Regional - PRORE</b> Procurador: Luiz Roberto Pires Domingues (01/01/2012 a 31/12/2012)</p>
<p><b>Gerentes de Área</b> GERÊNCIA DE OPERAÇÕES E SUPORTE ESTRATÉGICO - GEOSE Gerente: Juçanã de Moraes Vital (01/01/2012 a 31/12/2012)</p>
<p>GERÊNCIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO - GEFAD Gerente: Elisa Picorelli Zukeran (01/01/2012 a 31/12/2012)</p>
<p><b>Gerentes das Unidades Armazenadoras</b> UA LYRA TAVARES/RJ Gerente: Ladimir Correa Costa (01/01/2012 a 31/12/2012)</p>

## 1.2. Planejamento Estratégico e seus principais Macroprocessos

### Breve análise sobre o planejamento estratégico da Empresa, contemplando os principais aspectos de seu Mapa Estratégico;

O Planejamento Estratégico da Conab, concebido em 2003, objetivou capacitar a Companhia para novos desafios, no sentido de atender as demandas do governo federal à época. Foi utilizada a metodologia do Balanced Scorecard-BSC para o seu desenvolvimento, que ocorreu de forma compartilhada, envolvendo equipes de líderes da Matriz (Diretoria Colegiada, Superintendentes e Coordenadores de áreas da Presidência) e das Regionais (10 Superintendentes Regionais), além de alguns gerentes, assessores e técnicos, que compuseram as equipes de Desenvolvimento e Multiplicadores durante o processo de implantação.

Os principais produtos gerados foram o Mapa Estratégico Corporativo, a nova declaração de missão e visão e a proposta de valor aos diferentes públicos-alvo da Companhia.

Estruturado em cinco perspectivas – excelência organizacional interna, integração, financeira, processos internos e sociedade, as quais englobam um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela organização no alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional, esse Mapa buscou traduzir a estratégia organizacional, assim como criar um referencial comum e de fácil compreensão para unidades e servidores.

Aprovado o planejamento em 2004, nos dois anos subsequentes houve um esforço para implementação das estratégias definidas para o horizonte de cinco anos (2005 a 2008), com a definição de metas, apuração de indicadores, monitoramento de resultados, designação de responsáveis por projetos e reuniões de análises estratégicas com as lideranças da Conab.

No entanto, a partir de 2007, com a mudança na alta direção, o planejamento estratégico foi descontinuado, assim como foram desconstituídos os grupos formados para seu acompanhamento.

Por força do Acórdão da 2.<sup>a</sup> Câmara do TCU, n.º835/2011, alertando a Companhia sobre a necessidade de retomada do planejamento estratégico, em virtude dos riscos de gestão decorrentes da falta de utilização desse instrumento, foi criado, em 2011, grupo de trabalho com a finalidade de

resgatar o processo de planejamento. Dentre as recomendações apresentadas pelo grupo, foi proposta a criação de uma unidade orgânica específica para a elaboração e execução do planejamento estratégico, vinculada administrativamente à Presidência e hierarquicamente ao Conad, além da contratação de uma consultoria visando auxiliar a Conab na retomada e sistematização de processos internos ao planejamento estratégico.

Novo grupo de trabalho foi constituído em 2012, o qual ficou encarregado de validar os objetivos estratégicos, metas e projetos que permitiriam alinhar a gestão ao cumprimento da missão institucional. Como resultado, foram atualizados os objetivos e indicadores constantes do Mapa Estratégico. No entanto, embora atualizados pela Diretoria, os indicadores não chegaram a ser apurados nesse exercício, por necessitarem de ferramenta específica para seu monitoramento, não disponível em versão atualizada, e dependente de aprimoramento a ser efetuado com os produtos decorrentes da licitação a ser encaminhada.

Paralelamente, deu-se início à elaboração do Termo de Referência para contratação de empresa especializada no tema. A vencedora do certame responderá pela implantação e operação assistida da unidade de apoio à gestão integrada da estratégia. Além dos produtos previstos, espera-se que, com o apoio de consultoria especializada, haja a transferência de conhecimento, por meio de capacitações e operações realizadas no próprio ambiente de trabalho, de forma a elevar o nível de maturidade em gestão e governança na Conab e facilitar o seu desdobramento para as Superintendências Regionais.

## **Breve análise sobre seus principais macroprocessos relacionados aos setores da sociedade**

### **Macroprocesso de Sustentação de Renda**

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/9b925ccef30179a929a8e60c1ca468a..pdf>

### **Macroprocesso de Promoção do Abastecimento**

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/3cc58c3d7116d2eab5cc03f3a268e08b..pdf>

### **Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento**

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/61e2ac3b4647a5238a4e45258d6a2d4f..pdf>

### **Macroprocesso de Atendimento a Parceiros**

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/911fb5bec2ab890e01ef8e89fc71e280..pdf>

### **Macroprocesso de Prestação de Serviços**

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/9019b7528a181936db7e88696e7ddedf..pdf>

### **Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos**

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/5cdbedf2a41f1f6ffbd0cea69f1d0f0f..pdf>

### **Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos**

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/76e2b5416fca06120e5a75ec9a4558b0..pdf>

### **Principais resultados estratégicos previstos para os próximos 5 exercícios**

A Conab, como agente oficial encarregado de cuidar do abastecimento público de alimentos e matérias-primas agropecuárias, está diretamente envolvida na formulação e execução das políticas de sustentação da renda dos produtores a fim de assegurar sua capacidade de expansão, atuando, ainda, na complementação da oferta da capacidade de armazenamento; portanto, necessita estar atenta ao crescimento da produção e do comércio agrícola e programar suas atividades futuras de acordo com as perspectivas dos mercados. Ademais, procura definir políticas específicas de apoio ao pequeno agricultor familiar, de modo a assegurar que o comércio de sua produção seja rentável e que também seja preservada a continuidade de suas atividades.

Nesse sentido, as ações da Companhia, planejadas e organizadas, podem contribuir com a geração de renda e emprego, no campo e nas cidades; regularizar o abastecimento dos principais alimentos em todo o território nacional, minimizando possíveis impactos sobre a inflação; contribuir para o acesso à alimentação de uma parcela significativa da população que se encontra em situação de insegurança alimentar e nutricional; promover o uso da agrobiodiversidade, além de valorizar e resgatar hábitos alimentares regionais.

Entretanto, como decorrência de deficiências de gestão acumuladas nos últimos anos, a Companhia, hoje, apresenta problemas conjunturais e estruturais que demandam ações de reordenamento, com vistas a resgatar sua capacidade técnica e administrativa, restaurar sua imagem e proporcionar o alcance de seu pleno potencial, devendo, para tanto, priorizar 24 projetos estratégicos nas áreas de pessoal, planejamento, estrutura organizacional, armazenagem, abastecimento e geração de informação e conhecimentos.

Entre os projetos voltados para a gestão de pessoas estão a elaboração de um novo plano de cargos, carreira e salários; a criação da Universidade Corporativa da Conab; e um plano de estímulo à participação de todos os empregados no Instituto de Seguridade Social-Cibrius. No âmbito da estratégia e estrutura organizacional, deverão ser retomadas as atividades do planejamento estratégico e realizados estudos para a modernização da organização, bem como implementada a gestão participativa na Companhia. Assim como deverá elaborar uma política para sua rede armazenadora, a Conab deverá participar da construção do Plano Nacional de Armazenagem. Os resultados almejados para a geração e disseminação de Informação e Conhecimento contarão com projetos como: definição de coeficientes acerca da capacidade de trabalho e eficiência de campo das máquinas e implementos agrícolas; elaboração de metodologia de custos de produção para a atividade integrada agricultura-pecuária; aperfeiçoamento da metodologia de previsão da safra agrícola com uso da geotecnologia; desenvolvimento de cálculo

da receita bruta dos produtores rurais brasileiros. O abastecimento social estará contemplado mediante projetos que fortaleçam a parceria nas ações voltadas à complementação alimentar, ao apoio à organização de pequenos varejistas e modernização dos mercados hortícola e frutícola, complementados com a a implantação de programa de sustentabilidade nos terminais hidroviários da Amazônia.

Entende-se que os resultados desses projetos serão oportunos para efetivar as necessárias transformações na gestão e na imagem institucional da Companhia.

## 2. ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO

### 2.1. Análise sobre o Ambiente de Gestão

#### Comportamento do mercado agrícola

A produção agrícola do Estado do Rio de Janeiro é destinada na sua maioria para, subsistência e abastecimento do mercado interno. Entre os principais produtos estão: a cana-de-açúcar cuja safra foi de 5.251.766Kg ao preço de R\$ 52,28/ton; banana 150.092 Kg ao preço de R\$ 1,56/Kg da prata e R\$ 1,00/Kg da nanica; tomate 180.605Kg ao preço de R\$ 1,16/Kg; aipim 237.487Kg a R\$ 13,93/ (cxa 20Kg), abacaxi 100.122Kg a R\$ 3,67/und.; coco 68.517Kg a R\$ 1,36/und; e a laranja 60.477Kg a R\$ 0,70/Kg. Estas culturas são bastante prejudicadas em períodos de chuvas fortes devido as enchentes, e nas regiões serranas pelos desmoronamentos de encostas ocasionados pelos desmatamentos e invasões.

A comercialização não seria difícil para os agricultores tendo em vista o estado possuir excelente malha rodoviária atingindo todos os municípios. Infelizmente nem todos possuem o transporte, ficando obrigados a comercializar seus produtos no próprio município. O PAA vem conseguindo amenizar as dificuldades dos produtores que participam do programa, garantindo a aquisição de sua produção por um preço justo, de acordo com limite financeiro de cada produtor e oferecendo confiança e credibilidade.

#### Estratégia de atuação da empresa

Por ser um estado com produção agrícola voltada para atender ao mercado interno e de subsistência, algumas ações desenvolvidas pela Conab não são desempenhadas pela Sureg/RJ, sendo elas: fiscalização, remoção, armazenamento e formação de estoques públicos.

Estamos empenhados em levar o PAA a outras regiões, pois estamos concentrados nas regiões norte e noroeste. Para isto, estamos estruturando a equipe atual para que o controle, a fiscalização e o acompanhamento dos projetos sejam efetuados de forma ágil e segura. Esta meta atenderá, de forma igualitária, grande parte dos agricultores familiares, oferecendo segurança na comercialização de seus produtos, alimentos às famílias carentes e instituições que desenvolvem um trabalho social no seu município. Esta é a meta do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.

A Sureg/RJ ao longo dos anos esteve sempre pautada no cumprimento dos programas desenvolvidos pela Conab, atualmente o PAA, a distribuição de cestas às famílias descendentes de quilombolas, indígenas, acampados sem-terra, famílias de terreiros e famílias atingidas por calamidades.

A lei nº 12.666 de 14.06.2012 Portaria Interministerial MAPA/MF nº 777 de 21.08.2012, permitiu aos produtores de cana-de-açúcar, que entregaram sua produção nas Usinas do Estado do Rio de Janeiro, fossem beneficiados pela subvenção financeira, limitada a 10 ton., de cana por produtor. No estado foram contemplados 2.625 produtores totalizando R\$ 4.659.890,06 (Quatro Milhões, Seiscentos e Cinquenta e Nove Mil, Oitocentos e Noventa Reais e Seis Centavos).

#### Contratação de bens e serviços

A Sureg/RJ possui apenas uma Unidade Armazenadora com 02 armazéns convencionais com capacidade de 26.800 ton, sendo destinado a atender as necessidades da Conab no que diz respeito à armazenagem de mercadorias destinadas aos programas sociais e para as empresas que necessitam de áreas para suas mercadorias, através de contrato de reserva de espaço, ou pelo



espaço ocupado, sendo o valor pago o constante da tabela de serviços de armazenagem da Conab.

### **Fatores de risco e sua gestão no exercício em análise e para os próximos dois exercícios**

O PAA é um programa que requer das Sureg's uma atenção especial, pela sua grandiosidade, seu objetivo, sua importância social, sua área de atuação e etc...Por estes motivos, somos fiscalizados/auditados por órgãos federais que visam identificar se os normativos estão sendo cumpridos e apontando situações que poderiam comprometer o andamento programa. Desta forma, a Sureg/RJ está desenvolvendo ações para minorar estes riscos, intensificando os acompanhamentos dos projetos nas áreas de produção/distribuição, nas instituições e famílias consumidoras, melhorando os controles internos e encaminhando documentos informativos às Associações/Cooperativas representantes dos agricultores.

Viabilizar um encontro anual, por região com os agricultores e instituições beneficiárias, com o objetivo de trocar informações, levar a todos da necessidade do comprometimento nos objetivos do programa

Estamos empenhados em interagir com instituições estaduais e municipais. Para isto, o Grupo de Acompanhamento e Controle Social das Ações do PAA – GAPAA, está fazendo reuniões periódicas na Sureg, com estas entidades (Cedro/RJ, Banco Rio de Alimentos/Sesc, Banco de Alimentos Ceasa/RJ, Consea/RJ, Emater/RJ, DFDA/RJ, SEASDH/SSAR, Setrab/RJ, Unacoop, Cooperapa, Coep/RJ), com o objetivo de envolver seus representantes a participar com a Conab, na busca da divulgação do programa, efetuar novos projetos, além de tornar transparente todas as ações desenvolvidas nesses 10 anos do PAA.

Devido ao estado em que se encontram os telhados dos armazéns a Unidade Armazenadora Lyra Tavares está encontrando dificuldades para contratar novas empresas que necessitem de áreas para armazenagem. Está previsto para o ano de 2013 a substituição total dos telhados. A visita de técnicos da Sureg à estas empresas garantirá o retorno daqueles que optaram por armazenar suas mercadorias fora da Conab.

## **2.2. Análise sobre o Ambiente de Negócios**

### **Demanda por serviços de armazenagem e apoio à comercialização**

Os clientes privados que utilizam os serviços de armazenagem na U. A. Lyra Tavares, geralmente são importadores de alimentos. Estes alimentos, em sua maioria, são beneficiados, e chegam a unidade, vindo diretamente do porto do Rio de Janeiro em containers.

O principal cliente do setor público é o Governo Federal, os produtos armazenados atendem as demandas do Ministério da Integração - MI, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, Ministério do Desenvolvimento Social – MDS e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, para programas como: FOME ZERO, Programa de Aquisição da Agricultura Familiar - PAA, Estoque Estratégico, e em alguns casos, o atendimento a calamidades públicas e ajuda humanitária internacional.

Os clientes privados costumam armazenar por um período médio de 15 dias, havendo um fluxo contínuo de entrada e saída no armazém. Usam aproximadamente 40 % da área disponível no armazém 02 (CDA 6702870007-5), sendo os produtos organizados de acordo com suas características.

Os produtos do Governo Federal são armazenado por um período de 6 meses, ficando organizado no armazém 01(CDA 6702870008-3).

### **Mapeamento das principais empresas do setor privado que prestam serviços análogos aos da**

## Conab

### a) Armazenagem

As principais empresa do setor privado que prestam serviço semelhantes a Conab são: GRUMEY ARMS GERAIS GUARDATUDO S/A; 2 ALIANCAS ARMS GERAIS LTDA; FAMILY COM E IND LTDA; AGRIBRANDS PURINA DO BRASIL LTDA; MOINHOS CRUZEIRO DO SUL S/A – RJ; CASERJ-CIA ARMS SILOS EST RJ; J. MACEDO ALIMENTOS S/A; IND AGROP DA SAUDADE LTDA; MOINHO SUL MINEIRO S/A; e EXPRESSO BARRA MANSA ARMS GERAIS, juntos seus armazéns possuem capacidade estática para 90.548 t, sendo a maioria caracterizados como depósitos.

### b) Comercialização

Não é realizado na superintendência.

### c) Classificação

Não é realizado na superintendência.

**Produtos e serviços oferecidos que geram receitas próprias (% da receita líquida dos serviços – armazenagem de produtos agrícolas, leilão de terceiros e classificação, comercialização de produtos agrícolas dos estoques públicos, produtos de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários, etc.)**

Os serviços de armazenagem oferecidos pela Conab, geraram, no ano de 2012, receita de R\$ 396.261,70; sendo esta 100% proveniente de armazenamento de produtos agrícola, já que a superintendência não realiza leilões e classificação.

**Principais clientes por produtos e serviços dos setores público e privado, discriminando nome/razão social, CNPJ e volume de operações**

### a) Principais clientes do setor público – comercialização

Não realizamos comercialização de estoques públicos.

### b) Principais clientes do setor privado – comercialização

Não realizamos comercialização de estoques públicos.

### c) Principais clientes do setor público – armazenagem

CNPJ	Razão Social	Produto	Quantidade(t)	Valor (R\$)
26.461.699/0441-29	CIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB/PAA	Arroz	66.570.00	94.307.84
26.461.699/0255-07	CIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO-CONAB/ESTOQUE EST	Outros Produtos Alimentícios	200.736.00	445.496.36
33.469.164/0001-11	SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO SESC	Frutas e Derivados	3.740.00	171.666.00

No setor público o principal cliente é o Governo Federal, os são estoques direcionados ao atendimento de programas sociais, não gerando faturamento. A unidade também armazena produtos

do Governo do Estado do Rio de Janeiro e do Sesc, neste caso, há cobrança pelo serviço de armazenagem.

#### d) Principais clientes do setor privado – armazenagem

CNPJ	Razão Social	Produto	Quantidade(t)	Valor (R\$)
13.018.396/0001-46	AMRTEC - TECNOLOGIA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	Produtos Industrializados/Manufaturados	1.712.00	221.170.07
09.207.379/0001-80	ASALOG COMÉRCIO DE BEBIDAS, ALIMENTOS E CONSULTORIA LTDA	Bebidas	193.325.00	1.789.598.66
04.421.518/0001-50	DOPAZO E SILVA SUCOS LTDA	Frutas e Derivados	418.587.00	4.392.313.45
10.296.393/0001-86	DRACAR COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	Frutas e Derivados	33.550.00	130.980.62
01.315.385/0001-49	EIKONTRADE COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA	Produtos Industrializados/Manufaturados	3.338.00	21.386.70
11.175.958/0001-30	JNT EMANUEL COMERCIO DE FRUTAS E LEGUMES LTDA	Alho	7.130.00	282.032.40
13.695.182/0001-04	MONSENHOR COMERCIAL DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA-ME	Outros Produtos Alimentícios	53.781.00	3.235.087.00
08.710.350/0001-53	NERY E DOPAZO INDUSTRIA E COMERCIO DE SUCOS LTDA	Frutas e Derivados	6.396.180.00	180.033.44
02.895.077/0001-00	PORTO DE MAR COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA	Produtos Industrializados/Manufaturados	13.147.00	773.771.63
13.731.713/0001-77	PROL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	Outros Produtos Alimentícios	50.250.00	2.524.863.10
10.375.106/0001-23	SAVEX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	Outros Produtos Alimentícios	4.695.00	188.739.48
39.323.886/0001-40	SOCINTER SUL COMÉRCIO INTERNACIONAL LTDA	Produtos Industrializados/Manufaturados	863.024.00	1.664.007.76
11.551.325/0002-60	TASSUAN COMERCIAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	Alho	371.159.00	15.190.083.00

Os principais clientes do setor privado são importadores de alho, sucos de frutas, bebidas diversas, eletroeletrônicos, etc. Os maiores volumes são estocados pelas empresas DOPAZO e SOCINTER, e representam cerca de 91% da quantidade total do estoque privado.

### 3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA

#### 3.1. Análise das principais ações ligadas à compra e a subvenção

##### **Relação de produtos agrícolas que apresentaram preços abaixo do “Preço Mínimo” no exercício, bem como dados sobre sua relevância econômica e social para o País**

Os principais produtos de maior relevância social econômica para o país são o Arroz, feijão e o milho. Estes produtos são cultivados no Rio de Janeiro e contemplados pelo Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF).

O PGPAF É um programa do Governo Federal que garante aos agricultores familiares que tem financiamento no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) a indexação do financiamento a um preço de garantia igual ou próximo do custo de produção e nunca inferior ao estabelecido na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Desse modo, em caso de baixa de preços no mercado, proporciona um desconto no pagamento do financiamento, correspondente à diferença entre o preço de mercado e o preço de garantia do produto.

Entre as atividades vinculadas ao programa executadas pela CONAB merecem destaque o levantamento de custo de produção, com o objetivo de estabelecer os preços mínimos, e o acompanhamento de preços recebidos pelo produtor, para acompanhar as condições do mercado. Tais levantamentos visam a identificação e o acompanhamento das condições e dificuldades de mercado nas áreas produtoras, auxiliando na elaboração e na execução de políticas públicas.

Os levantamentos são realizados com dados obtidos das seguintes fontes de coletas: diretamente da zona de produção, cooperativas, sindicatos rurais e associações de produtores, técnicos das empresas de assistência técnica e extensão rural estaduais, consultores e empresas de assistência técnica, entre outros. Os dados são lançados no Sistema de Informações Agropecuárias e do Abastecimento (SIAGRO).

Considerando as coletas realizadas no ano de 2012 na SUREG-RJ, apenas o arroz apresentou preços inferiores ao preço de garantia, apresentando bonificação no período de janeiro a abril, conforme pode ser observado na tabela CONAB/SIAGRO – Relatório PGPAF.

##### **Principais critérios adotados para definição das intervenções no mercado por produto, bem como para a escolha do instrumento utilizado**

O **arroz** e o **trigo** apresentaram, no início do ano, preços de mercado abaixo do preço mínimo, mas logo se recuperaram, havendo pouca necessidade de intervenção do governo através da AGF.

Alguns **produtos extrativistas** apresentaram os preços de mercado abaixo do preço mínimo. Essa diferença foi subvencionada aos produtores.

Os Estados Unidos, principal importador de **laranja**, decidiu não importar o produto com resíduos químicos utilizados pelo produtor brasileiro. Com esta decisão, o preço interno despencou, necessitando de intervenção do governo para estabilizar o preço de mercado. Neste caso, a Conab não teve participação direta em estudos, somente executou demanda do MAPA.

#### 3.2. Análises dos Programas de Sustentação de Renda

##### **Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício**

A decisão de quais intervenções serão feitas no mercado, assim como a análise dos resultados dessas intervenções, dependem de fatores de esfera local, nacional e internacional, análise esta feita pela Sugof, na Matriz. Tais análises constam do Relatório de Gestão da Matriz.

### Resultado financeiro geral

Encontra-se no final do capítulo 4, consolidando as informações sobre compras, vendas e subvenções ligadas à PGPM.

### 3.2.5. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Programa interministerial voltado ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país, com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e do Desenvolvimento Agrário-MDA. É executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos instrumentos de Compra Direta, Formação de Estoques da Agricultura Familiar e Doação Simultânea.

### Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

**Quadro 3.1 – Aquisições por meio da CPR-Doação (MDS e MDA)**

Órgão	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (em quilos)	Valor (R\$)
MDS					
	15	DIVERSOS	952	2.619.206	4.324.628,50
<b>Subtotal</b>	<b>15</b>	<b>-</b>	<b>952</b>	<b>2.619.206,0</b>	<b>4.324.628,50</b>
MDA					
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>-</b>	<b>952</b>	<b>2.619.206,0</b>	<b>4.324.628,50</b>

Fonte: Supaf/Gecaf

**Quadro 3.2 – Aquisições por meio da CPR-Estoque (MDS e MDA)**

Órgão	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (em quilos)	Valor (R\$)
MDS					
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>
MDA					
	1	PESCADO	13	10.922	58.449,00
<b>Subtotal</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>13</b>	<b>10.922,0</b>	<b>58.449,00</b>
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>13</b>	<b>10.922,0</b>	<b>58.449,00</b>

Fonte: Supaf/Gecaf

**Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício**

### Resultado financeiro geral

### Dez maiores operações em cada modalidade

**Quadro 3.3 – Dez maiores operações na CPR-Doação**

Origem do Recurso	UF	Produto	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
MDS		544		544.870,00
MDS		associação de apicultores e meliponicultores de sumidouro rj		530.872,95
MDS		união das associações e cooperativas usuárias do pavilhão 30		403.192,24
MDS		associação dos produtores hortifrutigranjeiros do estado do rio de janeiro- apherj secao petropolis		287.917,71
MDS		união das associações e cooperativas usuárias do pavilhão 30		283.194,22
MDS		ass de lavrad da faz experim de italva - alfei		228.788,00
MDS		união das associações e cooperativas usuárias do pavilhão 30		206.397,18
MDS		cooperativa agropecuária industrial e comercial de barro alto e caixa d'agua		196.493,38
MDS		colônia de pescadores z 20 itaperuna rj		175.497,00
MDS		união das associações e cooperativas usuárias do pavilhão 30		172.797,66
<b>Total</b>			-	<b>3.030.020,34</b>

Fonte: Dipai/Supaf

**Quadro 3.4 - Dez maiores operações na CPR-Estoque**

Origem do Recurso	UF	Produto	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
MDA		CORVINA/PESCADA/ TAINHA		58.449,00
<b>Total</b>			-	<b>58.449,00</b>

Fonte: Dipai/Supaf

Com base no disposto no Termo de Cooperação nº 007/2010, firmado com a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - SESAN/MDS, a CONAB, no exercício de 2012, através da Sureg/RJ, realizou a doação regular de cestas de alimentos a grupos populacionais específicos, tais como: Comunidades de Terreiros (CETRAB e SEPPIR), Quilombolas e famílias Acampadas Sem Terra (INCRA), totalizando 265.814 kg de produtos diversos, a saber: arroz, feijão, farinha de mandioca, latas de óleo, açúcar, macarrão, fubá e leite em pó, que foram assim distribuídos: 29.426 Kg ao INCRA, 31.038 Kg aos Quilombolas e 205.350 Kg as Comunidades de Terreiros, beneficiando 3.608 famílias, através de 11.811 atendimentos.

Tendo em vista, a necessidade de atender à diversas famílias desabrigadas, atingidas pelas fortes chuvas que, no período de janeiro a abril/2012, assolaram as Regiões Norte e Nordeste do Rio de Janeiro, e que, desta forma, encontravam-se em situação de insegurança alimentar, em diversos municípios do nosso estado, ocasião em que foram disponibilizadas pelo Ministério de Desenvolvimento Social, através da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar, 3.600 cestas de

alimentos do MDS/SESAN, para atendimento à Secretaria de Estado de Defesa Civil/RJ, e ainda, Secretarias Municipais de Desenvolvimento Social de Sapucaia e Teresópolis, totalizando assim, 85.212 kg de produtos diversos, a saber: arroz, feijão, farinha de mandioca, latas de óleo, açúcar, macarrão, fubá e leite em pó, que foram faturados e entregues pela CONAB/RJ à citada Secretaria, que ficou responsável e se encarregou de providenciar a ação de entrega dos alimentos, em caráter emergencial, aos beneficiários cadastrados.

Ainda, atendendo a demanda do SESAN/MDS, a Sureg/RJ também realizou atendimento especial, mediante a doação de 117.304 kg dos produtos: arroz, feijão, farinha de mandioca, latas de óleo, açúcar, macarrão, fubá e leite em pó, com a finalidade de atender às famílias de Catadores de Materiais Recicláveis da Comunidade de Jardim Gramacho, no município de Duque de Caxias/RJ, e de Catadores de Materiais Recicláveis da Comunidade de Itaóca, no município de São Gonçalo/RJ, que também ficaram em situação de insegurança alimentar, em razão do fechamento definitivo do Aterro Sanitário de Jardim Gramacho.

No período de Junho a Novembro de 2012, devido a proximidade do vencimento do prazo de validade e, em conformidade com os normativos em vigor, foi realizada pela Superintendência Regional da CONAB/RJ, a doação eventual, do saldo remanescente de farinha de mandioca, pertencente ao estoque do Ministério do Desenvolvimento Social e procedente do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, mediante prévia solicitação desta Regional e concordância da Superintendência de Abastecimento – SUPAB, tendo beneficiado diversas famílias, através dos Bancos de Alimentos do SESC Nacional e Administração Regional, Banco de Alimentos de Mesquita/RJ e da Instituição de Interesse Social Associação Amor e Vida.

### 3.3. Principais indicadores de desempenho

Nome do Indicador: Percentual de projetos do PAA com valores elevados (acima de R\$ 300 mil)	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Monitorar a aprovação de projetos do PAA com valores mais elevados	22,22	22,22	30,77
<b>Análise do Resultado</b> Indicador mostra uma redução na relação do número de projetos acima de 300 mil com o total de projetos, porque com o aumento do número de projetos de PAA conduziu a uma maior distribuição dos recursos.			

Nome do Indicador: Percentual de agricultores com menor renda atendidos pelo PAA	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Avaliar a abrangência do PAA quanto ao atendimento a agricultores identificados com menor renda. A classificação de menor renda se dá pela DAP, ou seja, aqueles agricultores enquadrados nos grupos A, B ou A/C do Pronaf.	48,41	46,6	37
<b>Análise do Resultado</b> Entendemos que nos últimos três anos a Regional está conseguindo atingir o objetivo de contemplar o maior número de produtores com a menor renda. Observa-se que no período houve uma inserção de produtores com este perfil na ordem de 30,8%, atingindo o programa.			

Nome do Indicador: Percentual de recursos do PAA destinado ao atendimento de agricultores com menor renda	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Avaliar o montante de recursos destinado ao atendimento de agricultores identificados com menor renda	34,4	51,7	42,2
<b>Análise do Resultado</b> Apesar do aumento dos produtores, observa-se que a distribuição do recurso financeiro não foi proporcional, aumento de produtores de renda inferior, entretanto, houve menos liberação de recursos financeiro para este grupo, que provavelmente em razão dos projetos apresentarem valores menores.			

Nome do Indicador: Percentual de projetos supervisionados em relação ao total de projetos do PAA em execução	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Avaliar a abrangência da supervisão dos projetos do PAA no Estado	37,5	37	153,8
<b>Análise do Resultado</b> Apesar da diminuição no nº de projetos supervisionados, relatamos que nos últimos três anos houve um aumento de projetos, também algumas restrições financeiras acarretadas por atraso nas assinaturas dos convenios MDS/MDA que inviabilizaram a continuidade de alguns projetos.			

Nome do Indicador: Percentual de municípios atendidos pelo PAA em relação ao n.º de municípios do Estado	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Avaliar a abrangência do PAA no Estado	19,57	41,3	10,87
<b>Análise do Resultado</b> Em 2011, observa-se um indicador alto quando comparado aos demais anos. Isso ocorreu porque parte dos projetos pagos com recursos de 2011, com isso, o quantitativo de municípios beneficiados naquele ano, se somaram aos executados em 2010 de municípios.			

Nome do Indicador: Percentual de mulheres produtoras atendidas pelo PAA	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Identificar o quantitativo de mulheres agricultoras contempladas em relação ao total de beneficiários do Programa	20,31	18	15
<b>Análise do Resultado</b> O indicador mostra um aumento no percentual do número de mulheres participantes do projeto.			



## 4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO

### 4.1. Análise das principais ações ligadas à venda

#### Relação de produtos agrícolas que foram objeto de intervenção no mercado

Em nossa Superintendência constatamos apenas o Milho como objeto de intervenção no mercado do Estado do Rio de Janeiro.

#### Principais critérios adotados para definição das intervenções no mercado por produto, bem como para a escolha do instrumento utilizado

Analisando o fato de que o Governo Federal detinha em agosto de 2012 um volume de 1,6 milhão de toneladas de **arroz**. Para regular o preço de mercado, a Conab fez a proposta de iniciar as vendas com ofertas quinzenais aumentando as quantidades por pregão ou a frequência de venda, de forma a manter os preços na faixa que viabilizaria a manutenção da atividade, inclusive com a reposição das perdas da safra anterior. Para a formação dos preços de venda a sugestão seria o uso das regras fixadas na Portaria Interministerial n.º 454, de 04/11/1997 onde, partindo-se dos preços observados nas regiões onde os estoques estavam disponíveis, dava-se os deságios de safra fixados na citada portaria e de qualidade de acordo com o MOC. Entretanto, o Mapa, por entender que essa metodologia iria enfraquecer os preços ao produtor, especialmente do RS, não foram aplicados os deságios previstos e, com isso os preços de venda da Conab ficaram incompatíveis com a qualidade do produto ofertado. Deste modo, a efetividade nas vendas não foi das melhores, tendo sido negociadas apenas 46,29% da oferta.

Já o **feijão** cores teve ação apenas de Venda em Leilão com a finalidade de regular os preços que se encontravam em patamares elevados, porém não houve resultado pela qualidade do produto, que não é bem aceita no mercado. A armazenagem em ambiente natural, por período superior a seis meses, apesar de conservar a qualidade nutricional do feijão cores, reduz sua qualidade visual, que atualmente é de alta relevância para o consumidor final.

O **milho**, com exceção da Bahia, que teve o preço abaixo do preço mínimo por apenas uma semana, os preços praticados em 2012 não ficaram abaixo do preço mínimo vigente, não sendo necessário, portanto, compras através de AGF. Apesar do aumento na produção de milho nos Estados do Maranhão, Piauí, Bahia e Sergipe, esta região ainda é deficitária. Considerando, também, a seca que assolou o nordeste, fez com que a produção de milho, importante fonte de alimento, tanto humano quanto animal, tivesse uma quebra bastante acentuada, gerando um cenário de desabastecimento, necessitando, assim, do milho de outros estados Mato Grosso e Goiás, para o programa de Vendas em Balcão.

Foram necessárias intervenções do governo no **trigo** para viabilizar a comercialização dos excedentes no Estado do Rio Grande do Sul, tendo em vista os graves problemas de logística para o escoamento de sua produção para a região Nordeste e Norte do país. Para isso foram feitas operações de PEP no início do ano. O produto do RS participou com 75,4% das operações. Devido aos problemas de qualidade com o trigo paranaense em função de atipicidade climática, o governo procedeu vendas de trigo das safras 2008 e 2009 dos estoques públicos, no pico da entressafra de 2012, com o objetivo de regular a oferta de trigo no país.

A seca nos primeiros meses do ano afetou a disponibilidade de **sisal** para o setor secundário da cadeia (batedeiras/industrias) e os preços subiram vertiginosamente (acima do preço mínimo vigente). Para suprir a falta do produto, a Conab vendeu parte dos estoques governamentais

formados desde a safra 2006/2007. Agentes de mercado informaram que as vendas foram fundamentais para a manutenção das atividades das “batedeiras” e possibilitou às indústrias exportadoras cumprirem contratos de exportação.

No Rio de Janeiro houve intervenção do Governo Federal através de VEP com as ações voltada para os criadores de aves do estado. Em 2012 foram comercializadas 718 toneladas de milho através deste programa.

Dado a natureza das atividades dos compradores, a intervenção do Governo Federal foi de grande importância para minimizar o impacto financeiro gerado pela alta do produto no mercado.

## 4.2. Análises das ações de Venda Direta de Produtos com subvenção e sem subvenção

### 4.2.3. Valor para Escoamento do Produto – VEP

Subvenção econômica paga a um consumidor definido (avicultores, bovinocultores, caprinos cultores, indústrias de ração e suinocultores), o qual adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para uma região de consumo estabelecida em edital.

## Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

**Quadro 4.1 – Demonstrativo de Comercialização de VEP**

Produto	UF Origem	Quantidade (ton)		UF Destino	Valor da Operação c/ ICMS (R\$)
		Ofertada	Negociada		
MILHO EM GRÃOS	MT	222	222	RJ	
MILHO EM GRÃOS	GO	222	222	RJ	
MILHO EM GRÃOS	GO	126	126	RJ	
MILHO EM GRÃOS	MT	148	148	RJ	
<b>Total</b>		<b>718</b>	<b>718</b>		<b>0,00</b>

Fonte: Dirab/Suope

## Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício

Embora o quantitativo negociado para os programas de subvenção tenha sido reduzido, alcançando apenas 718 toneladas, a jurisdição da SUREG/RJ possui demanda para maior escoamento do produto, considerando o perfil de produção avícola no Estado.

## Dez maiores operações na modalidade

**Quadro 4.2 – Dez maiores operações de VEP**

Ordem	CNPJ	Arrematante	Produto	Quantidade negociada (Kg)	Total da Operação(R\$)
1º	64849198791	ALEXANDRE VELLASCO PEREIRA	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	222	7.814,40
2º	04468405724	MARLENE RAPOSO SCISTOWCZ	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	370	42.927,40
3º	52153002753	FRANCISCO BATISTA PIRES	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	126	4.435,20
<b>Total</b>				<b>718</b>	<b>55.177,00</b>

Fonte: Dirab/Suope/Geope

A operações de VEP atenderam a três produtores da região serrana onde localiza-se o polo avícola, que se qualificaram e participaram do instrumento de subvenção para o produto milho a granel nos leilões realizados nas Bolsas de Mercadorias dos Estados de Mato Grosso e Goiás.

### Resultado financeiro geral

**Quadro 4.3 – Demonstrativo Geral das Aquisições e Vendas dos Estoques**

Comercialização	Instrumento	Produto	Quantidade (t)	Valor (R\$)
Aquisição	AGF	Arroz e trigo	-	-
		Sacaria (mil unid)	-	-
	Contrato de Opção	Arroz	-	-
Subvenção	Leilões de PEP	Sisal e trigo	-	-
	Leilões de PEPRO	Laranja e trigo	-	-
<b>Total das Aquisições e Subvenções</b>			<b>0,0</b>	<b>0,00</b>
Venda	Venda em Leilão Público	Arroz, café, feijão, milho, trigo e sisal	-	-
	Venda em Balcão	Quirera, farelo de arroz e milho	-	-
Subvenção	VEP	Milho	718,0	55.177,00
<b>Total das Vendas e Subvenção</b>			<b>718,0</b>	<b>55.177,00</b>
<b>Resultado Geral</b>			<b>718,0</b>	<b>55.177,00</b>

Fonte: Segeo/Geose/Sureg/RJ

A intervenção do instrumento VEP representou a redução de custo para os criadores de aves do estado do Rio de Janeiro, que se qualificaram e participaram dos Leilões de VEP, onde foram comercializadas 718 toneladas de produto a um custo de R\$ 55.177,00 .

Ressaltamos que milho é a principal fonte de alimentação da avicultura e que com a crise no mercado para o setor em 2012, a aquisição do produto pelos criadores do estado representou um impacto positivo no custo final do produto.

## 5. ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO

As ações direcionadas a esse objetivo, representadas pelo Prohort e pela Refap, embora executadas pela Conab, com a edição do PPA 2012-2015, passaram a ser de responsabilidade orçamentária do MDS.

### 5.1. Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – Prohort

Visa fomentar o desenvolvimento do setor hortigranjeiro, em articulação com os mercados atacadistas e demais entidades diretamente envolvidas, contando com um banco de dados integrado e com ações de modernização e aperfeiçoamento dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa.

#### **Análise sobre os principais resultados do Prohort: número de varejistas cadastrados, número de fornecedores organizados**

O Prohort é operacionalizado por meio de uma relação direta entre as Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro (CEASA) e a Gerência de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (GEHOR). Dessa forma, não há a participação da SUREG-RJ na execução desta tarefa. A única relação entre SUREG-RJ e CEASA ocorreu não cessão de dois computadores para a unidade Grande Rio daquela instituição, há alguns anos, por meio da GEOSE.

Além de funcionar como único entreposto comercial público em todo o Estado, a CEASA-RJ desempenha, ainda, ações de segurança alimentar e nutricional, de fortalecimento da agricultura familiar, de controle sanitário e de resíduos de agrotóxicos, de responsabilidade social e ambiental junto às comunidades populares de seu entorno, dentre outras funções natureza pública.

A CEASA-RJ é uma empresa vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca. São seis unidades no Rio de Janeiro: Grande Rio, São Gonçalo, Região Serrana (Nova Friburgo), Região Noroeste Fluminense (Itaocara), Região Norte Fluminense (São José de Ubá) e Região Médio Paraíba (Paty do Alferes). A Unidade Grande Rio, localizada em Irajá, na Zona Norte da cidade, é a segunda maior Central de Abastecimento da América Latina. Somando-se todas as unidades, são cerca de 800 empresas instaladas e cerca de 2 mil produtores cadastrados. Das unidades existentes, apenas a Unidade Grande Rio está integrada ao banco de dados do Prohort. A empresa, que atua no campo de abastecimento alimentar da população fluminense, encaminha, diariamente, dados sobre a origem, quantidade e preços dos produtos comercializados.

Como o programa é executado pela CEASA deste estado envolvida diretamente com a GEHOR, não dispomos de informações sobre as atividades desenvolvidas para integração dos mercados e as dificuldades encontradas até o momento.

O banco de informações da Conab/Prohort sobre a comercialização de produtos nas centrais de abastecimento é composto por quatro base de dados, disponibilizadas no portal do Prohort [www.ceasa.gov.br](http://www.ceasa.gov.br).

– **Preços diários:** preço mais comum de comercialização dos 48 principais produtos comercializados nas ceasas brasileiras, sendo esses atualizados diariamente ou nos dias fortes de comercialização de cada mercado;

– **Preços médios:** utiliza os preços diários dos 48 principais produtos comercializados, apresentados na página principal do portal do Prohort;

- **Siscom:** contém informações sobre a movimentação física e financeira por grupos de produtos hortigranjeiros, cereais e produtos diversos, por meio de gráficos e relatórios;
- **Simab:** contém informações detalhadas referentes à quantidade de produtos ofertados, origem desses produtos e preço médio de comercialização.

**Quadro 5.1 - Demonstrativo dos Mercados Hortigranjeiros – Ceasas**

UF	Mercados Hortigranjeiros – Ceasas				
	Ceasas Existentes	Integrados ao Banco de Dados	Atualização preços diários e médios	Siscom	Simab
RJ	5	1	1	5	1
<b>Total</b>	<b>62</b>	<b>41</b>	<b>41</b>	<b>52</b>	<b>25</b>

Fonte: Dirab/Supab/Gehor

**Número e valores financeiros de transações comerciais efetivadas por tipo de produtos e principais mercados abrangidos por Estado (nos Estados em que o Prohort é operacionalizado).**

**Quadro 5.2 - Comercialização realizada nos Mercados Hortigranjeiros**

Ceasa	Quantidade Vendida (Kg)		Variação (%)	Valor (R\$)		Variação (%)
	2011	2012		2011	2012	
CEASA-RJ - Nova Friburgo	16.795,0	14.180,0	-15,57	10.651.000,00	7.059.000,00	-33,72
CEASA-RJ - Pati do Alferes	27.159,0	12.747,0	-53,07	26.163.000,00	12.280.000,00	-53,06
CEASA-RJ - Rio de Janeiro	1.470.786,0	834.586,0	-43,26	2.459.724.000,00	1.663.804.000,00	-32,36
CEASA-RJ - São Gonçalo	287.774,0	149.711,0	-47,98	318.893.000,00	171.308.000,00	-46,28
CEASA-RJ - S J de Ubá	23.514,0	24.332,0	3,48	19.529.000,00	38.060.000,00	94,89
<b>Total Nacional</b>	<b>15.157.098,7</b>	<b>12.372.275,4</b>	<b>-18,37</b>	<b>18.870.926.257,47</b>	<b>17.851.089.828,20</b>	<b>-5,4</b>

Fonte: Dirab/Supab/Gehor

## 6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

### 6.1. Armazenagem de Produtos Agrícolas

#### Análise sobre os principais resultados da prestação de serviços de armazenagem de produtos agrícolas

Em 2012, o custo de armazenagem manteve os mesmo valores estabelecidos na tabela de 2009, que foi de R\$ 11,03/m<sup>2</sup> para um período de 15 dias, sem incluir o seguro que depende da perenidade e do valor da mercadoria.

#### Quantidade física e financeira de produtos de terceiros armazenados pela Conab por produto, por classificação e por Estado da Federação (saldo ao final do exercício)

**Quadro 6.1 – Estoque de Terceiros Armazenados nas Unidades Próprias**

Produto	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
alho	3.799,2	704.962,00
bebidas	89,5	429.897,24
embalagens	6,7	1.326,00
frutas e derivados	224,0	227.284,00
outros produtos alimentícios	336,3	1.169.730,69
produtos industrializados/manufaturados	233,26	3706224,37
<b>Total</b>	<b>4.689</b>	<b>6.239.424,30</b>

Fonte: Suarm/Gearm e Unidade Armazenadora

A unidade armazenou 5.200,52 toneladas (t) de produtos, dos quais 511,52 t para atender programas do Governo Federal, e portanto não faturados, e 4.689 t de terceiros, com faturamento de R\$ 6.239.424,30.

#### Avaliação geral da qualidade dos estoques armazenados

**Os produtos recebidos para armazenamento, já provém de sua origem beneficiados. Eles são amostrados no recebimento, inspecionados durante armazenamento, sofrem tratamento fitossanitário quando necessário, e são expedidos**

As operações fitossanitárias são orientadas pelo Responsável Técnico Agrônomo – RTA – empregada Luciana Diniz de Oliveira, assim como demais atividades desenvolvidas na unidade. O RTA detecta inconformidades operacionais e físicas, registra as necessidades técnicas da unidade, e estabelece as providências cabíveis para atender os requisitos obrigatórios e recomendáveis a certificação do armazém .

No ano de 2012, foram realizadas 03 (três) operações de expurgo em 252.449 Kg de produtos estocados, com uso de 620 pastilhas de fosfina, num total de 1524 g de Fertox e 336 g de Gastoxin. Essa operações ocorreram nos meses de janeiro, março e agosto, sendo realizadas para controle da infestações por *Sitophilus zeamais*, *Zabrotes subfasciatus* e *Tribolium castaneum* em arroz beneficiado, feijão ensacados e farinha de mandioca, respectivamente.

No final de 2011 o estoque de fitossanitários era de 3,00 Kg de Prostore; 0,15 Kg de K-Obiol; 3,90 Kg de Actellic e 15,57Kg de Fosfina. A fosfina foi o único fitossanitário usado neste no ano de 2012, restando ao final 13,71 Kg no estoque.

A quantidade de resíduos gerados nas operações fitossanitárias na U. A. Lyra Tavares foi pequena, diante disso o Instituto Estadual do Ambiente – INEA , orientou que estes resíduos e as embalagens vazias de agrotóxicos, fossem quantificadas, discriminadas e armazenadas provisoriamente em embalagens cedidas pelo próprio órgão ambiental, a fim de aguardar o

recolhimento pela Secretária de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, o que está sendo realizado.

### **Faturamento total com serviços de armazenagem; Demonstração do resultado financeiro das operações de armazenagem de produtos agrícolas**

**Quadro 6.2 – Resultado dos Serviços de Armazenagem**

<b>Discriminação</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
<b>Receita de Serviços</b>	396.261,70	0,63
-Deduções das Receitas de Vendas e Serviços	(27.269,47)	-0,04
<b>=Receita líquida de vendas e serviços</b>	<b>368.992,23</b>	0,59
-Custo Líquidos das Vendas e Serviços	-	0,00
<b>=Lucro bruto operacional</b>	<b>368.992,23</b>	0,59
<b>-Despesas Operacionais</b>	(24.390.803,30)	-39,06
Despesas de Pessoal	(19.733.204,35)	-31,60
Despesas Financeiras	-	0,00
Despesas Comerciais e Administrativas	(4.657.598,95)	-7,46
<b>Receitas Operacionais Diversas</b>	<b>27.995.573,73</b>	44,83
<b>Resultado Não Operacional</b>	<b>58.473.062,79</b>	93,64
<b>Resultado</b>	<b>62.446.825,45</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Diafi/Sucon

A unidade é convencional com armazenamento natural, e portanto, não oferece serviços de processamentos como limpeza e secagem, a receita de serviços gerada é proveniente da pesagem de caminhões e armazenamento. A receita de serviço em 2012, foi de R\$ 396.261,70; dos quais R\$ 368.992,23 referentes a receita líquida de vendas e serviços; com R\$ 24.390.803,30 de despesa operacional.

### **6.3. Classificação de Produtos Agrícolas**

#### **Análise sobre os principais resultados da prestação de serviços de classificação de produtos agrícolas**

#### **Quantidade física e financeira de produtos classificados por produto e por Estado**

#### **Faturamento total com serviços de classificação**

#### **Demonstração do resultado financeiro das operações de classificação de produtos agrícolas**

Com base no disposto no Documento 2 Título 09 do MOC – Manual de Operações da Conab, informamos que a SUREG-RJ não faz parte da Entidades (Pessoas Jurídicas) Prestadoras de Serviços de Classificação, habilitadas a emitir o Certificado de Classificação de produtos Vegetais para as Operações no âmbito desta Companhia. Isto posto, esclarecemos que o exercício de 2012 esta Regional não realizou a prestação de serviços desta natureza.

Por oportuno, destacamos que em 2013 os produtos oriundos da Agricultura Familiar recebidos na SUREG-RJ, através de Avisos de remoção, procedentes de outras Regionais, foram os mesmos, obrigatoriamente analisados e/ou classificados pelas SUREG's de origem, cujos Laudos e Certificados foram encaminhados, anexos as Notas Fiscais emitidas na origem.

Finalmente, informamos ainda que, no que diz respeito aos produtos alimentícios oriundos dos Avisos de compra recebidos nesta Regional no exercício de 2012, as amostras dos mesmos foram encaminhadas a Encal/DF – Empresa Nacional de Classificação e Análise Ltda, empresa devidamente habilitada, com base no Título 09 do MOC, para as devidas análises, estando as Notas

Fiscais de cobrança, inerentes aos serviços realizados, devidamente integradas aos processos administrativos correlatos, comprovando os pagamentos efetuados, com base na tabela de preços da Encal e nos normativos em vigor da Conab.

#### 6.4. Principais indicadores de desempenho

Nome do Indicador: Custos dos serviços de armazenagem prestados em relação a receita	2012	2011	2010
<b>Objetivo:</b> Identificar os custos na prestação de serviços, a fim de saber se a tabela Conab está ajustada à realidade local de custos Resultado < que 1 é lucro e > que 1 é prejuízo.	2,05	1,63	1,41
<b>Análise do Resultado:</b> Ao longo dos anos os indicadores apresentaram aumento crescente, indicando prejuízos financeiros. É importante salientar que a unidade apresentou baixo índice de ocupação, principalmente devido as condições precárias do telhado, que reduziram as áreas protegidas disponíveis a armazenagem. Deve ser também considerado, o fato de um dos armazéns ser direcionado para guarda de produtos do Governo Federal destinados a cumprir os programas sociais, isso reduz 50% da capacidade estática da unidade. Essas áreas são ocupadas, os serviços prestados, porém não faturados. Em 2012, um dos maiores clientes da unidade, a empresa Tassuan Com. Imp. e Exp. Ltda por questões de logística, modificou parte das suas atividades para unidade da Superintendência Regional da Paraíba, reduzindo consideravelmente a área alugada de 1900 m <sup>2</sup> para 400 m <sup>2</sup> . Por outro lado as manutenção periódicas tendem aumentar, visto que a unidade apresenta mais que 30 anos de existência, onerando cada vez mais os custos, interferindo de forma negativa no resultados dos índices			



## 7. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO

### 7.1. Análise sobre a situação dos armazéns utilizados pela Conab

#### Capacidade estática de armazenagem dos armazéns próprios da Conab

**Quadro 7.1 – Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns**

Unidade Armazenadora	N.º de Armazéns	Capacidade (Em ton)			Total da Capacidade	Média de Ocupação	% de Ocupação
		Convencional	Granel	Frigorificada			
Lyra Tavares	2	26.800	-	-	26.800	7.473	27,9
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>26.800</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>26.800</b>	<b>7.473</b>	<b>27,9</b>

Fonte: Sicarm/Suarm/Gearm

A U.A. Lyra Tavares é constituída de dois armazéns convencionais de alvenaria, com espaço total de 13.125m<sup>2</sup> e área útil de 8.816 m<sup>2</sup>, com capacidade estática de 26.800 toneladas de grãos ensacados.

Como armazém terminal, tem localização privilegiada, pois encontra-se na cidade do Rio de Janeiro, segunda maior consumidora de alimentos do país. Localiza-se no Bairro de Barros Filho, que é atravessado por linha férrea e pela Avenida Brasil, principal via de acesso ao centro da cidade, e possui proximidade relativa ao Porto e ao Aeroporto Internacional Tom Jobim. No seu entorno entretanto, localizam-se várias comunidades, regiões de conflito com alto índice de violência.

No cabe a sua função como armazém terminal, a U. A. Lyra Tavares atende bem a essa finalidade, encontrando-se no final da cadeia para consumidor. Todavia, em relação ao produtor rural, há deficiência para armazenagem, principalmente devida a distância das regiões agrícolas do estado da unidade.

O índice de ocupação dos armazéns em 2012 apresentou valor médio de 27,9 %, o que foi baixo quando comparado a anos anteriores. Esse baixo índice está relacionado com a redução da compra de gêneros alimentícios do Governo Federal, a redução das remoções de grãos oriundos da agricultura familiar, ao estado precário dos telhados da unidade armazenadora, que reduz consideravelmente as áreas disponíveis, protegidas de intemperes, limitando a captação de clientes, e a violência na região, onde está localizado, que torna o transporte dos produtos por caminhões vulnerável, aumentando o custo do seguro para carga.

No que tange o aumento da captação de clientes para unidade, além da estruturação física dos armazéns, principalmente com a reforma dos telhados, sugerimos a possibilidade de transformar a Unidade Armazenadora Lyra Tavares em área secundária do Porto do Rio de Janeiro, isso a tornaria apta a receber mercadorias alfandegadas, melhorando consideravelmente seu desempenho financeiro e operacional.

O Estado do Rio de Janeiro possui um total de 19 (dezenove) armazéns cadastrados com capacidade estática para 148.471 t. A região metropolitana do estado possui 12 (doze) armazéns dos quais, 02 (dois) são próprios da companhia e os demais privados. Dos armazéns privados 02 (dois) são do tipo convencional com capacidade para 11.679 t, e os demais atuam como depósito, e possuem juntos capacidade para 30.089 t. Esses armazéns apresentam custo de armazenagem médio de R\$ 70,00/m<sup>2</sup>; com faturamento mínimo variando de R\$ 3.500,00 a R\$ 6.000,00. Diante disso, e considerando que nossa unidade armazenadora cobrou o valor de R\$ 11,03/m<sup>2</sup>, com faturamento mínimo de R\$ 264,50; podemos concluir que, embora o valor praticado, pareça positivamente favorável a concorrência, frente aos demais empresas, e considerando as características de mercado do Rio de Janeiro, estamos com preços defasados.

#### Quantidade física e financeira de produtos agrícolas estocados por tipo e por Estado em

**armazéns próprios da Conab (estoques públicos)****Quadro 7.2 – Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias**

Unidade Armazenadora	Produto	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
Lyra Tavares	ARROZ BENEFICIADO TIPO 2	98.366	143.719,28
Lyra Tavares	FELJAO COMUM CORES TIPO 2	40.520	105.380,67
<b>Total</b>		<b>138.886</b>	<b>249.099,95</b>

Fonte: Suope/Gefoc

Foram armazenados 138.886 t de grãos, dos quais, 98.336 t de arroz beneficiado tipo 2 e 40.520 t de feijão comum cores tipo 2, num valor total de R\$ 249.099,95. De uma forma geral, ao longo do período de armazenamento, os produtos mantiveram as características determinadas para sua aquisição. Para que a qualidade dos grãos não fosse comprometida, foi necessária a realização de expurgo para controle de infestação de *Sitophilus zeamais* em arroz e *Zabrotes subfasciatus* em feijão.

**Avaliação geral da situação física dos armazéns, considerando o disposto no Decreto nº 3.855/2001 (regulamenta a Lei de Armazenagem)****a) Principais problemas**

Os telhados dos armazéns da U. A. Lyra Tavares, devido ao próprio desgaste natural do tempo, tem apresentado trincas, rachaduras, e em alguns locais desprendimento de telhas. Essa condição física além de comprometer a segurança dos funcionários, tem limitado consideravelmente a captação de clientes, principalmente por reduzir a quantidade de áreas disponíveis no armazém, protegidas de intempéries. Um projeto de recuperação dos telhados está em andamento, já tendo sido aprovado e licitado, está aguardando dotação orçamentária para início das obras.

A localização da unidade, no que diz respeito ao escoamento de produtos, é privilegiada, pois está próxima às principais vias de acesso ao Centro do Rio de Janeiro, Porto e Aeroporto Internacional. No entanto, no entorno do armazém surgiram várias comunidades, que cresceram significativamente, aumentando os índices de violência da região. Essa violência tem gerado insegurança, principalmente no que diz respeito ao transporte de cargas até a unidade, além de aumentar o seguro de cargas, reduzindo o número de clientes.

Atualmente a unidade possui o número de 42 empregados, o que tem conduzido algumas dificuldades para administração de pessoal, muitos possuem idade avançada e estão desviados de função, o que impede a execução de alguns trabalhos relacionados à limpeza e manutenção.

**b) Demanda por manutenção**

A demanda por manutenção na unidade é maior para os equipamentos utilizados nas operações de rotina, principalmente as empilhadeiras, as balanças eletrônicas e o medidor de umidade de grãos. Esse último, participa de um programa de manutenção periódica, sendo enviado anualmente para o setor técnico da empresa GEHAKA (fabricante) para calibração. As balanças eletrônicas são vistoriadas anualmente pelo Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro – IPEM, e em caso de detecção de falha, encaminhadas para conserto a representante técnico mais próximo. Para as empilhadeiras está sendo realizada licitação para contrato de manutenção periódica.

**c) Valor gasto para manutenção de armazéns próprios**

**Quadro 7.3 – Obras realizadas nas Unidades Armazenadoras**

Unidade Armazenadora	Obra/Serviço/Equipamento	Corrente	Capital	Restos a Pagar não Processado		Total Geral
				Corrente	Capital	
Lyra Tavares	Aquisição de 1 lavadora de alta pressão		1.056,99	0,00	0,00	<b>1.056,99</b>
	Depósito de fitossanitário	4.000,00				<b>4.000,00</b>
	Depósito para botijão de gás para empilhadeira	7.579,97				<b>7.579,97</b>
	<b>Total</b>	<b>11.579,97</b>	<b>1.056,99</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12.636,96</b>

Fonte: Siafi

Para atender aos requisitos de segurança, foi construído na unidade um depósito para guarda dos botijões de gás utilizados pelas empilhadeiras, e está em construção o depósito para guarda de produtos fitossanitários, o primeiro de acordo com Instrução Técnica nº 28/2011 do Corpo de Bombeiro e o segundo de acordo com Instrução Técnica nº1006 da FEEMA (atual INEA).

Para manutenção e serviços dos armazéns, foram gastos o valor total de R\$ 12.636,96. Deste, R\$ 1.056,99 foram gastos na aquisição de uma lavadora de alta pressão para operações de limpeza; R\$ 4.000,00 foram para construção de depósito para guarda dos botijões de gás das empilhadeiras, em atendimento aos requisitos de segurança estabelecidos pelo corpo de bombeiro; e R\$ 7.579,97 na construção do depósito para guarda de produtos fitossanitários, a fim de cumprir as exigências estabelecidas a certificação da unidade.

**d) Plano de investimentos para colocar os armazéns próprios da Conab em conformidade com os critérios de habilitação descritos na IN Mapa 12/2009**

Para que a U. A. Lyra Tavares possa estar em conformidade com os critérios de habilitação para certificação se faz necessário, segundo diagnóstico de auditoria feita pela companhia:

- Contratar projeto e execução de instalações sanitárias para atendimento ao público;
- Contratar projeto e execução de reforma do sistema de controle elétrico;
- Contratar projeto e execução da atualização do sistema de combate a incêndio;
- Atualizar o plano de prevenção de riscos ambientais;
- Sinalização de trânsito;
- Promover o treinamento dos funcionários da unidade; e
- Adequar o quadro de pessoal da unidade.

Com exceção da última pendência, as demais estão sendo tratadas individualmente através de processo administrativo, para especificação de termo de referência, e contratação de empresa através de processo licitatório.

Para atender essas demandas, foi previsto o custo de R\$ 403.000,00 em investimentos. No entanto, esse valor, não considerou a reforma do sistema de controle elétrico, o plano de prevenção de riscos ambientais e o treinamento dos funcionários da unidade.

Dentro do que foi previsto, a reforma do recinto de análise foi concluída, a um custo de R\$ 7.579,97, estando o mesmo equipado com homogenizador, engenho de prova de arroz, lupa, paquímetro digital, balanças eletrônicas, medidor de umidade, estante metálica para amostra, e mesas para classificação de grãos. Esses equipamentos foram adquiridos para unidade em anos anteriores a 2012, e portanto, não constam no custo financeiro. O valor para aquisição do recinto de análise foi muito menor do que o previsto, porque não se realizou a construção e sim reformas e adaptações, além disso, os equipamentos adquiridos para sua operação, não foram considerados.

**Capacidade estática dos armazéns cadastrados pela Conab, comparando com a demanda anual por armazenagem, por produto e por Estado**

**Quadro 7.4 – Capacidade Estática de Armazenagem x Demanda**

N.º UA	Capacidade Estática (mil ton)			Produto	Quantidade (mil ton)	Demanda %
	Convencional	Granel	Total			
28	26,8	0,0	26,8	Arroz	5,4	89,2
				Feijão	3,6	
				Milho	14,9	
				<b>Total Produção</b>	<b>23,9</b>	

Fonte: Dirab/Suarm e Boletim do 12º Levantamento de Safras (set/12)

Nossa U.A tem capacidade estática para 26,8 mil ton, e de forma convencional apenas.

No estado do Rio de Janeiro a produção de arroz foi de 5.400 t, de feijão de 3.600 t e milho 14.900 t. Considerando a Pesquisa de Orçamento Familiares do IBGE 2008-2009, onde o consumo médio alimentar per capita nacional é de 182,9g/dia de feijão; 160,3 g/dia arroz e 20,4 g/dia de milho e derivados; para atender as necessidades da população do estado no ano de 2012, que era de 15.989.929 habitantes, foi necessário um suprimento de aproximadamente 1.070.388 t de feijão; 938.126 t de arroz e 119.038 t de milho.

Relativo a produção de milho no estado, no que pese sua importância para nutrição dos rebanhos animais, podemos afirmar que a produção desse suprimento é uma atividade de subsistência e portanto, o seu consumo em sua maioria é feita pelo próprio produtor.

O estado possuía 2011/2012 um rebanho efetivo no tamanho de 16.932.485 cabeças, entre bovinos, equinos, bubalinos, asinino, muar, suínos, caprino, ovinos, galos, galinhas, codornas e coelhos. Neste rebanho, a maior expressividade era de galos, incluindo frangas, frangos e pintos, e galinhas, que representava aproximadamente 83% do rebanho animal total ([www.sidra.ibge.gov.br/bda/pecua](http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pecua)), com consumo de aproximadamente 22.827 t de milho. A produção de milho no estado não foi suficiente para atender a avicultura, muito menos os demais rebanhos e o próprio consumo humano. O Rio de Janeiro se caracteriza como um estado que dependente da exportação de produtos essenciais a alimentação humana e animal para seu abastecimento regular.

O período de safra de plantio no Centro-Sul obedeceu o seguinte calendário:

- Arroz, plantio de outubro a janeiro e colheita de fevereiro a junho;
- Feijão 1ª safra, plantio de agosto a dezembro e colheita de novembro a abril;
- Feijão 2ª safra, plantio de fevereiro a maio e colheita de abril a agosto; e
- Milho 1ª safra, plantio de agosto a dezembro e colheita de janeiro a junho.

### **Ações de capacitação de mão-de-obra do Setor Armazenador**

Existe a necessidade de implementação de novos controles, tipo FEEDBACK do participante e redefinição do PÚBLICO ALVO BENEFICIADO com o treinamento; e também a regularização Administrativa do CENTREINAR, órgão responsável pela execução da Ação, por meio de Convênio CONAB e a FUNARBE. Porém o estágio atual desta ação, encontra-se suspensa. A retomada da AÇÃO depende da disponibilidade de Recursos e da Assinatura de Novo Convênio, e da implementação dos Controles. Cabe ressaltar que a regularização administrativa do CENTREINAR já foi implementada pelo Conselho Diretor constituído pelos Representantes da CONAB e da UFV.

### **7.2. Análise das ações de fiscalização de estoques públicos**

#### **Quantidade de funcionários alocados em atividade de fiscalização de armazéns e estoques**

**públicos**

**Considerando o volume de movimentação das operações do Governo Federal na jurisdição do estado do Rio de Janeiro, consideramos que o quadro de Fiscais composto por 04 (quatro) empregados, é suficiente para atender a demanda do Estado. Entendemos que não há necessidade de ampliação do quadro de fiscais nesta Sureg, haja vista que os estoques Governamentais estão bem abaixo do desejado.**

O remanejamento de fiscais entre regionais ou da matriz para as Sureg's é realizado a critério da SUFIS, que solicita reforço de fiscais quando os técnicos das regionais envolvidas não são suficientes para realizar o trabalho. Tecnicamente achamos positivo este intercâmbio, pois possibilita aos fiscais tomar conhecimentos de outras operações e, ao mesmo tempo, ser um multiplicador na sua região de origem.

Existe um calendário anual elaborado pela SUFIS, determinando as etapas de fiscalização para cada Regional, no entanto, alguns estados realizam fiscalizações fora de época atendendo determinação da própria Sufis, visando apurar denúncias ou outro fato excepcional.

**Número de ocorrências de divergências entre o volume contabilizado pela Conab em suas bases de dados e o estoque físico averiguado pelos fiscais, por produto e por Estado; Quantidade física e financeira de perdas de produtos agrícolas em estoques públicos; Quantidade física e financeira de produtos agrícolas averiguada em eventuais desvios em estoques públicos**

Não tivemos nenhum tipo de ocorrência de perdas e desvios de produtos agrícolas em estoques públicos no exercício de 2012.

**Saldo de débitos relativos à desvios ou perdas em estoques públicos; valores recuperados em perdas ou desvios em estoques públicos; valores ajuizados em razão de débitos relativos à desvios ou perdas em estoques públicos**

Foram registradas 18 dívidas pendentes, pertencentes a 04 clientes para os quais a CONAB ingressou com processo judicial nos anos de 1992 e 1994, com valor original de R\$ 1.421.487.483,80 para 1.442.824 kg de feijão anão e 6.966 kg de carne bovina. O registro apresenta um saldo devedor de R\$ 8.732.538,47. Consoante pode-se verificar nas demandas pendentes no âmbito da Superintendência Regional Rio de Janeiro, relativamente a quatro clientes, e em sua maioria decorrem de ações ajuizadas em face de cobrança de armazenagem de produtos, estando em curso na esfera judicial, em grande parte já concluídos seus estágios de conhecimento e ingressando na fase executiva, e assim alguns processos encontram-se com petitórios em busca da localização de bens de titularidade dos executados passíveis de penhora, e ainda pendentes de apreciação por parte do juízo. Ressalte-se que as cobranças registradas e ajuizadas encontram-se em fase judicial final e que dentre algumas das ações intentadas pela CONAB para o resgate de dívidas, não se obteve êxito pleno, havendo a condenação da CONAB ao pagamento de verbas sucumbenciais, contudo, e em virtude da obrigatoriedade, as ações não se encerraram estando em fase recursal.

#### 7.4. Principais indicadores de desempenho

Nome do Indicador: Percentual de armazéns credenciados	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Identificar a quantidade de armazéns cadastrados e aptos a operar com os estoques públicos, por cumprirem com as exigências contratuais.	7,14	7,14	7,14
<b>Análise do Resultado</b> A quantidade de armazéns cadastrados aptos a atender os estoques públicos não apresentou alteração. Isso porque o estado do Rio de Janeiro, não apresentou variação ao longo desses anos em relação a produção de grãos, ocorrendo em até queda de produção, com isso a necessidade de armazéns para estoque permaneceu a mesma.			
Nome do Indicador: Percentual de produto armazenado em relação a capacidade estática	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Acompanhar a utilização da capacidade estática instalada visando otimizar a utilização da rede armazenadora própria	21,54	16,93	21,55
<b>Análise do Resultado</b> Os resultados de 2011 e 2012, não consideraram o valores de armazenagem de dezembro/2011 e janeiro/2012. Isso porque os valores numérico desses meses, em relação ao resto do ano, apresentaram diferenças significativas, interferindo no resultado de estoque mensal, de forma que esta, não representaria a realidade para o ano. Com isso temos média de 5.775,41 ton em 2010; 4.520,21 ton em 2011 e 5.774,01 ton em 2012; sendo que nestas, não foram incluídos os valores 593.231,73 ton de dezembro de 2011 e 593.231,73 ton de janeiro de 2012. Esses valores tem relação com o alto fluxo de entrada/saída no armazém, de produtos de terceiros, na virada de 2011/2012.			
Nome do Indicador: Produtos armazenados para programas sociais em relação ao total de produtos armazenados	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Identificar o percentual de produtos que são destinados para os programas sociais, na rede armazenadora própria.	0,12	0,09	2,77
<b>Análise do Resultado</b> O índice expressa a relação entre a quantidade de produtos alimentícios armazenados destinados a programas sociais e o quantitativo total armazenado. Entretanto, nesse resultado deve-se considerar o fato de que no quantitativo de produtos destinados a programas sociais, não estão incluídos os produtos não alimentícios apreendidos pela Receita Federal (eletroeletrônico) destinados à Defesa Civil (travesseiros, colchões, vassouras, etc) destinados a situações de emergência e calamidade pública, que contribuem para os valores armazenados totais. Desta forma, o índice não reflete muito bem a realidade do armazém, tendo em vista que esses produtos alimentícios doados, somam-se ao quantitativo total, e ocupam espaço físico que não é faturado.			

## 8. GESTÃO TECNOLÓGICA

### 8.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

#### **Planejamento da área; Perfil dos recursos humanos envolvidos; Segurança da informação; Desenvolvimento e produção de sistemas; Contratação e gestão de bens e serviços de TI**

As ações de TI na Conab têm como diretriz básica o Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação – PMTI, criado em 2004 e em execução desde então.

O PMTI é o carro-chefe da Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação da Conab e principal iniciativa de sustentação do objetivo – Prover a Companhia de Infraestrutura de TI Atualizada – constante no Mapa Estratégico da Conab. Além disso, é uma das iniciativas para suporte a boa parte de outros objetivos estratégicos, evidenciando assim o alinhamento das ações de TI e a importância destas como fator crítico de sucesso na execução de sua estratégia organizacional.

Tais ações, incluindo Segurança da Informação, Desenvolvimento e Produção de Sistemas, Contratação e Gestão de bens e serviços de TI, entre outras, são centralizadas na Matriz, tendo como diretriz o planejamento da área de TI para o respectivo exercício, obedecendo à legislação pertinente e aos procedimentos legais e observando a disponibilidade orçamentária e financeira para o período. Tanto que o Comitê formalmente designado para auxiliar nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativo de Tecnologia da Informação funciona no âmbito da Matriz, a quem compete adotar providências e proceder as devidas orientações às Superintendências nos Estados. Cabe à Regional apenas a manutenção dos equipamentos.

Os computadores da Sureg/RJ estão distribuídos na Sede, UA e Hortomercados do Leblon e Humaitá, em um total de 100 microcomputadores.

Para atender a Sureg/RJ contamos com 2(dois) servidores de médio porte e 89 equipamentos, distribuídos entre o 11º e 12º andar, interligados por 3 (três) Switch e um link dedicado de 4Mb.

Atendendo nossa U.A. Lyra Tavares, contamos com 1 (um) servidor e 4 (quatro) equipamentos, sendo 3 (três) dentro da padronagem atualizada e um defasado, porém ainda funcional. Contamos ainda com 6 (seis) Notebook, distribuídos pelos setores da Gefad, Geose e Gejur.

Nos Hortomercados, contamos com uma unidade em cada um, sendo que o que atende ao Leblon está fora dos padrões de uso e não estão interligados em nossa rede, sendo utilizado sistema ADSL para conexão com a internet.

Contamos ainda com um total de 36 impressoras, sendo elas subdivididas entre Laserjet, Deskjet, Matricial e Multifuncional.

Na classificação de Laserjet temos 02 (duas) HP laserjet 4015 de grande porte, 02 (duas) Samsung 3470 laserjet de médio porte, 04 (quatro) Xerox 3250 exclusiva para impressão de Nota Fiscal Eletrônica, 15 (quinze) de pequeno porte e 02 (duas) coloridas Jato de tinta e ainda 02 (duas) multifuncional de marca Xerox, e por fim, 09 (nove) Matriciais, porém, apenas 3 (três) estão em uso.

A qualidade da rede estruturada atende as especificações de certificação, porém, com a necessidade de expansão, acabamos por estar com nossa capacidade estrangulada, e em processo de implementação de novos equipamentos e novo projeto de ampliação, visto a quantidade de empregados que estão retornando à empresa, por força da lei da anistia e outros recursos. É necessário uma reestruturação de nossa rede para suprir a demanda atual.

Conforme mencionado anteriormente, o retorno de funcionários acabou acarretando um problema em nossa estrutura, pois há alguns anos a capacidade da Sureg foi dimensionada para um

determinado número de empregados. Foi feita uma reforma em nossa Sureg, e dimensionado uma capacidade, que atualmente está aquém do previsto, sendo assim, gerando uma deficiência no número de equipamentos necessários para atender a todos os usuários em suas tarefas diárias.

Outro ponto é a questão da capacidade dos equipamentos, que estão se tornando obsoletos, devido a rápida evolução da tecnologia, o que tem deixado nosso parque computacional um pouco defasado.

Não possuímos contratos de manutenção para nossos microcomputadores, a manutenção é realizada por um colaborador, funcionário da empresa. Os equipamentos são licitados com uma garantia contratual de 3 (três) anos, e atualmente ainda temos 16 micros com aproximadamente 30 meses de garantia e 11 abaixo de 20 meses, e os demais, estão com sua garantia expirada.



## 9. GESTÃO ESTRATÉGICA

### 9.1. Análise da implantação do Plano de Gestão Estratégica da Empresa

#### **Estágio de implantação da Gestão estratégica, destacando métodos de aferição e resultados Desenvolvimento de objetivos, indicadores, metas e principais iniciativas Estratégia de alinhamento com o plano de gestão estratégico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

Com a descontinuidade do planejamento estratégico, conforme abordado no capítulo 1, restou prejudicado o acompanhamento da gestão com base na metodologia anteriormente implantada e com o suporte de ferramenta de informática atualizada, a qual permitiria explicitar os resultados por meio de indicadores apurados e a respectiva visualização de metas atingidas.

Contudo, em 2012, a Conab foi inserida no processo de planejamento estratégico do MAPA, nosso Ministério supervisor, no bojo do Plano de Ação para a Agropecuária Sustentável-PAAS/MAPA, mediante a inclusão de um conjunto de resultados estratégicos a serem alcançados pela Companhia, tendo como respaldo o Plano Plurianual - PPA para o período 2012 a 2015.

Atendendo a esse propósito, os Superintendentes da Matriz foram mobilizados para a identificação de ações ou novos projetos que se caracterizassem como estratégicos, tendo em vista o alcance de resultados e desafios futuros, e tendo como suporte o Plano Plurianual. Desse esforço resultaram alguns projetos que, selecionados à luz das ações consignadas no PPA, com respectiva previsão orçamentária, buscaram alinhar-se a 3 macro-resultados daquele Ministério, com previsão para monitoramento concomitante às reuniões de análises estratégicas do MAPA.

Os macro-resultados nos quais a Conab buscou inserir-se foram: Excelência Administrativa; Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio; Agregação de Valor na Produção Agropecuária.

A partir da definição de um conjunto de 6 resultados e 14 projetos, associados aos citados macro-processos, a Conab optou por 3 Resultados Estratégicos, compostos por 7 projetos correspondentes, para efeito de acompanhamento e monitoramento por aquele Ministério. Os demais resultados foram acompanhados em nível interno, por serem considerados de gestão ou ainda por necessitarem de definição mais clara quanto ao vínculo orçamentário, embora todos concorram para a implementação da estratégia organizacional.

Para os três resultados escolhidos – Quadro de Pessoal Redimensionado; Armazéns Próprios Ampliados e Certificados; Subsídios à Formulação das Políticas Agrícolas e de Abastecimento Aperfeiçoadas – foram definidos os objetivos estratégicos relacionados, os projetos que a eles se vinculam, os responsáveis, os impactos e riscos para sua implementação, os produtos, assim como os indicadores de desempenho específicos.

Alguns desses projetos contam com a participação das Regionais para sua implementação, sendo eles: Ampliação da Capacidade Estática da Rede Armazenadora; Certificação de Unidades Armazenadoras Próprias; Aperfeiçoamento e Disponibilização de Informações sobre Safras; Nova Metodologia de Coleta de Preços Agropecuários; Estudo das Perdas Qualitativas e Quantitativas no Transporte e na Pós-Colheita de Grãos; Apoio às Centrais de Unidades Varejistas; Implantação de Unidades de Serviço de Abastecimento Móvel Fluvial.

O monitoramento desses projetos, contudo, esteve restrito à Matriz, que foi quem conduziu e implementou as etapas iniciais, demandando informações das Suregs ou devendo envolvê-las no processo oportunamente, tendo em vista que a maioria dos projetos é de médio prazo, variando de 3 a 5 anos, cujos resultados serão evidenciados mais à frente e para os quais deverá ocorrer o devido acompanhamento.

Relativo a ampliação da capacidade estática da rede armazenadora própria, está sendo

conduzido licitação para contratação de um estudo de viabilidade econômica, técnica e ambiental, para instalação de uma Unidade Armazenadora de Grãos, no município e Três Rios – RJ, que irá atender a pecuária local.

Quanto a certificação da U.A. Lyra Tavares, foram levantadas algumas pendências: 1) Reforma e adequação do recinto de análise; 2) Responsabilidade técnica; 3) Aquisição de livro para registro de ocorrências operacionais; 4) Recinto para guarda de agrotóxicos; 5) Contratação de projeto e execução de instalações sanitárias para atendimento ao público; 6) Contratação de projeto e execução do sistema elétrico da unidade; 7) Contratação de projeto e execução da reforma do sistema de combate a incêndio; 8) Atualização do plano de prevenção de riscos ambientais; 9) Treinamento dos funcionários da unidade; 10) Adequação o quadro de pessoal da unidade; destas, os quatro primeiros itens já encontram-se dentro dos requisitos exigidos, e o último é dependente da reestruturação da companhia; os demais estão sendo conduzidos para licitação.

## **10. GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES**

### **10.1. Análise dos principais resultados do Projeto SigaBrasil**

#### **Principais trabalhos produzidos com ênfase no público alvo e impactos nas cadeias produtivas**

Os principais produtos do Projeto SigaBrasil atenderam, principalmente, às demandas da Superintendência de Suporte à Agricultura Familiar (SUPAF) e da Superintendência de Gestão da Oferta (SUGOF).

No caso da SUPAF, fez parte do escopo do Projeto a elaboração de mapas temáticos que relacionaram a abrangência do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) com outras variáveis, como, por exemplo, o número de Declarações de Aptidão ao Pronaf - DAPs (MDA) e o número de estabelecimentos com renda abaixo de 70 reais, por município (IBGE). Esses mapas auxiliaram as tomadas de decisão para o melhor atendimento de um público alvo específico, contemplando, entre outras unidades da federação, o estado do Rio de Janeiro.

No caso da SUGOF a maioria dos produtos referiu-se à atualização de mapas de produção, à localização de unidades armazenadoras e das vias de escoamento da produção. Esses mapas, além de auxiliarem as decisões quanto à remoção de estoques, também foram utilizados em apresentações nas câmaras setoriais, que envolveram diferentes membros das cadeias produtivas. O estado do Rio de Janeiro foi representado em alguns desses mapas, quando apresentavam produção significativa.

Também fizeram parte do Projeto as atividades vinculadas ao georreferenciamento dos armazéns e das usinas de cana-de-açúcar. No estado do Rio de Janeiro, no ano de 2012, não houve necessidade de georreferenciamento de usinas, visto que não ocorreu acréscimo de unidade sucroalcooleira ou correção de coordenadas geográficas. Cabe destacar, ainda, que as atividades do Projeto SigaBrasil foram executadas pela matriz.

O SigaBrasil não foi executado na SUREG-RJ e sim pela GEOTE na matriz.

#### **Demonstrativo dos custos de investimento e manutenção do Programa**

O Projeto SigaBrasil não possui um orçamento específico. A maior parte dos trabalhos é executada pelos técnicos da Conab (auxiliados por consultores do PNUD), com os recursos da Companhia, vinculados ao Projeto Geosafra.

#### **Principais resultados no levantamento de produção, custos e estoques de produtos agrícolas**

Os principais resultados do Projeto SigaBrasil no levantamento de produção e custos foram os mapas das principais regiões produtoras de cada produto, quando o estado do Rio de Janeiro é significativo. No caso dos estoques de produtos agrícolas, não houve georreferenciamento das unidades armazenadoras no ano de 2012.

Ainda fizeram parte do escopo do Projeto o relatório da abrangência dos levantamentos de safra da CONAB e do IBGE, além da elaboração de diversos mapas temáticos, como: os da produção agrícola de todos os produtos assistidos pela Companhia; os do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), desde 2003; os da área de execução do Programa Vendas em Balcão, em todo o país; quando o estado do Rio de Janeiro apresenta representatividade. Vale ressaltar que essas atividades foram executadas pela matriz.

### **10.3. Análise dos principais resultados da Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras**

## **Principais trabalhos produzidos com ênfase no público alvo e impactos nas cadeias produtivas**

A Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras possui tipo finalístico e tem como objetivo subsidiar a formulação da política agrícola, avaliando o desempenho das culturas do plantio até a colheita e o balanço de oferta e demanda dos produtos amparados pela PGPM, permitindo a tomada de decisões pelo setor público e privado, de forma ágil, transparente, imparcial e segura.

### **Demonstrativo dos custos de investimento e manutenção do Programa**

Todos os custos do Programa são realizados na Matriz através da Ação Pesquisa, acompanhamento e avaliação de safras.

### **Principais resultados no levantamento de produção**

Durante o ano-safra a CONAB realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância (por telefone, internet, geoprocessamento, etc). No caso de ocorrências de situações climáticas anormais devem ser realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas.

A unidade responsável pelas decisões estratégicas é a Diretoria de Política Agrícola e Informações – Dipai, e coordenador nacional da ação o Sr. Carlos Roberto Bestetti. Suas unidades executoras: Superintendência de Informações do Agronegócio – Suinf e Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras – Geasa; unidade regional responsável pela execução é a Gerência de Operações e Suporte Estratégico - Geose e Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta – Segeo, e os responsáveis regionais são os empregados: Olavo Franco de Godoy Neto, Cláudio Chagas Figueiredo e Wilson Cavalcanti de Albuquerque.

A Conab, em todo o território nacional, desenvolve um programa, em cooperação com o MAPA, para acompanhamento e avaliação das safras brasileiras de produtos agrícolas. No ano de 2012 foram previstos 12 levantamentos de safra e intenção de plantio de grãos para todo o território nacional. Para o Rio de Janeiro, em face das peculiaridades produtivas, foram realizados apenas 2 (dois) levantamentos de campo. O restante das coletas de informações foi realizado por telefone. Com isso, as atividades foram executadas plenamente de acordo com o planejado, tendo os levantamentos de campo sido realizados em dois roteiros, considerando-se os principais municípios com cultivo significativo de arroz, feijão e milho. Já os levantamentos de campo de safra de cana-de-açúcar foram realizados em 3 ocasiões durante o ano. A Sureg/RJ não executou levantamentos de campo de café, apesar da previsão de 3 (três) estimativas no calendário nacional. Cabe destacar que, no ano de 2012, esses levantamentos foram executados nos principais estados produtores.

Atendendo às demandas previamente programadas pela Suinf e Geasa para o ano de 2012, foram executadas as viagens de levantamentos de campo descritas abaixo:

#### **Levantamentos de safra de grãos (arroz, feijão e milho):**

- 2 viagens em março (7º levantamento de grãos 2011/12 – 2 roteiros);
- 2 viagens em maio (9º levantamento de grãos 2011/12 – 2 roteiros).

#### **Levantamentos de safra de cana-de-açúcar:**

- 1 viagem em março (1º levantamento de cana-de-açúcar 2012/13 – 1 roteiro);
- 1 viagem em julho (2º levantamento de cana-de-açúcar 2012/13 – 1 roteiro);
- 1 viagem em novembro (1º levantamento de cana-de-açúcar 2011/12 – 1 roteiro).

Na metodologia utilizada pela Companhia, para realizar estes levantamentos, são programadas visitas de empregados a todas as unidades de produção sucroalcooleira em atividade no país, aos escritórios de assistência técnica, aos principais produtores municipais e outros informantes alternativos, de forma a manter um contato direto e interação com estas fontes de informação, procedendo-se, em seguida, ao preenchimento de questionários padronizados em nível nacional, a fim de apurar um conjunto de informações. Mesmo sendo sabido que a utilização de fontes ligadas à administração pública local não são as ideais, estas fontes também são contatadas a fim de se manter a interação com as pessoas envolvidas. Após os lançamentos dos dados em formulários próprios e envio à Suinf, há uma discussão com representantes do IBGE, visando a geração de números estaduais comuns, a fim de realizar uma mesma divulgação de informações oficiais acerca das principais lavouras brasileiras.

#### a) Levantamento de safra de grãos

Para a realização dos levantamentos de safra de grãos são percorridos, normalmente, dois roteiros, que consideram os principais municípios com cultivo significativo de arroz, feijão e milho. Cabe ressaltar que o estado do Rio de Janeiro não tem expressão como produtor de grãos. Mesmo diante da pequena produção, observa-se, ainda, uma persistente queda comparativa aos anos anteriores, principalmente, na produção de milho.

O comparativo de área e produção das culturas consultadas no estado do Rio de Janeiro (safras 2010/11 e 2011/12), apresenta variação negativa absoluta em torno de 1 (um) e variação percentual em torno de 15%, com exceção da área de feijão de 1ª safra que se manteve estável, quanto a produção de grãos mantém a tendência de queda observada nos anos anteriores, conforme dados obtidos pela CONAB/SUINF/GEASA – 12º levantamento de grãos 2011/12 (setembro/2012).

O comparativo de área e produção das culturas consultadas no estado do Rio de Janeiro entre o 1º e 12º levantamentos da safra 2011/12 para a intenção de plantio, apresenta uma redução que se manteve em relação a safra anterior. Isso é justificado pelo fato da produção dessas culturas ser praticada por agricultores que já plantam esses produtos tradicionalmente. Com isso, não haveria mudanças significativas nos valores de área e produção. Ainda assim, houve uma queda superior a 13% da área e da produção ao comparar os números do último levantamento com a intenção de plantio, conforme dados obtidos pela CONAB/SUINF/GEASA – 1º e 12º levantamento de grãos 2011/12 (outubro/2011 e setembro/2012)

As condições de clima são favoráveis à produção destes grãos, entretanto, as características topográficas que, via de regra, impedem a mecanização, tornam a produção destes grãos inviável economicamente em face da prática de procedimentos agrícolas ultrapassados com utilização elevada de mão-de-obra. A baixa produção e o seu elevado custo tornam o Rio de Janeiro um importador destes produtos.

#### b) Levantamento de safra de cana-de-açúcar

Nos mesmos moldes que o procedido para a avaliação das safras de grãos, a Conab, em todo o território nacional, desenvolve um programa, em cooperação com o Mapa, para o acompanhamento e avaliação das safras brasileiras de cana-de-açúcar. Nessa linha, há visitas às unidades de produção sucroalcooleira com produção efetiva, situadas nos vários estados produtores.

Ao longo do ano de 2012 foram realizados 3 levantamentos. Essas atividades, sobretudo o terceiro levantamento, tiveram por finalidade apurar o resultado final da safra de cana-de-açúcar, recolhendo informações sobre a área cultivada, produtividade, produção, ATR, produção de açúcar, produção de álcool, produção e consumo de energia, tipo de colheita, dentre outras e comparar com os outros levantamentos realizados para avaliar a evolução ou involução da safra em si.

Através destes dados obtidos em todo o território nacional, é possível à Conab detectar, entre outros dados, a anomalia de pluviosidade. Com isso é possível saber se as chuvas excessivas

prejudicaram ou estão prejudicando os trabalhos de colheita e sua influência na qualidade da cana, principalmente no teor de sacarose, assim como a previsão da produção total de cana-de-açúcar.

No contexto nacional, houve um aumento da área na safra 2012/13 de 2,4% em relação à safra de 2011/12, correspondendo 199,2 mil ha. A safra de cana destinada à atividade sucroalcooleira, na safra 2012/13 estava estimada em 8.567,2 mil hectares, distribuída em todos os estados produtores. Já no Rio de Janeiro houve uma redução de 6% em relação à safra 2011/12, correspondendo a 2,48 mil ha na safra 2012/13.

Do total da cana-de-açúcar esmagada no Brasil, 299.942 mil toneladas foram destinadas à produção de 38.852,7 mil toneladas de açúcar. Já as 302.236,8 mil toneladas restantes foram destinadas à produção de 23.956.381,5 mil litros de etanol. Do total da cana-de-açúcar esmagada no Rio de Janeiro, 946,1 mil toneladas foram destinadas à produção de 112,2 mil toneladas de açúcar e 944,9 mil toneladas foram destinados a produção de 69.558,4 mil litros de etanol.

#### c) Levantamento de safra de pinhão manso

Os levantamentos de safra de pinhão manso tem como objetivos a obtenção de dados sobre área, produtividade, destino da produção, tipo de cultivo, densidade populacional por hectare, distribuição na PGPAF e PGPM, assim como o cadastramento de informantes e indústrias. Cabe destacar, que não houve levantamento de safra de pinhão manso no ano de 2012 no estado do Rio de Janeiro.

#### d) Levantamento de safra de café

Para a realização do levantamento de safra de café no Rio de Janeiro foi criado um roteiro com os municípios que detém as produções mais expressivas do produto dentro do estado, correspondendo aos municípios de São José do Vale do Rio Preto, Bom Jardim, Duas Barras, Bom Jesus do Itabapoana, Itaperuna, Natividade, Porciúncula, Varre Sai e São Fidélis. Normalmente, as informações para o referido levantamento são obtidas nos escritórios locais da EMATER, através de seus técnicos de campo. Cabe destacar, que não houve levantamento de safra de café no ano de 2012 no estado do Rio de Janeiro.

### **Principais resultados no custos e estoques de produtos agrícolas**

Em abril de 2012 foi realizado o levantamento dos preços de insumos, máquinas, implementos e serviços para a atualização dos custos de produção do Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF). Os produtos contemplados foram tomate longa vida envarado, em Nova Friburgo, quiabo, em Itaocara, e cana-de-açúcar, em Campos dos Goytacazes. O meio utilizado para a realização do levantamento foi o contato telefônico, com o preenchimento de planilhas para envio à Gerência de Custos de Produção (GECUP), a qual compilou os dados.

## 11. GESTÃO DE PESSOAS

### 11.1. Alocação de Servidores

**Apresentar estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes à alocação de servidores em departamentos ou setores em que sua experiência profissional e formação possam ser melhor aproveitados**

Nos termos do RP- Regulamento de Pessoal, da Cia, a forma de ingressar nos quadros da Conab, se dá por meio de Concurso Público, ressalvadas as funções gratificadas nos cargos de assessoramento, direção e nos cargos de subordinação direta a Presidência da Cia.

No ano em referência 2012 ocorreu concurso público, para provimento a cargos exclusivos de vagas na Matriz, cujo pessoal selecionado foi submetido aos critérios estabelecidos nos editais de concursos públicos para contratação de empregados para Cia.

Tal qual os exercícios anteriores, foram realizadas 09(nove) admissões, por força da Lei de Anistia, nº9.878, de 11 de maio de 1994, concretizadas por força de Portaria Ministerial – MPOG – Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. Tais admissões são independentes do dimensionamento do quadro ideal da Cia.

No exercício de 2012, não houve dimensionamento de pessoal da SUREG/RJ, assim as necessidades de força de trabalho, quando demandadas foram sanadas, alocando pessoal do quadro da Sureg/RJ, dando oportunidade de transferências de pessoal entre setores daqueles interessados. Houve convocação de alguns cedidos a órgãos da administração pública. Ao efetuar o remanejamento, foram observadas as competências regimentais para o cargo, o perfil adequado do empregado e os normativos internos em vigor, bem como a concordância dos órgãos cessionários.

Alocação de R.H para suprir necessidades de pessoal das áreas: empregada Maria Aparecida R. Santos em 01/02/12 do DPU para Sede/Seade e a empregada Vanda Regina de Souza em 01/07/12 do MTE para Sede/Seade.

A Sureg/RJ, conta com um efetivo de 236 empregados, assim distribuídos: SEDE com 100, UA Lyra Tavares com 38, e 98 CEDIDOS. Considerando o número de empregados cedidos, fica a Regional, com efetivo de 138 empregados, quadro este, que será dimensionado de conformidade com o Planejamento Estratégico da Cia, metas definidas para Sureg/RJ, fluxograma de processos de trabalho, competências para o cargo/função e o perfil do empregado a ser alocado. O resultado de tais procedimentos irá definir as necessidades de pessoal da Sureg/RJ de forma qualitativa e quantitativa.

### 11.2. Comunicação na Instituição

**Apresentar a estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações destinadas a comunicação de informações importantes para a Instituição**

A comunicação na Sureg/RJ se dá através dos diversos veículos, os e-mails abrangendo o público interno e externo, visando agilidade na comunicação, no feedback.

#### **Público interno**

A comunicação interna (CI), cujo foco é o público interno, visa o registro da informação, entre setores da Regional, as cartas destinam-se a comunicação com Órgãos externos, os murais e quadros de avisos atendem a divulgação de assuntos de interesse geral, campanhas culturais e ou

educativas, a notícia da semana que divulga assuntos da Cia de interesse geral e a Intranet principal veículo onde são encontradas todas as informações institucionais tais como: Normas, Procedimentos, Regimentos, Boletim Administrativo e Manuais.

Os fluxos dos processos e as competências regimentais estão publicadas nas normas da organização e nos manuais disponíveis na Intranet.

## **Público externo**

A Sureg/RJ, na medida do possível procura através do sistema de comunicação vigente, veicular informações aos clientes externos, promovendo o fortalecimento da relação institucional, bem como as relações comerciais a nível externo. As políticas de comunicação da Cia visam agregar valor a imagem institucional. No ano de 2012 a Superintendência Regional contou com o apoio de 01(uma) estagiária de jornalismo, que providenciava a divulgação de assuntos internos de interesse geral, promovia o endo marketing da Sureg, e a organização de eventos externos, promovendo a Conab junto as parcerias e a sociedade.

### **11.3. Clima Organizacional e Ambiente de Trabalho**

#### **Apresentar a estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações destinadas a melhorar o clima organizacional da Instituição e o ambiente de trabalho**

A área da Matriz Gecar, visando investir credibilidade na pesquisa de Clima Organizacional, disponibilizou na Intranet o resultado obtido nos questionários respondidos em Julho 2008, cujo objetivo foi de conhecer as percepções dos empregados sob temas relativos ao ambiente de trabalho, objetivando prestar subsídios a futuros planos de ações para melhoria desta ambiência.

Na prática a Sureg/RJ, procura tornar o ambiente de trabalho saudável, promovendo encontros visando a interação dos empregados, em datas comemorativas, festas natalinas, entrega de bônus por tempo de serviço e outras comemorações institucionais.

A dificuldade observada é a falta de recursos financeiros para promoção das ações de convivência, dentre elas os coffee breaks.

A nova direção da empresa, vem implementando ações de retomada do Planejamento estratégico da Cia, elaborando o plano de reordenamento da Conab, onde constam reforços da missão da Cia, visão de futuro de médio e longo prazo, implantação de indicadores de desempenho, metas organizacionais bem como retomada de antigos anseios do corpo funcional, como: Plano de Cargos, salários e carreiras, Plano de Demissão Voluntária Incentivada, Avaliação de Desempenho e provimento à cargos/funções internos na Organização, usando critérios que privilegiem as competências e o Perfil do candidato. Vivenciando tais práticas a melhoria da auto-estima dos empregados e conseqüente Clima Organizacional, torna-se propício ao bom desempenho de todos. Cabe ressaltar que o Plano de reordenamento da Cia contempla a regularização de pendências administrativas, tais como os níveis de avaliação por desempenho que geraram inúmeras demandas trabalhistas.

A instalação de aparelhos novos de ar condicionado em toda Sureg contribuiu para um ambiente de trabalho mais agradável, favorável ao aumento da produtividade, satisfação e motivação do corpo funcional.

### **11.4. Ações de Conhecimento e Aprendizagem**

#### **Apresentar a estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações de disseminação de conhecimento, aprendizagem, entre outras**



Em 2012, em função das recomendações da Proge, baseadas nas orientações estabelecidas na Decisão do Tribunal de Contas da União – TCU nº 439/1998, foi necessário que todo e qualquer treinamento externo ou interno, programado pela Cia, que exigisse pagamento de quaisquer valor para instituição de Ensino ou profissional autônomo, fosse caracterizado como inexigibilidade de licitação, sendo necessário submeter a GEJUR/COJUR, com encaminhamento a Diretoria colegiada para ratificar a inexigibilidade.

O novo procedimento tornou muito complexo o processo de contratação, assim optamos por capacitações, sem ônus e aquelas institucionalizadas, provenientes do Levantamento de Necessidades de Treinamentos coordenadas pela área da Gecap. Os cursos, on line, foram realizados, com a adesão de 81% dos empregados lotados na Sede e UA Lyra Tavares e objetivou reforçar normas de Políticas de governo bem como reforçar culturas e valores organizacionais.

A Superintendência Regional, apesar das dificuldades encontradas, realizou 112 treinamentos nas diversas áreas do conhecimento que representou 81,75% de empregados treinados.

Como principal resultado pudemos indicar a capacitação de 10 empregados no curso in company, de formação de pregoeiros que veio cobrir a lacuna de pessoal em tal processo.

A principal dificuldade encontrada foi a forma de contratação que demanda muito tempo compilando a documentação necessária até a efetiva contratação.

A Superintendência Regional, após o término de um treinamento aplica a Avaliação de Reação. Todos os treinamentos são enviados a Gecap, para acompanhamento do LNT, da Reação e dos Resultados dos treinamentos.

Visando a inserção de adolescentes no mercado de trabalho, a Sureg/RJ contou com 07 (sete) menores aprendizes, que davam apoio a diversas áreas da Sureg, de conformidade com o convenio (via Matriz) travado com a Renapsi em atendimento a Lei 10.097 de 19/11/2000.

A Conab pensando na valorização dos empregados, procura incentivar seus colaboradores ao reingresso a vida acadêmica facilitando suas frequências nos cursos de Pós-Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado, voltados para os objetivos do Planejamento da Cia. Além do programa do menor aprendiz, mantém o projeto Graduar para trabalhar (alfabetização, ensino fundamental e médio), que visa aumentar a escolarização dos colaboradores em geral.

## 11.5. Informações sobre recursos humanos da Conab

### Composição do quadro de servidores ativos

**Quadro 11.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Empregado em Cargos Efetivos</b>	Não há	<b>236</b>	<b>9</b>	<b>2</b>
1.1. Cargos de carreira	-	236	9	2
<b>2. Empregado com Contrato Especial (2.1+2.2+2.3)</b>	Não há	0	0	0
2.1. Diretor	-			
2.2. Assessor	-			
2.3. Requisitado	-			
<b>3. Conselheiro de Administração/Fiscal</b>	Não há			
<b>4. Pensão Vitalícia</b>	Não há			
<b>5. Total de Empregados (1+2+3+4)</b>	<b>0</b>	<b>236</b>	<b>9</b>	<b>2</b>

Fonte: Digepe/Sumoc/Gecap

A quantidade de cargos, comissionados em 2012 foi mantido inalterado, em função de não ter havido modificações no Organograma da Regional, portando não foram criadas unidades de

trabalhos comissionadas.

Para ocupação de cargos comissionados, a Sureg considera o Perfil do candidato e da função, buscando compatibilizar as competências apresentadas no candidato para o exercício da função. Os empregados designados para ocuparem cargos comissionados, na Sureg/RJ, são empregados encarreirados, que apresentam competências gerenciais evidentes.

#### Quadro 11.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2)</b>	<b>93</b>
1.1. Decreto n.º 4.050 de 12/12/2001	-
1.2. Lei n.º 10.470 de 25/06/2002	93
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2)</b>	<b>2</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Aposentadoria – invalidez temporária	2
<b>3. Licença Remunerada (3.1+3.2)</b>	<b>0</b>
3.1. Licença Maternidade – 120 dias	-
3.2. Licença Maternidade – Emp Cidadã – 60 dias	-
<b>4. Licença não Remunerada (particular)</b>	<b>2</b>
<b>5. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	<b>-</b>
<b>6. Total dos Empregados (1+2+3+4+5)</b>	<b>97</b>

Fonte: Digeop/Sumoc/Gecap

Considerando o quantitativo de 236 empregados, o quadro de pessoal da Sureg/RJ, possui 93 empregados cedidos e 04 (quatro) em diversos afastamentos, apresentando um percentual de 41% de empregados da Regional cedidos e de licença.

Os empregados que encontram-se cedidos, em grande parte, via de regra, são os readmitidos na Companhia, através da Lei 8.878/94, Lei de anistia, são empregados oriundos das três empresas fusionadas que originaram a Conab (Cobal, CFP e Cibrazem), e que em suas empresas de origem exerciam cargos que foram extintos sem correlação com as atividades atuais da Conab, e desta forma não havendo possibilidade de lotação na própria Cia. Assim, o MPOG tratou de distribuí-los para Órgãos da Administração Pública Federal que apresentavam demandas de pessoal.

A Sureg/RJ, visando recompor o quadro de pessoal da Superintendência/RJ, está trabalhando no sentido de redimensionar o quadro de pessoal e identificar nossas reais necessidades, buscando mediante as demandas de pessoal e a partir da análise do perfil do empregados cedidos contatando o Órgão cessionário e o empregado, buscando retorno à Cia àqueles que atendam nossas necessidades.

#### Quadro 11.3 – Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Funções Gratificadas</b>	-	<b>13</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.1. Empregado em Cargo de Carreira		13	0	0
1.2. Empregado com Contrato Especial / Conselheiros				
1.3. Empregado Requisitado				
<b>2. Total de Empregados com Função Gratificada</b>	-	<b>13</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Sugep, Sutin e Sistema Sênior

A Sureg/RJ possui os seguintes cargos comissionados distribuídos, tal como: Sureg com os cargos de Superintendente, Assistente e Secretária; Prore somente o cargo de Procurador; Gefad

com os cargos de Gerente, Secretária, Encarregada do Seade e Encarregado do Secof; Geose com os cargos de Gerente, Secretária, Encarregado do Segeo e Encarregado do Seopi; e por fim a UA Lyra Tavares com o cargo de Gerente da UA.

Os cargos comissionados são ocupados por indicação da Superintendência Regional, que considera o perfil do empregado e as competências gerenciais necessárias aos gestores e ao cargo.

**Quadro 11.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Empregados por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>20</b>	<b>146</b>	<b>54</b>
1.1. Servidores de Carreira	0	3	20	146	54
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>3</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	1	2	7	3
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>22</b>	<b>153</b>	<b>57</b>

Fonte: Digep/Sumoc/Gecap

Conforme demonstra o quadro acima, o maior quantitativo de empregados encontra-se na penúltima faixa etária, aquela que abrange empregados de 51 a 60 anos. Os avanços da medicina vem proporcionando maior expectativa de vida para população nessa faixa. É cada vez maior o número de pessoas que ultrapassam a idade de sessenta anos trabalhando, mais que isso, esse universo de empregado, conseguem atingir a essa idade em boas condições físicas e mentais.

Notadamente, a Cia com os programas de Qualidade de vida vem melhorando sobremaneira o desempenho desses colaboradores e minimizando limitações de saúde e aquelas próprias da idade avançada, entretanto este segmento ainda é força de trabalho a ser considerada, observando, que os anos de trabalho, proporcionam a acumulação de experiência profissional, facilitando a execução de tarefas e preservando a memória da Cia, um bem precioso. Assim sendo, visando melhor aproveitamento dessa mão de obra presente na Cia, essa parcela de empregados está bastante envolvida na realização das tarefas de rotina da empresa, sendo questionado por vezes, como se darão os desligamentos no futuro.

**Quadro 11.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	3	15	27	34	7	88	3	29	14	3
1.2. Em cargo de Carreira	-	3	15	27	34	7	88	3	29	14	3
<b>2. Provimento em Função Gratificada</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
2.1. Cargos de carreira	-	-	-	-	4	-	2	-	6	1	-
2.2. Contrato Especial (Diretor, Assessor, Conselheiro)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.3. Requisitado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>15</b>	<b>27</b>	<b>38</b>	<b>7</b>	<b>90</b>	<b>3</b>	<b>35</b>	<b>15</b>	<b>3</b>

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Digep/Sumoc/Gecap

Nessa análise há que ser mencionadas as duas grandes áreas da Companhia, área fim e área meio, os grupos de escolarização da Companhia em número de 11 grupos estão distribuídos da seguinte forma 90 cedidos pertencentes a área meio - níveis fundamental, médio e superior

(completos e incompletos) - e 03 empregados de nível superior pertencentes a área fim da Sureg/RJ.

A lotação da Superintendência Regional fica com 143 empregados sendo que na área fim estão lotados técnicos especializados no agronegócio ficando os demais cargos administrativos preenchidos por empregados de nível fundamental e médio.

Atualmente a Cia vem desenvolvendo suas atividades laborativas, sob as normas de dois PCCS- Planos de Cargos e Carreiras, um deles de 1991, apresenta descrições de funções que podem causar desvios de funções, entretanto, grande parte dos empregados estão migrando para o novo plano desde sua implantação em 2009. O mencionado PCCS, vem eliminar a possibilidade de desvios de função vez que os cargos descritos tem uma maior abrangência, chamando de espaços ocupacionais as diversas funções existentes, permitindo maior mobilidade dos cargos.

## Composição do quadro de estagiários

**Quadro 11.6 – Composição do Quadro de Estagiários**

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no Exercício (em R\$1,00)
	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre	
<b>1. Nível Superior</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	58.583,16
1.1 Área Fim	4	2	2	2	
1.2 Área Meio	3	3	6	5	
<b>2. Nível Médio</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>58.583,16</b>

Fonte: Seade

A contratação de estagiários para Sureg, é de muita relevância, considerando que tal segmento, contribui sobremaneira no alcance das metas das equipes colaborando com os resultados.

Na organização como um todo, os estagiários ajudam a criar e manter o espírito de renovação e oxigenação permanente, proporcionando, canal eficiente no acompanhamento de avanços tecnológicos e conceituais. Desta forma a Sureg colabora na preparação e formação de pessoas, além de melhorar e qualificar seus recursos humanos, permitindo a descoberta de novos talentos, preparando-os para o mercado.

Nosso convênio com agentes integradores de estágio, nos permite contribuir para que a Conab/Sureg/RJ, cumpra seu papel social, ajudando na formação de uma nova geração de profissionais capacitados que o país necessita.

## Custos associados à manutenção dos recursos humanos

**Quadro 11.7– Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores**

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis (em R\$)						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Rebribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provedimento em Comissão</b>											
Exercícios	2012	9.637.745,12	-	-	15.884,56	212.957,40	2.067.885,88	-	376.009,92	-	<b>12310482,88</b>
	2011	10.185.036,70	-	-	17.345,04	157.974,00	1.963.480,94	-	8.653,12	-	<b>12332489,80</b>
	2010	12.362.834,64	-	-	18.819,36	7.215,00	2.122.589,92	-	317.813,32	-	<b>14829272,24</b>
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2012	4.273.113,86	-	16.744,02	4.080,00	1.128,00	1.139.083,35	-	177.238,15	-	<b>5611387,38</b>
	2011	4.880.487,25	-	-	5.916,00	9.884,00	1.175.937,75	-	37.497,90	-	<b>6109722,90</b>
	2010	5.970.505,70	-	-	41.347,26	-	1.248.025,55	-	144.738,87	-	<b>7404617,38</b>
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2012	1.956.009,00	-	626.587,44	-	8.098,00	197.731,80	-	64.231,78	-	<b>2852658,02</b>
	2011	2.559.747,94	-	700.473,30	-	14.501,00	200.748,80	-	20.028,58	-	<b>3495499,62</b>
	2010	2.516.485,40	-	841.605,12	-	-	202.263,12	-	78.207,40	-	<b>3638561,04</b>
<b>TOTAL</b>											
Exercícios	2012	<b>15866867,98</b>	<b>0,00</b>	<b>643331,46</b>	<b>19964,56</b>	<b>222183,40</b>	<b>3404701,03</b>	<b>0,00</b>	<b>617479,85</b>	<b>0,00</b>	<b>20774528,28</b>
	2011	<b>17625271,89</b>	<b>0,00</b>	<b>700473,30</b>	<b>23261,04</b>	<b>182359,00</b>	<b>3340167,49</b>	<b>0,00</b>	<b>66179,60</b>	<b>0,00</b>	<b>21937712,32</b>

Fonte: Sugep, Sutin e Sistema Sênior

Na tabela apresentada no item vencimentos e vantagens fixas (servidores de carreira, cedidos e ocupantes de funções gratificadas) vem apresentando evolução decrescente na série demonstrada de 2010, 2011 e 2012, representado o índice percentual de 23,90%.

O item Servidores cedidos com ônus ou em licença em relação ao número total de empregados apresenta série decrescente com os seguintes índices percentuais: 27,01% em 2012, 27,85% em 2011 e 28,62% em 2010.

A série histórica demonstrada em fatores percentuais do custo de empregados cedidos em relação ao todo apresenta-se decrescente, visto que desde 2010, as admissões de empregados admitidos pela Lei 8.878 de 11/05/1994, de Anistia, vem diminuindo em função de todas as Portarias do MPOG- Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão baixadas até 2012 por terem sido todas acatadas.

Também, demonstra um comportamento decrescente a série histórica dos custos dos empregados que ocupam cargo comissionado/função em relação ao todo, como 13,73% em 2012, 15,93% em 2011 e 14,06% em 2010.

Considerando não ter ocorrido modificações no Organograma da Sureg/RJ, portanto, não foram criadas funções gratificadas, o comportamento decrescente do percentual dos empregados investidos em funções gratificadas explica-se em face das diferenças decorrentes dos cargos de carreiras que diferenciam as remunerações de cada empregado ocupantes dessas de funções.

## Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

### Quadro 11.8 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante															
Nome: Companhia Nacional de Abastecimento															
UG/Gestão: 135305 – 22211										CNPJ: 26.461.699/0095-60					
Informações sobre os contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigida dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores	
					Início	Fim	F		M		S			P	C
							P	C	P	C	P	C			
2008	L	O	033/2008-1	08.565.530/0001	09/02/12	28/02/13	-	-	-	-	-	-	P	22	22
2012	V	O	005/2012	31.376.361/0001	09/10/12	08/10/13	-	-	-	-	-	-	A	30	30

**Observações:**  
 Legenda: Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.  
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.  
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  
 Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado  
 Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada

Fonte: Seade

A Sureg possui contrato de prestação de serviços de limpeza e vigilância voltados para a UA e Hortomercados, pois em nossa Sede a vigilância é de responsabilidade do condomínio predial e a limpeza é realizada por empregados da Cia. Ambas contratações destes serviços foram realizadas através de procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, obedecendo a Lei 8.666 e a IN do MPOG N°2 de 30/04/08, sendo realizado nova contratação para empresa de vigilância e prorrogação de contrato, através de termo aditivo a empresa de limpeza, atendendo ao inciso II do Art. 57 da lei de Licitações e Contratos Administrativos.

**Quadro 11.9 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra**

Unidade Contratante														
Nome: Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB														
UG/Gestão: 135305 – 22211							CNPJ: 26.461.699/0095/60							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2009	12	O	001/2008	00.580.630/0001-82	11/04/12	10/04/13	-	-	-	-	-	-	-	p
2009	12	O	001/2009	42.382.879/0001-23	11/08/12	10/08/13	-	-	-	-	-	-	-	p
2012	8	O	002/2012	08.996.644/0001-93	10/09/12	09/09/13	-	-	-	-	-	-	-	A

**Observações:**

**LEGENDA**

**Área:**  
1. Segurança;  
2. Transportes;  
3. Informática;  
4. Copeiragem;  
5. Recepção;  
6. Reprografia;  
7. Telecomunicações;  
8. Manutenção de bens móveis;  
9. Manutenção de bens imóveis;  
10. Brigadistas;  
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;  
12. Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.  
**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  
**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.  
**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Seade

Além desses contratos a Sureg ainda possui contratos para serviços de manutenção de ar condicionados com a empresa Cold Air, e serviços advocatícios com o Escritório Rocha Calderon. Os serviços de coleta de lixo são realizados nos Hortomercados e na UA Lyra Tavares, pela empresa Depósito de Papel Santa Cecília. Todas as contratações foram realizadas através de procedimento licitatório, sendo a contratação do serviço jurídico através de Concorrência Pública e os outros dois através de pregão eletrônico, conforme procedimentos disciplinados pela Lei 8.666 de 21/06/93 e do Decreto Nº 5.450 de 31/05/2005.

**Demonstrativo de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício**

Conforme fonte Sugep, Sutin e Sistema Sênior da Cia, o SISTEMA DE APRECIÇÃO E REGISTRO DE ATOS DE ADMISSÃO E CONCESSÕES – SISAC, não registra admissões na Sureg/RJ em 2012, para recomposição da força de trabalho, entretanto consta registro de duas demissões decorrentes do falecimento de dois colaboradores.

Por subordinar-se ao regime CLT, a Conab não registra ocorrência de concessão de aposentadorias e pensões.

**Perspectivas de aposentadorias e estratégia de recomposição de pessoal**

Considerando não haver limite para aposentadoria compulsória, é alta a faixa etária de empregados da Regional na condição de aposentados, em face da contratação ocorrer pelo regime CLT.

As regras para aposentadoria são aquelas do Regime Geral da Previdência Social, por idade, por tempo de contribuição e por invalidez, desde que cumpridos o tempo e a idade determinada para os sexos feminino e masculino.

A Conab oferece ao corpo funcional, Plano de Previdência Complementar, através do Cibrius – Instituto Conab de Seguridade Social, que suplementa a aposentadoria do empregado, estabelecendo as idades mínima de 56 anos para concessão do benefício, desde que desligado da Cia e aposentado pelo INSS.

Considerando que a faixa etária da Cia é alta, grande parte da força de trabalho vem ansiosamente aguardando o Plano de Desligamento Voluntário, previsto no Plano de Reordenamento da Cia, que possibilitará a adesão daqueles aposentados e aposentáveis, proporcionando a tal segmento maior segurança na tomada de decisão.

A Conab certamente, após aplicação do PDV, terá melhor visão das suas necessidades e facilidade para redimensionar o quadro de Pessoal da Cia de conformidade com a ampliação de suas atividades ou mudança de foco.

Dentro desta perspectiva poderá programar concursos públicos, captando novos talentos para organização com as competências necessárias a execução dos seus objetivos estratégicos e assim renovar a Cia com um quadro mais adequado.

### Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Nome do Indicador: Ocorrências de Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais em relação ao Quadro de Trabalho	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Monitorar os processos e atividades voltadas à prevenção dos riscos laborais inerentes às atividades	0,42	0,42	0
Análise: O baixo índice de acidentes do trabalho na Regional, atribui-se, as campanhas preventivas ocorridas no desenvolvimento do P			

Nome do Indicador: Percentual de empregados com nível superior	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Identificar a evolução desse grupo no conjunto do corpo funcional da Companhia	16,16	13,85	14,29
Análise: O percentual de empregados com nível superior, vem se mantendo vez que não houve qualquer contratação como tal universo dos empregados da Sureg, tal grupo são de técnicos e estão lotados nas áreas finalísticas da Sureg. A Regional, em pretende aumentar tal quantitativo apresentando o redimensionamento do Quadro de Pessoal.			

Nome do Indicador: Percentual de realização de exames médicos periódicos	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional- PCMSO.	77,54	65,37	89,73
Análise: Programa médico sw saúde ocupacional- nr 7 na Sureg/RJ é desenvolvido por médico do quadro da Cia dando ao programa um maior dinamismo. O ano de 2012 vem apresentando série crescente na realização dos exames ocupacionais. O percentual de 10,27% de exames não realizados até o momento, pode considerar baixo, já que esta regional apresenta 23,03% de empregados cedidos.			

### 11.6. Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos

**Informações sobre as providências adotadas para identificar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal (nas redações dadas pelas Emendas Constitucionais nºs 19/98 e 34/2001) relativamente aos seus empregados, assim como sobre as medidas adotadas nos casos identificados de acumulação, nos termos do art. 133 da Lei nº 8.112/93.**

Não identificamos, qualquer empregado em situação irregular na Sureg/RJ, com acumulação de Funções e Empregos Públicos. Vez que o quadro funcional da Cia é antigo, as admissões são de

conformidade com os Editais de Concurso Público, os candidatos selecionados pela Matriz e aqueles admitidos pela Lei de Anistia apresentam declaração de que não acumulam, cargos, funções ou empregos públicos.

### 11.7. Previdência Complementar (Cibrius)

#### **Análise operacional e orçamentária da entidade de previdência complementar patrocinada pela Conab, Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS**

Todos os atos de gestão, controle e acompanhamento da entidade de previdência complementar patrocinada pela CONAB, são realizados no âmbito da CONAB/MATRIZ e serão objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU-Brasília).

#### **Identificação da Unidade (Entidade)**

Nome	CIBRIUS
Razão Social	Instituto Conab de Seguridade Social –CIBRIUS Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, constituída pela Conab (Patrocinadora-Principal) em 08 de março de 1979, sob a forma de sociedade civil.
CNPJ	00.531.590/0001-89
Endereço	SCHGN 706/7 Bloco D nº 42 – Brasília-DF-70740-704 – www.cibrius.com.br
Plano de Benefícios	Plano de Benefício Definido–Registrado no CNPB sob o n.º 19.790.007-19

#### **Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes– 2012**

A forma de contribuição é efetuada em partes iguais, participantes ativos e a Patrocinadora. Na Sureg/RJ, há 42 (quarenta e dois) colaboradores participantes ativos que representam 2,73% da quantidade a nível nacional. Em valores nossa Regional representa 2,62% - R\$397.009,78 - (trezentos e noventa e sete mil, nove reais e setenta e oito centavos) do total. Observamos que houve uma diferença a maior de R\$ 1.750,31(mil reais, setecentos e cinquenta e trinta e um centavos) no recolhimento da contribuição dos colaboradores comparado com a Patrocinadora, a qual é oriunda do recolhimento mensal de Joia referente a adesão de uma colaboradora concursada no Plano de Previdência Privada.

#### **Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora CONAB**

A participação da Patronal em relação aos mesmos 42 participantes ativos, gera em nossa Regional um percentual de 2,61% - R\$395.259,47 - (trezentos e noventa e cinco mil, duzentos e cinquenta e nove reais e quarenta e sete centavos) do total recolhido a nível nacional. Os valores estão disponíveis no Siafi sob as contas contábeis 331900703 e 331900701.

#### **Demonstrativo do valor pago de benefícios pelo CIBRIUS**

A Sureg/RJ possui 127 participantes assistidos, ou seja, aqueles que não estão na ativa, e representam 9,64% do total de participantes a nível nacional e em valores nossa Regional representa 7,84% - R\$1.788.964,29 – (um milhão setecentos e oitenta e oito mil, novecentos e sessenta e quatro reais e vinte e nove centavos) do total de benefícios pagos a nível nacional.



**Resultado financeiro do CIBRIUS** (objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno CGU-Brasília).

**Rentabilidade por Segmento e Carteira Geral  
Plano de Benefício Definido – Dezembro 2012**

<b>RENDA FIXA</b>			
<b>Rentabilidade</b>			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		0,91%	15,51%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
<b>Resultado</b>			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		0,42%	8,66%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		-0,32%	2,61%
Rentabilidade x Benchmark		-0,32%	2,61%

<b>RENDA VARIÁVEL</b>			
<b>Rentabilidade</b>			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		4,35%	10,60%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 11% a.a	1,62%	17,92%
Benchmark	IBr-X	5,05%	11,84%
<b>Resultado</b>			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		3,84%	4,04%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		2,69%	-6,20%
Rentabilidade x Benchmark		-0,66%	-1,10%

<b>INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS</b>			
<b>Rentabilidade</b>			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		28,35%	130,70%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 4% a.a	1,07%	10,45%
Benchmark	INPC + 4% a.a	1,07%	10,45%
<b>Resultado</b>			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		27,73%	117,02%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		27,00%	108,86%
Rentabilidade x Benchmark		27,00%	108,86%

<b>IMÓVEIS</b>			
<b>Rentabilidade</b>			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		0,41%	27,92%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
<b>Resultado</b>			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		-0,08%	20,33%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		-0,81%	13,65%
Rentabilidade x Benchmark		-0,81%	13,65%

<b>OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES</b>			
<b>Rentabilidade</b>			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		1,58%	16,46%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
<b>Resultado</b>			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		1,09%	9,55%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		0,34%	3,45%
Rentabilidade x Benchmark		0,34%	3,45%

<b>CARTEIRA GERAL</b>			
<b>Rentabilidade</b>			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		1,53%	16,76%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
<b>Resultado</b>			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		1,04%	9,84%
Rentabilidade x Benchmark		0,30%	3,72%

Fonte: Carta/Cibrius/Sup/n.º 007, de 29/01/2013.

Os resultados da Carteira Geral alcançaram 9,84% em relação a meta atuarial de TR+6% dentro de um cenário de uma TR abaixo de 1% e 3,72% quando comparados com INPC+6%.

**Demonstrativo da posição das aplicações do CIBRIUS** (objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno CGU-Brasília).

Demonstrativo de Investimentos X Enquadramento						
Plano de Benefício Definido – PBD						
Discriminação	Esp. Tipo	Qtde	Dez/2012			
			Valor (R\$)	% Atual	Enquadramento	
					P.I.	Res 3.792
<b>RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS (RGRT)</b>			<b>677.910.254,73</b>	<b>100,00</b>		
<b>SEGMENTO RENDA FIXA</b>			<b>566.987.931,58</b>	<b>83,64</b>	<b>70 a 100</b>	<b>0 a 100</b>
<b>TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS</b>			<b>299.259.476,95</b>	<b>44,14</b>		
<b>NOTAS DO TESOIRO NACIONAL</b>			<b>299.259.476,95</b>	<b>44,14</b>		
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 10/02/2011 a	NTN-B	014 6.410	14.450.743,14			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 16/03/2011 a	NTN-B	014 11.050	24.864.160,88			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 09/04/2008 a	NTN-B	013 6.200	13.789.769,63			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 27/08/2008 a	NTN-B	013 3.000	6.663.268,31			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 14/01/2009 a	NTN-B	014 2.350	5.210.929,79			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 18/03/2009 a	NTN-B	014 2.550	6.206.695,36			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 27/05/2009 a	NTN-B	020 19.500	52.628.670,60			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 25/05/2011 a	NTN-B	014 29.350	65.903.157,78			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 25/05/2011 a	NTN-B	016 19.550	43.603.661,24			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 29/06/2011 a	NTN-B	016 4.800	10.677.323,84			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 29/02/2012 a	NTN-B	022 2.200	6.057.598,72			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 25/04/2012 a	NTN-B	022 2.050	5.644.580,63			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 10/12/2008 a	NTN-B	013 10.400	23.045.685,00			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 25/07/2012 a	NTN-B	022 3.850	10.600.797,76			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 29/08/2012 a	NTN-B	022 3.600	9.912.434,27			
<b>CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS</b>			<b>267.728.454,63</b>	<b>39,49</b>		
<b>INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS</b>			<b>267.728.454,63</b>	<b>39,49</b>		
<b>LETRA FINANCEIRA SUBORDINADA</b>			<b>43.895.850,13</b>			
LFS ITAU - 16/08/2012 a 16/08/2018	LFS	40	22.092.067,28			
LFS BRADESCO - 16/08/2012 a 16/08/2018	LSF	40	21.803.782,85			
<b>QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>			<b>102.093.482,07</b>	<b>15,06</b>		
Banco do Brasil S/A - Institucional Federal	FI	7.886.950,66	17.542.370,71			
Banco Itaú S/A - Institucional Active Fix IB	FI	51.044,88	22.888.832,15			
BRB FICFI RF 300 MIL	FI	1.821.756,99	3.018.732,58			
HSBC FI Regimes de Previdência	FI	6.598.620,14	10.333.908,30			
Voto Allocated Inflação RF	FI	6.275.273,32	10.199.349,45			
Icatu Van IPC	FI	3.183.574,87	5.001.967,67			
Banco Itaú S/A - Institucional Inflação	FI	674.913,62	11.543.067,97			
BTG Pactual IPCA	FI	3.363.938,43	9.257.520,77			
BCSUL - VERAX 5SE	FIDC	928,79	6.702.113,50			
BMG Créditos consignados VIII - 4ª Série	FIDC	4.979,00	5.605.618,97			
<b>DEPOSITO A PRAZO COM GARANTIA ESPECIAL (DPGE)</b>			<b>121.739.122,43</b>	<b>17,96</b>		<b>0 a 80</b>
BANCO BRJ S/A - 28/12/2010 a 28/12/2015	DPGE	5.000	6.482.882,78			
Banco Schahin S/A - 07/05/2009 a 02/04/2014	DPGE	4.000	6.041.166,15			
Banco Schahin S/A - 21/01/2010 a 21/01/2015	DPGE	4.000	5.788.856,07			
Banco BMG S/A - 11/09/2009 a 11/09/2014	DPGE	8.000	12.177.511,20			
Banco BMG S/A - 23/09/2009 a 23/09/2014	DPGE	6.000	9.084.482,45			
Banco Sofisa S/A - 23/09/2009 a 23/09/2014	DPGE	8.000	12.057.589,69			
OMNI S/A Crédito Financiamento e Investimento - 19/10/09 a	DPGE	14 10.000	15.114.419,65			
Banco Máxima S/A - 19/11/2009 a 19/11/2014	DPGE	9.000	13.479.621,53			
PORTOCRED Financeira - 12/05/2010 a 12/05/2015	DPGE	8.000	10.948.563,10			
BARIGUI FINANCEIRA S/A - 18/11/2010 a 18/11/2015	DPGE	6.000	8.669.954,10			
DACASA FINANCEIRA - 17/11/2011 a 17/11/2016	DPGE	10.000	11.442.838,43			
BANCO RURAL - 17/08/2012 a 17/08/2015	DPGE	5.000	5.225.618,64			
BANCO RURAL - 17/08/2012 a 17/08/2015	DPGE	5.000	5.225.618,64			

<b>TÍTULOS DE EMPRESAS</b>			<b>735.047,00</b>	<b>294,84</b>		<b>0 a 80</b>
<b>DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEL</b>			<b>735.047,00</b>	<b>294,84</b>		
Debêntures HOPI HARI	DEB	1.200	735.047,00			
<b>SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL</b>			<b>52.167.879,11</b>	<b>7,70</b>	<b>4 a 20</b>	<b>0 a 70</b>
<b>AÇÕES</b>			<b>26.809.780,94</b>	<b>3,95</b>		
<b>COMPANHIAS ABERTAS</b>			<b>26.809.780,94</b>	<b>3,95</b>		
América Latina Logística - ALLL3	ON	30.000	249.300,00			
Ambev - AMBV4	PN	20.000	1.711.600,00			
Bradesco - BBDC4	PN	70.000	2.461.900,00			
Brasil Foods - BRFS3	ON	51.000	2.151.690,00			
BMFBovespa S.A. Bolsa de Valores - BVMF3	ON	30.000	420.000,00			
Companhia Energética de Minas Gerais - CMIG3	ON	87.500	1.916.250,00			
Companhia Paranaense de Energia - CPLE6	PNB	10.600	336.020,00			
Companhia Siderúrgica Nacional - CSNA3	ON	46.000	545.560,00			
Eletróbras - ELET6	PNB	50.000	524.000,00			
Fibra - FIBR3	ON	2.730	61.616,10			
Aes Tiete - GET14	PN	20.000	471.800,00			
Gerdau - GGBR4	PN	28.000	502.040,00			
Itaúsa - ITSA4	PN	76.230	738.668,70			
ItaúUnibanco - ITUB4	PN	65.000	2.170.350,00			
Lojas Americanas - LAME4	PN	26.058	477.643,14			
Minasfer S/A - MNC05	PNA	500.000	65.905,00			
MRV - MRVE3	ON	126.000	1.509.480,00			
Petrobrás - PETR3	ON	120.000	2.346.000,00			
Petrobrás - PETR4	PN	200.000	3.904.000,00			
Usiminas - USIM5	PNA	44.000	563.200,00			
Vale - VALE5	PNA	75.000	3.065.250,00			
Telefônica Brasil - VIVT4	PN	7.092	347.508,00			
Weg - WEGE3	ON	10.000	270.000,00			
<b>QUOTAS DE FUNDOS DE AÇÕES</b>			<b>18.746.779,68</b>	<b>2,77</b>		
Bradesco IBX-ATIVO	FIA	265.155,67	3.030.815,48			
BTG Absoluto Institucional FIA	FIA	3.282.891,27	5.141.568,45			
Fator Prisma Institucional	FIA	23,08	36.541,48			
JGP Institucional FIA	FIA	32.465,52	5.232.729,72			
Itaú RPI Ações	FIA	3.788.719,77	5.305.124,55			
<b>DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS</b>			<b>6.611.318,49</b>	<b>0,98</b>		
Debêntures COMANCHE	DEB	4.967.391	6.611.318,49			
<b>SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS</b>			<b>12.621.630,66</b>	<b>1,86</b>	<b>0 a 10</b>	<b>0 a 20</b>
<b>QUOTAS DE FUNDO IMOBILIÁRIO</b>			<b>12.621.630,66</b>	<b>1,86</b>		
Mercúrio DTVM S/A (Fundo Hermes)	FII	3.028	4.796.675,16			
Ricci e Associados - Engenharia e Comércio LTDA (Memorial Office)	FII	35.649	7.824.955,50			
<b>SEGMENTO DE IMÓVEIS</b>			<b>30.861.920,50</b>	<b>4,55</b>	<b>0 a 8</b>	<b>0 a 8</b>
<b>INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS</b>			<b>30.861.920,50</b>	<b>4,55</b>		
<b>EDIFICAÇÕES DE USO PRÓPRIO</b>	<b>IMOV</b>		<b>2.464.626,13</b>	<b>0,36</b>		
SHCGN CR Q. 706/7 BL. D Nº 42 SALAS 101 À 302 - BSB - DF	IMOV	1	2.464.626,13			
<b>EDIFICAÇÕES PARA RENDA</b>			<b>16.458.869,37</b>	<b>2,43</b>		
SHN Q. 02 Lojas 142 e 150 Garvey Park - BSB - DF	IMOV	1	271.419,73			
CENT. COM. Lt 24/25 Quadra 4c SIA - BSB - DF	IMOV	1	1.881.154,71			
SCLN 307 LJS 37, 39, 59, 65 e 69 - BSB - DF	IMOV	1	743.553,58			
SHCGN CR Q. 706/7 BL. D Nº 42 TÉRREO E SUBSOLO - BSB - DF	IMOV	1	4.885.553,30			
Centro Século XXI - Curitiba - PR	IMOV	1	8.677.188,05			
<b>INVESTIMENTO EM SHOPPING CENTER</b>			<b>11.938.425,00</b>	<b>1,76</b>		
Conjunto Nacional de Brasília - Setor de Diversões Norte - BSB - DF	IMOV	1	11.938.425,00			
<b>SEGMENTO OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES</b>			<b>735.047,00</b>	<b>2,09</b>	<b>0 a 15</b>	<b>0 a 15</b>
<b>EMPRÉSTIMOS</b>			<b>735.047,00</b>	<b>2,09</b>		
Simplex / Emergência	EMPR		14.179.163,05			
<b>DISPONÍVEL</b>			<b>735.047,00</b>	<b>0,05</b>	-	-
<b>DISPONÍVEL</b>			<b>356.682,83</b>	<b>0,05</b>		
PBD			356.682,83			

**Os Recursos Patrimoniais da Entidade são aplicados no estrito cumprimento de Políticas de Investimentos elaboradas e executadas na forma preconizada pela Resolução CMN n.º 3.792 de 24/09/2009 (estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das EFPC e revoga a Resolução n.º 3.456), alterações posteriores e demais instruções e resoluções dos órgãos regulador e fiscalizador das Entidades Fechadas de Previdência Privada, em consonância com as Leis Complementares n.ºs 108 e 109/2001.**

**Análise das conclusões do parecer atuarial anual do CIBRIUS**(objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU-Brasília).

Analisando o parecer Atuarial da lavra da ATU-VERITA – Assessoria e Consultoria Atuarial, sobre o Plano de Benefícios em âmbito nacional, depreende-se que:

- em decorrência da NÃO contratação de dívidas e a não amortização das insuficiências o custo do serviço passado a amortizar AUMENTOU, de 255,54% para 294,08% sobre “folha de salários de participação dos ativos;
- em razão de alterações de hipóteses atuariais, o custo normal do plano para o exercício seguinte passou de 17,47% pra 19,93 sobre o total da folha de salários dos participantes, representando um aumento de 2,46%.
- a atualização das provisões matemáticas mediante aplicação do índice do plano (TR acrescida da taxa de juros de 6% aa.) apresenta descompasso em relação à meta atuarial ou ao reajuste (crescimento) dos salários dos participantes ativos, cujas negociações coletivas asseguram, no mínimo, a inflação do período medida pelo IPCA ou INPC;
- o grupo de custeio está exposto a riscos atuariais (risco de sobrevivência e retorno dos investimento; crescimento real de salário; oscilação da média dos últimos 36 salários de participação que formam o SRB, além do teto que limita os salários de contribuição; risco do índice indexador do plano; redução do grupo pela falta de ingresso de novos participantes e conseqüente envelhecimento da massa de participantes e, maior esforço contributivo para fazer frente aos gastos administrativos; considerando os atuais 829 iminentes como se já estivessem aposentados, a maturidade do plano já está em seu grau máximo de capitalização, com índice de despesas previstas para o próximo ano de 344% das receitas de contribuição e caso o plano não tenha adesão de novos participantes, o patrimônio da Entidade se apresenta em fase de declínio; além de riscos devido a fatos estruturais, a atual situação do plano quanto a reservas a amortizar, risco pelo atual grau de capitalização do plano com cobertura das Reservas, sendo que os Benefícios a Conceder a cobertura corresponde a apenas 28% das reservas matemáticas, ou seja, no momento o plano está insolvente.);
- o déficit técnico deve ser equalizado observando o valor apurado em 31/05/2000, R\$ 282.032.218,17, devidamente atualizado (INPC + 6%) devendo ser alterado o índice de correção dos benefícios concedidos por um índice que efetivamente represente a inflação, como também a aplicação de outro regime financeiro de capitalização, vez que o Crédito Unitário Projetado (PUC) tem perspectiva de evolução crescente de taxa de custeio, caso o plano não tenha ingresso de novos participantes;

Por conseguinte, sob pena de agravamento da situação de insolvência e em face do envelhecimento da massa, redução do grupo e da restrição de ingresso de novos participantes, o equacionamento das insuficiências se reveste de caráter prioritário, exigindo medidas efetivas e diligentes dos Gestores do Cibrius e da Conab quanto ao encaminhamento/ajustamento das posições da STN, já manifestada em Nota Técnica e, por outro lado do DEST, que até o encerramento do exercício não havia se manifestado formalmente, embora tenha participado de reuniões sobre o

assunto.

Cabe acrescentar contudo, que por meio da Nota Técnica n.º 48/CGINP-MP, de 07/02/2013, o DEST se manifestou nos seguintes termos:

Item 27 - “Considerando que este Departamento, permanentemente, tem participado da condução do assunto em tela junto a STN/MF e, portanto, concordando com os encaminhamentos exarados em Nota Técnica daquele órgão, reafirmamos a necessidade de se promover a solução de consenso, até aqui debatida e acordada entre todos os órgãos envolvidos, quais sejam: DEST, STN, MAPA, PREVIC, CONAB e CIBRIUS, cuja finalidade, até o momento, foi evitar nova intervenção e possível liquidação do plano, quais sejam:

- a) fechamento imediato do atual plano de benefício;
- b) implantação imediata de novo plano;
- c) saldamento do atual plano, respeitando os limites exarados nesta Nota;
- d) contratação do valor de responsabilidade exclusiva da Conab no prazo a ser acordado junto a Previc e a taxa de juros não superior a meta-atuarial vigente; e
- e) providências visando redução de custo administrativo, considerando a hipótese de transferência de gerenciamento dos planos de benefícios e extinção do Cibrius.”

*Item 28 - “Assim, sugerimos que este Departamento se manifeste favoravelmente ao encaminhamento dado pela STN/MF e corroborado nesta Nota Técnica, oficiando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, para as providências cabíveis.”* Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, para as providências cabíveis.”

A referida Nota Técnica foi aprovada pelo titular do citado Departamento, encaminhada à CONAB por intermédio do MAPA, encontrando-se, no momento (mai/13), em fase de estruturação/formalização dos instrumentos legais, com vistas a aprovação dos órgãos colegiados da EFPC e da Patrocinadora CONAB e posteriormente à PREVIC para ratificação.

Considerando os encaminhamentos e providências adotadas, o assunto deverá ser equacionado em 2013 e os problemas solucionados.

## 12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL

### 12.1. Programas e Ações do PPA

Análise do cumprimento de metas físicas e financeiras dos programas e ações de responsabilidade da Conab no PPA

Quadro 12.1 – Ações orçamentárias da UJ

Programa / Órgão Resp	Objetivo	Iniciativa	Ação	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
					Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
2014 (MAPA)	0350	011F	2829 - Recuperação Rede Própria	Unid Modernizada	1	1	127.153,26	1.056,99	
		0119	2137 - Fiscalização dos estoques	Fisc realizada	2	2	10.000,00	5.200,53	
		010Y	4702 - Cadastro de Armazéns	Unid cadastrada	0	1	0,00	33.209,99	
	0623	02F5	4711 - Pesquisa de Safras	Pesq realizada	4	4	20.000,00	14.445,23	
		02F9	8579 - Geração de Informações	Inform disponib	-	-	0,00	1.155,74	
2105 (MAPA)	Não tem	Não tem	00H1 - Pagamento Pessoal Ativo	Não tem	Não tem	Não tem	6.000.000,00	5.815.005,03	
			2000 - Administração da Unidade	Não tem	Não tem	Não tem	5.000.000,00	4.234.078,45	
			2004 - Assistência Médica	Pessoa benef	650	646	1.350.000,00	1.338.954,27	
			2011 - Auxílio-Transporte	Servidor benef	205	225	181.000,00	180.656,80	
			2012 - Auxílio-Alimentação	Servidor benef	230	232	1.400.000,00	1.389.412,36	
			4572 - Capacitação de Servidores	Servidor benef	110	109	20.000,00	14.989,36	
0901 (SMJ)	Não tem	Não tem	0022 - Cumprimento de Sentenças	Não tem	Não tem	Não tem	1.000.000,00	972.789,51	
			00H2 - Pgto Depósitos Recursais	Não tem	Não tem	Não tem	127.500,00	127.102,67	
			<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>		<b>Restos a Pagar</b>		<b>Valores Pagos</b>
			<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Processados</b>	<b>Não Proces</b>	

Fonte: Diafi/Supor/Geare e Siafi

### Principais causas para grandes disparidades entre as metas planejadas e as executadas; comparativos com exercícios anteriores

**Ação 2829** – Recuperação da Rede Própria - A meta financeira prevista para o ano de 2012 foi orçada em R\$ 127.153,26, sendo realizado apenas o valor de R\$ 1.056,99, relativo a aquisição de uma lavadora de alta pressão para operações de limpeza. Durante o ano de 2012, para recuperação e manutenção e serviços dos armazéns, foram gastos ainda os valores de R\$ 4.000,00 para construção de depósito para guarda dos botijões de gás das empilhadeiras, em atendimento aos requisitos de segurança estabelecidos pelo corpo de bombeiros e R\$ 7.579,97 na construção do depósito para guarda de produtos fitossanitários, a fim de cumprir as exigências estabelecidas a certificação da unidade, contudo não foram registrados no exercício, sendo relacionados em restos a pagar.

**Ação 2137** – Fiscalização de Estoques - A meta física previu duas fiscalizações de Estoques a serem realizadas no Estado, tendo sido alcançada a meta física prevista, contudo a meta financeira foi reduzida, tendo sido utilizado apenas 52% do valor previsto para a realização da atividade de fiscalização com deslocamento de colaborador do Espírito Santo para tal fim, visto que os técnicos lotados na Superintendência Regional encontravam-se em outras atividades atendendo programas institucionais em outros Estados da Federação.

**Ação 4702** – Cadastro de Armazéns – Ainda que não prevista como meta física para a Unidade Rio de Janeiro, nos meses de junho e agosto foram deslocados 03 técnicos para o Estado do Paraná a fim de realizarem as 1º e 2º etapas do Censo de Armazéns no Estado do Paraná.

**Ação 4711 - Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras (despesas)** - A execução financeira não atingiu a meta prevista, visto que em algumas viagens o trabalho é executado antes do prazo estabelecido, gerando economia de diárias de empregados e de locações de automóveis (diárias e despesas com locomoção). Cabe lembrar, ainda, que em algumas viagens as despesas para material de consumo e serviços de terceiros, entre elas os gastos com combustíveis, podem superar o valor inicial determinado, mas na maior parte dos deslocamentos elas não atingem a previsão.

**Ação 8579** – Geração de Informações - Para atendimento a ação que embora tenha execução física na Matriz, desta feita elegeu colaborador da SUREG para realizar trabalho junto aos municípios do Estado e capital para identificar e acompanhar situações e dificuldades de mercado, visitando locais de produção, realizando levantamento de custo, estrutura de comercialização, verificação dos gargalos da cadeia produtiva, visitando informantes envolvidos com a atividade agropecuária. A atividade importou em um dispêndio da ordem de R\$ 1.155,74 recursos esses disponibilizados via matriz. A execução física é realizada pela matriz.

**Ação 00H1** – Pagamento de Pessoal Ativo - A meta financeira prevista para despesas com pagamento do pessoal ativo foi orçada em R\$ 6.000.000,00 e não ultrapassou o previsto. As despesas com os pagamentos realizaram-se na ordem de R\$ 5.815.005,03 atingindo 96,91% da meta financeira prevista para a UG.

**Ação 2000** – Administração da Unidade – A meta financeira prevista para dispêndios com a administração da Unidade Gestora foi orçada em R\$ 5.000.000,00, sendo dispendidos cerca de 84,68% dos recursos postos à disposição o que representou R\$ 4.234.078,45.

**Ação 2004** – Assistência Médica – No ano de 2012 a meta de dispêndio financeiro para assistência médica estava orçada em R\$ 1.350.000,00 sendo executada em quase toda sua integralidade. Foram beneficiados 646 empregados/e/ou dependentes, número inferior ao previsto, que pode ser justificado em função do falecimento de empregados bem como do alcance da maioria de alguns dependentes típicos que deixam de participar do sistema de assistência médica. Pode-se justificar como fator do alto dispêndio para despesas com assistência médica a elevada faixa etária dos empregados da SUREG. Registramos que essa é uma tendência, ou seja, haverá um aumento de dispêndio em relação ao executado em função do previsto a cada ano. Em 2011 as despesas para essa rubrica foram da ordem de R\$ 1.088.528,75, e já se verifica um percentual de acréscimo em torno de 18% comparando-se com as despesas de 2012.

**Ação 2011** – Auxílio Transporte - A meta física orçada para a SUREG foi de R\$ 181.000,00, não havendo grande impacto no realizado uma vez que o dispêndio total ficou em torno de 180.000,00. O acréscimo registrado de beneficiários foi referente a entrada de novos empregados advindos por meio da Lei de Anistia. Comparando-se com as despesas realizadas em 2011, registramos que houve um aumento em relação a 2012 em torno de 12% justificado pelos motivos acima já descritos.

**Ação 2012** – Auxílio Alimentação – Não foram registrados acréscimos, e os decréscimos decorreram de afastamentos em face de transferências para outra SUREG e falecimentos. Não registramos disparidade em relação ao montante executado em 2012.

**Ação 4572** - Capacitação de Servidores - A meta prevista para a Regional atendeu a quase 100% dos empregados, sendo que parte desses empregados foi beneficiada por meio de treinamentos internos onde não se registraram custos. Foram dispendidos recursos da ordem de R\$ 14.989,36 referente as despesas de 08 empregados em treinamentos realizados fora do âmbito da SUREG/RJ, referindo-se aos deslocamentos de transporte e diárias.

**Ação 0022** – Cumprimento de Sentenças - A meta financeira prevista para 2012 foi de R\$ 1.000.000,00, tendo sido cumprido o valor de R\$ 972.789,51 e, conforme já previsto no relatório anterior a tendência será de maiores despesas financeiros, a medida em que vem sendo encerradas as ações judiciais. Em relação a execução orçamentária nacional a despesa da SUREG representou cerca de 4% do total executado por toda empresa no país.

**Ação 00H2** – Pagamento de Depósitos Recursais – A SUREG atendeu a todos os pedidos de depósitos recursais interpostos no âmbito da jurisdição, não havendo alterações que necessitassem de aporte financeiro estando os referidos dentro do orçamento aprovado para o item. Se considerarmos os recursos dispendidos para o pagamento das verbas judiciais a nível nacional o valor executado no âmbito da SUREG RJ representou 1,21% do valor total.

### Indicadores de desempenho institucionais

Os indicadores já estão mencionados ao final dos capítulos 3, 4, 5, 6 e 7.

### Ações orçamentárias de outros órgãos e executadas pela UJ através de Termos de Cooperação

**Quadro 12.2 – Ações de outros órgãos, executadas pela UJ**

Programa	Ação	Valor
2069 (MDS)	2792 - Distribuição de Alimentos	156.484,76
	2798 - Aquisição de Alimentos AF	3.325.752,50
	2802 - Oper Aquisição alimentos	21.545,29
2034 (Presi)	6440 - Desenvolvimento quilombo	10.221,00
<b>Total</b>		<b>3.514.003,55</b>

Fonte: Diafi/Supor/Geare e Siafi

### A seguir breve análise das Ações:

A CONAB por meio do Termo de Cooperação nº 007/2010, firmado com a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - SESAN/MDS, no exercício de 2012, através da Sureg/RJ, realizou distribuição de alimentos da ordem de R\$ 156.484,76 atendendo com doação regular de cestas de alimentos de acordo com as deliberações da Matriz, bem como adquiriu por meio dos projetos de Agricultura Familiar produtos junto aos agricultores cadastrados no Programa de Aquisição de Alimentos –



PAA um volume correspondente a R\$ 3.325.752,50. Em ação específica destinada ao desenvolvimento de quilombos foi destinado recurso de R\$ 10.221,00, totalizando para as ações executadas através dos Termos de Cooperação valores na ordem de R\$ 3.514.003, 55.

### **Fiscalização do Seguro Rural**

Termo de Cooperação entre a Conab e a Secretaria de Política Agrícola do MAPA para a fiscalização das apólices de Seguro Rural.

O Termo de Cooperação entre a Conab e a Secretaria de Política Agrícola do MAPA prevê a a fiscalização das apólices de Seguro Rural no ano de 2012 no período de 20 a 25.08.2013, na jurisdição da SUREG/RJ a fim de cumprir as atividades de fiscalização das operações de subvenção econômica ao Premio de Seguro Rural e em face da falta de empregados treinados para a atividade, utilizou colaborador da SUREG/ES para realização da fiscalização. Os resultados da fiscalização foram processados e encaminhados a área competente na Matriz, atendendo aos normativos previstos para a atividade .

### **Levantamento da Safra de Café**

Termo de Cooperação entre a Conab e o MAPA para levantamento da safra de Café 2012/2013.

[http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12\\_12\\_20\\_16\\_01\\_51\\_boletimcafe\\_dezembro\\_2012.pdf](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_12_20_16_01_51_boletimcafe_dezembro_2012.pdf)

Para a realização do levantamento de safra de café no Rio de Janeiro foi criado um roteiro com os municípios que detém as produções mais expressivas do produto dentro do estado, correspondendo aos municípios de São José do Vale do Rio Preto, Bom Jardim, Duas Barras, Bom Jesus do Itabapoana, Itaperuna, Natividade, Porciúncula, Varre Sai e São Fidélis. Normalmente, as informações para o referido levantamento são obtidas nos escritórios locais da EMATER, através de seus técnicos de campo. Cabe destacar, que não houve levantamento de safra de café no ano de 2012 no estado do Rio de Janeiro.

### **Ações do MDS e do MDA**

As ações 2792, 2798 e 2802 são ações orçamentárias do MDS e as ações 2B81 e 2B83 do MDA, porém executadas pela Conab através de Termos de Cooperação.

A execução destas ações está detalhada no item 3.2.5 - Programa Aquisição de Alimentos-PAA.

### **Viabiliza a embalagem e transporte para a distribuição gratuita de cestas de alimentos às comunidades tradicionais de matriz africana em todo o território nacional.**

Termo de Cooperação realizado entre a Conab e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República para distribuição gratuita de cestas de alimentos às comunidades tradicionais de matriz africana.

A União, por intermédio da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial,

doravante denominada SEPPIR-PR, e a Companhia Nacional de Alimentos – CONAB, em conformidade com a Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos, e ainda, para atender o que prevê o Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2010, no seu item II da CONAB e IX da SEPPIR, celebraram o Termo de Cooperação nº 004/2012, datado de 29.08.12, com vigência de 12 meses, como o objetivo de efetuar a transferência de recursos financeiros, à CONAB, no montante de R\$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais), para viabilizar embalagem e transporte para distribuição gratuita de cestas de alimentos, disponibilizadas pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome – SESAN/MDS, para atendimento aos povos e comunidades tradicionais de matriz africana em todo o território nacional, originando a abertura do Processo nº 00041.000903/2012-56.

Como resultado da operacionalização pela CONAB, da referida Ação de Distribuição de Alimentos, no exercício de 2012, foram entregues 205.350 Kg de Alimentos, cuja doação ocorreu nos meses de fevereiro, abril, junho e dezembro, através de 05 (cinco) etapas, mediante a realização de 9.250 atendimentos, beneficiando assim, 1.850 famílias de comunidades de terreiros.

Esclarecemos que o somatório de 205.350 Kg de alimentos, representam de forma detalhada a distribuição de 92.500 Kg de arroz, 22.200 Kg de feijão, 25.900 Kg de farinha de mandioca, 18.500 Kg de açúcar cristal, 18.500 latas de óleo de soja, 9.250 Kg de macarrão, 11.100 Kg de leite em pó e 7.400 Kg de fubá de milho.

## 12.2. Restos a Pagar

**Análise das inscrições em restos a pagar no exercício e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores**

**Quadro 12.3 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores**

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	827315,69	0,00	827315,69	0,00
2012				
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	R\$ 78.582,27	7792,23	R\$ 70.790,04	0,00
2012	165486,83	0,00	0,00	165486,83
...				

Fonte: Diafi/Sucon

O saldo de R\$ 165.486,83 (cento e sessenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e oitenta e três centavos) será pago no decorrer de 2013.

## 12.5. Demonstrações Contábeis

**Demonstrações Contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo notas explicativas**

Ver anexo I – pág 79

## 12.7. Gestão do Patrimônio Imobiliário

### Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de propriedade da Empresa ou locado de terceiros

**Quadro 12.9 – Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**

Localização Geográfica	Quantidade de imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UJ		Observação
	Exercício 2012	Exercício 2011	
<b>Rio de Janeiro</b>	<b>11</b>	<b>10</b>	
Vassouras	1	1	
Nova Friburgo	1	1	
Campos dos Goytacazes	1	1	
Macaé	1	1	
Silva Jardim	1	1	
Paty do Alferes	1	1	
Cambuci (S. José de Ubá)	1	1	
Barra do Piauí	1	1	
<b>Subtotal Brasil</b>	<b>19</b>	<b>18</b>	
<b>Subtotal Exterior</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	

Fonte: Sureg/RJ

Dos imóveis localizados na Cidade do Rio de Janeiro, 1 está destinado a alienação imediata; 1 terreno localizado em Benfica, em análise quanto a sua destinação; 3 em atividade (UA Lyra Tavares e 02 pavimentos na Rua da Alfandega); 2 hortomercados administrados pela Conab; 2 hortomercados cedidos à Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e 1 cedido ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. A Conab detém o direito a posse permanente, a título gratuito e por tempo indeterminado de um imóvel denominado Pavilhão 12, Irajá, de propriedade da Ceasa/RJ. Os imóveis denominados Mercado do Produtor/Centro de Abastecimento, localizados nos municípios de Vassouras, Nova Friburgo, Campos dos Goytacazes, Pati de Alferes, Cambuci e Macaé estão em análise, com vista à devolução à Ceasa/RJ. Os imóveis localizados em Silva Jardim e Barra do Pirai estão cedidos à Caserj.

## 13. GOVERNANÇA E CONTROLES

### 13.1. Controle Interno da UJ

**Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes aspectos: a) Ambiente de controle; b) Avaliação de risco; c) Atividades de controle; d) Informação e Comunicação; e) Monitoramento.**

**Quadro 13.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ**

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.		X			
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.		X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			X		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
<b>Informação e Comunicação</b>					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e				X	

comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Análise Crítica: Resultado de consenso apurado em reunião com representantes da Superintendência, Gejur, Geose e Gefad					
<b>Escala de valores da Avaliação:</b>					
<b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
<b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
<b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
<b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
<b>(5) Totalmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Fonte: Sureg/RJ

### 13.2. Deliberações do TCU e CGU

**Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.**

Com referência as providencias adotadas para atendimento aos órgãos de controle, registramos que de acordo com o ofício nº 140/2012/AECI/GM de 09.10.2012, encaminhou analise dos atos de gestão relativos ao exercício de 2011, incluindo os resultados das ações de controle recomendadas sobre a gestão da Unidade. Os resultados apresentados foram considerados satisfatórios e as providencias corretivas foram integradas aos controles da Unidade. Os trabalhos conduzidos pela Controladoria Geral da União – CGU observou recomendações que foram atendidas sendo proposta a regularidade dos atos de gestão, com a emissão do Certificado de Auditoria nº 201205160, sendo emitido parecer do dirigente do órgão de controle interno conforme Aviso Ministerial nº 576/2012/GM/CGU/PR, que o encaminhou ao Ministro de Estado da Agricultura Pecuária e Abastecimento onde através de pronunciamento ministerial manifesta conhecimento dos seus termos encaminhando a Secretaria de Controle Externo para julgamento, acompanhamento e controle.

### 13.3. Auditoria Interna

**Informações de como está estruturada a área de auditoria interna e de como é feito acompanhamento dos resultados de seus trabalhos**

**a) a descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna;**

**b) a existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna;**

**c) como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações;**

**d) a descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna.**

A Sureg não apresenta estrutura de Auditoria Interna. A seguir apresentamos a estrutura da Auditoria Interna da Matriz.

### **Estrutura da Auditoria Interna – Audin da Conab**

#### **Orientação Normativa e Supervisão Técnica**

A Auditoria Interna da Companhia é hierarquicamente subordinada ao Conselho de Administração da Conab - Conad e administrativamente à Presidência, cabendo a esta última prover-lhe os meios necessários e suficientes ao seu autônomo funcionamento, conforme rege o art. 12, § 2.º, do Estatuto Social da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, regulado e aprovado pelo Decreto n.º 4.514, de 13 de dezembro de 2002, e publicado no DOU de 16.12.2002, em consonância com a alínea “a” do art. 1º da Resolução/CGPAR n.º 2, de 31 de dezembro de 2010 (D.O.U de 28.03.2011, S. 1, p. 109), recepcionada pela Resolução/Conad n.º 04, de 28 de março de 2012.

No desempenho de suas atividades específicas, a Audin atende e se relaciona com o Conselho de Administração da Conab e com os órgãos de Controle Interno e Externo, a exemplo da Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU e do Tribunal de Contas da União – TCU, na esteira da alínea “g” do art. 1º da referida Resolução/CGPAR n.º 2, de 31.12.2010.

Isto ocorre, também, porque a Audin está sujeita à orientação normativa e à supervisão técnica do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, conforme art. 15, do Decreto n.º 3.591, de 6 de setembro de 2000, com a redação dada pelo Decreto n.º 4.440, de 25 de outubro de 2002, e a sua metodologia de trabalho guarda consonância com aquela adotada na esfera da SFC/CGU, por força do item 11, Seção I, Capítulo X, do Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, aprovado na forma de Anexo da IN/SFC n.º 01, de 6.4.2001 e, ainda, como o Manual de Auditoria Interna da Conab, em consonância com a PA/IPPF n.º 1000-1, do IIA, recomendada pelo Tribunal de Contas da União à guisa da boa prática internacional de auditoria interna conforme Acórdão n.º 1.233/2012 – TCU – Plenário.

#### **Competências Regimentais e Estrutura Organizacional**

O objetivo básico da Auditoria Interna é auxiliar os gestores no desempenho de suas funções, por meio do fornecimento de análises, apreciações, recomendações e comentários pertinentes aos atos e fatos examinados, de forma amostral. Nesse sentido, o trabalho dos auditores internos pode permear todas as atividades da Companhia, de forma a obter uma visão mais completa das operações e dos procedimentos administrativos.

As competências regimentais da Audin foram assim delineadas:

I - Realizar, de forma amostral, consoante o “Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna” e de acordo com as técnicas estabelecidas no “Manual de Auditoria Interna”, trabalhos de auditoria, de avaliação e de acompanhamento da gestão nas diversas unidades gestoras da Companhia;

II - Avaliar, por meio do exame amostral dos registros e documentos pertinentes, os procedimentos administrativos e operacionais, no que se refere à conformidade com a legislação e normas a que se sujeitam;

III - Realizar avaliações de natureza operacional nas ações, programas de governo, projetos e atividades da Companhia, com a finalidade de emitir opinião sobre sua gestão sob a ótica da eficiência, eficácia, economicidade, efetividade e equidade;

IV - Realizar auditoria periódica na entidade fechada de previdência complementar em que a Conab figura como patrocinadora, assim como em empresas coligadas e controladas que, eventualmente, vierem a ser consideradas como tal;

V - Desenvolver trabalhos de auditoria extraordinária, por demanda do Conselho de Administração ou por sugestão do Conselho Fiscal;

VI - Emitir pareceres sobre as Demonstrações Contábeis e o Processo de Prestação de Contas da Conab;

VII - Acompanhar a implementação das recomendações dos órgãos de controle interno e externo;

VIII - Elaborar o Plano Anual de Atividade da Auditoria Interna e o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna;

IX - Definir as políticas e diretrizes da Auditoria Interna, mantendo a área atualizada quanto aos procedimentos, métodos e técnicas de auditoria, inclusive de seu Manual de Auditoria Interna;

X - Elaborar e manter atualizados os Programas de Auditoria, de observância obrigatória por parte do corpo funcional de auditores internos;

XI - Analisar e emitir parecer final sobre Tomada de Contas Especial, no que se refere ao cumprimento dos normativos cabíveis à espécie.

Para cumprimento de seus objetivos e missões regimentais, a Audin conta com três Gerências: a Gerência de Desenvolvimento Técnico-Operacional – Gedop, a Gerência de Auditoria – Geaud e a Gerência de Riscos, que foi alterada para Gerência de Avaliação Operacional – Genop, a partir de 1º.01.2013.

Foi proposto por meio da Nota Técnica Audin n.º 15/2012 a descentralização das atividades de auditoria com o objetivo de fortalecer o quadro de auditores internos, pela redução do nível de rotatividade de pessoal técnico, e obter maior abrangência e economicidade na execução das atividades típicas de auditoria interna. Para tanto, seria de bom alvitre que fossem instituídos núcleos regionais de auditoria interna, contemplando as cinco regiões geográficas do País.

A proposta foi aprovada pela Diretoria Colegiada da Conab (Voto Presi n.º 005/2012) e pelo Conselho de Administração, conforme consignado na Ata n.º 231, de 05.09.2012 e Resolução Conad n.º 01/2013. Assim, no exercício de 2013 será implementado o Núcleo de Auditoria do Nordeste com sede em João Pessoa/PB.

Os núcleos regionais serão subordinados hierarquicamente à Gerência de Auditoria – Geaud.

## **Estrutura de Recursos Humanos da Audin**

Em consonância com o estabelecido no inciso XII do art. 20 do Estatuto Social e no inciso XII do art. 123 do Regimento Interno da Conab, o chefe da Auditoria Interna é designado pelo Presidente da Companhia, sendo que a indicação deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração, conforme disposto no inciso XII do art. 16 do Estatuto Social e inciso XII do art. 2.º do Regimento Interno da Conab.

Para a execução de suas atividades, a Audin conta com uma equipe composta por 4 gestores e 13 técnicos, cuja principal característica é a multidisciplinaridade, de forma a permitir que os conhecimentos específicos dos auditores internos sejam utilizados em áreas afins. A equipe conta com auditores com formação acadêmica em contabilidade, administração, economia, estudos sociais, direito e agronomia.

Apesar da constatação de avanços obtidos nos últimos anos no fortalecimento das atividades de auditoria interna, cujos resultados estão refletidos no aprofundamento das análises das ações de auditoria realizadas, a Audin enfrentou sérias dificuldades relacionadas à rotatividade de seus profissionais auditores internos, que culminou, em 2012, na perda de 28,6% da sua força de trabalho, relativamente a 31.12.2010.

Em razão desse cenário, foram adotadas medidas no intuito de revigorar a Auditoria Interna da Conab, como parte integrante das ações de fortalecimento da governança corporativa da Companhia, conforme explicitado nas Resoluções/CGPAR de n.ºs 2 e 3, de 31.12.2010.

Para tanto, a Audin apresentou ao Conselho de Administração, por meio da Nota Técnica Audin n.º 16/2012 (encaminhada pela CI Audin n.º 286, de 03.09.2012), uma proposta de fortalecimento, em níveis sustentáveis, da Unidade de Auditoria Interna da Companhia pela via do suporte necessário de recursos humanos multidisciplinares (no total de 40 profissionais) e materiais, conforme determina o art. 14 do Decreto n.º 3.591/2000, abrangendo ajustes necessários na estrutura orgânica e a formatação da carreira segregada de Auditor Interno da Companhia.

Espera-se a aprovação da referida proposta para a implementação, no próximo exercício, de uma Unidade de Auditoria Interna em bases sustentáveis, visando agregar valor à gestão a taxas crescentes.

## **Manual de Auditoria interna – MAI**

As atividades de Auditoria Interna da Conab são realizadas em conformidade com o Manual de Auditoria Interna – MAI, aprovado pelo Voto Presi n.º 10, de 22 de dezembro de 2006. Esse manual é o principal normativo interno de auditoria e tem por finalidade a sistematização do arcabouço conceitual e estrutural em que se assentam os trabalhos da Audin, a definição de conceitos e de diretrizes gerais, assim como o estabelecimento de diretrizes e procedimentos aplicáveis, com ênfase nos aspectos relacionados ao planejamento, exame, avaliação, conclusão e relatoria.

## **Sistema de Auditoria Interna – Siaudi**

Os procedimentos de relatoria e o acompanhamento de pendências são processados exclusivamente em meio digital por intermédio do Sistema de Auditoria Interna – Siaudi, que entrou em produção em janeiro de 2008. Os relatórios impressos foram eliminados e a utilização do sistema permitiu maior celeridade, maior segurança de dados, acessibilidade compartilhada, remota e on-line, com ganhos em eficiência e economicidade a partir da automação da área.

Diante estes benefícios, vários foram os órgãos e entidades federais já solicitaram a cessão



do Siaudi (CEAGESP, FUNAI, INCRA, DPU/MJ, IFC, IF-SC, UFABC, UF-AM, UFRJ e UnB) para uso interno.

Em face destas demandas, a Conab encaminhou Ofício Dipai n.º 238, de 16.8.2012, no intuito de instituir grupo de trabalho inter-institucional entre a CGU, CONAB e FUNAI para promover a atualização do Siaudi para disponibilização no Portal de Software Público.

Em razão desta sinalização feita pela Companhia à CGU e da necessidade do aprimoramento contínuo do sistema, está em processo de desenvolvimento na Conab um novo Siaudi, que terá uma linguagem de programação mais moderna e novos módulos. Estes módulos se integrarão, dando maior celeridade ao processo auditorial, além de gerar informações gerenciais que poderão subsidiar a Alta Administração para a tomada de decisões.

Para este novo sistema serão desenvolvidos cinco módulos: Módulo de Risco, Módulo para Elaboração do PAINT, Módulo de Planejamento Específico, Módulo de Relatório e Módulo de Informações Consolidadas, que subsidiarão a elaboração do RAIN, inclusive.

### **Acompanhamento dos Resultados dos Trabalhos da Audin**

#### **Acompanhamento das Recomendações Exaradas nos Relatórios de Auditoria**

Os relatórios de auditoria produzidos, via sistema Siaudi, são disponibilizados para a Unidade auditada, que dispõe de 20 dias úteis para a adoção das providências saneadoras, em face das recomendações formuladas pelos auditores internos. Os referidos relatórios são disponibilizados, também, para a Diretoria a qual a Unidade auditada está subordinada, à Presidência da Companhia, ao Conselho Fiscal e ao Conselho de Administração, para conhecimento e providências de suas alçadas. Ademais, os citados relatórios são remetidos à Controladoria Geral da União – CGU em cumprimento ao que dispõe a alínea “c”, inciso VIII, item 5, Seção I, Capítulo V do Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, aprovado na forma da IN/SFC n.º 01, de 6.4.2001.

As recomendações formuladas pela Audin recebem acompanhamento sistemático via sistema Siaudi. Por meio dele os auditores acompanham, em tempo real, as respostas dos auditados às recomendações de auditoria. Assim, avaliam não apenas as respostas, mas os documentos instruídos digitalmente no processo. Dessa forma, as recomendações exaradas em relatório de auditoria são catalogadas e verificadas em seus status, de forma periódica, por meio de follow-up.

Além disso, o sistema dispõe de relatórios gerenciais que produzem informações sobre as constatações e recomendações pendentes e aquelas sem manifestação do auditado. As situações consideradas críticas são informadas ao Conselho de Administração na esteira do que determina a Resolução Conad n.º 04/2012, ocasião em que são destacados os riscos considerados elevados pela não implementação das recomendações.

Além do acompanhamento via sistema, os auditores internos analisam as recomendações pendentes de implementação em seus planejamentos de trabalhos de campo, de modo a verificar in loco as impropriedades respectivas às unidades a serem auditadas.

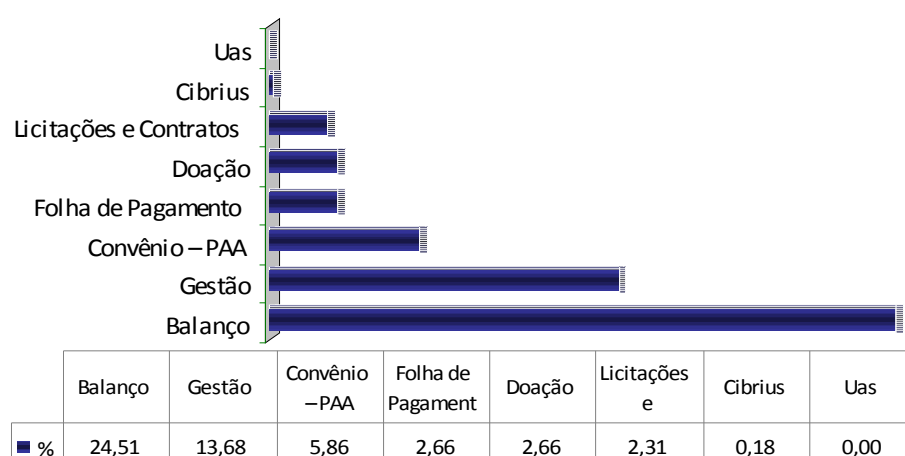
O monitoramento das recomendações emitidas em 2012 permitiu que se fizesse o diagnóstico que foi apresentado no Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – Raint 2012, que entende-se oportuno reproduzir neste documento, a título ilustrativo.

Naquele exercício, verificou-se que 70% das recomendações foram solucionadas. Esta

análise, não levou em conta as recomendações que ainda estão dentro do prazo estabelecido para solução. O gráfico abaixo demonstra a distribuição das recomendações em termos percentuais, por ação de auditoria no exercício.

**Figura 13.1 – Gráfico das Ações de Auditoria**

**Percentual das recomendações por ação de auditoria/2012**



A análise das recomendações compreendeu os relatórios das auditorias ordinárias n.ºs 01 a 10/2012, a auditoria especial n.º 01/2012 e as auditorias extraordinárias n.ºs 01, 03 e 04/2012 (não houve recomendação para a de n.º 02), conforme tabela a seguir.

**Figura 13.2 – Relatórios de Auditoria do Exercício de 2012**

Tipo	N.º	Data	Local	Objeto Auditado
Ordinária	1	25.04.2012	Matriz	Balanço
Extraordinária	1E	26.07.2012	Sureg/PE	PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
Especial	1AE	30.11.2012	Cibrius	Cibrius
Ordinária	2	25.04.2012	Sureg/RR	Balanço
Ordinária	3	08.05.2012	Sureg/PI	Contábil Financeira
Extraordinária	3E	01.11.2012	Sureg/SP	PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
Ordinária	4	08.05.2012	Sureg/MS	Balanço
Extraordinária	4E	26.12.2012	Sureg/RR	Gestão
Ordinária	5	23.05.2012	Sureg/MG	Balanço
Ordinária	6	30.05.2012	Matriz	Licitações
Ordinária	7	12.06.2012	Sureg/MT	Balanço
Ordinária	8	12.06.2012	Sureg/BA	Balanço
Ordinária	9	20.12.2012	Sureg/TO	Gestão
Ordinária	10	27.12.2012	Matriz	Folha de Pagamento

As recomendações extraídas dos relatórios, por meio do sistema Siaudi, foram divididas em 2 tipos: AP – Adoção de Procedimentos e SI – Solicitação de Informações.

As impropriedades foram categorizadas, em função de sua natureza, conforme Figura 13.3. Por sua vez, as categorias foram subdivididas para permitir um melhor detalhamento das fragilidades identificadas.

Parte das recomendações emanadas são solicitações de informações dirigidas aos auditados para esclarecer dúvidas ou fundamentar algum posicionamento adotado pela unidade auditada, assim, não é possível categorizá-las, pois nem sempre essas solicitações de informações são, de fato, uma impropriedade.

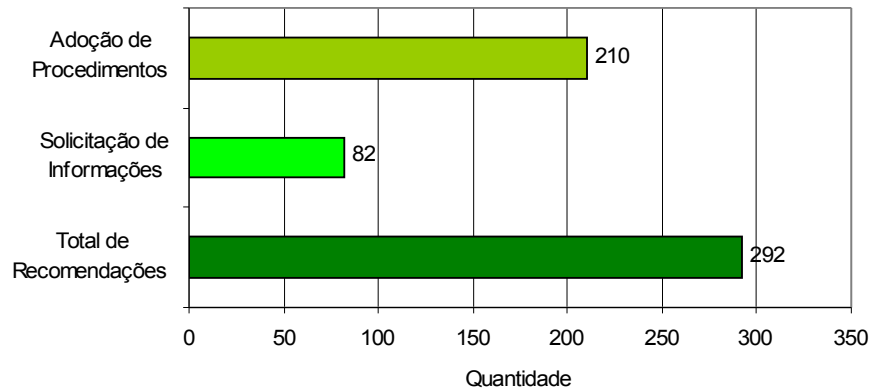
Assim, para efeito de categorização, apenas foram levadas em consideração as recomendações que se referem à adoção de algum procedimento por parte do auditado, em face de uma impropriedade identificada pelos auditores internos, em campo.

**Figura 13.3 – Descrição das Categorias**

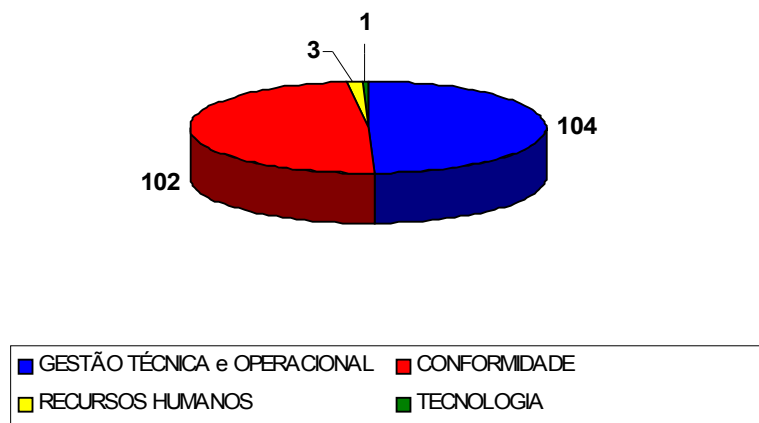
CATEGORIA	DESCRIÇÃO	SUBCATEGORIAS
Gestão Técnica e Operacional	Compreende as fragilidades resultantes da execução das atividades/tarefas e processos executados no dia a dia, envolvem não somente os aspectos operacionais, mas também os administrativos e financeiros. Podem ser falhas de controles internos, falhas na execução das atividades de rotina, problemas no fluxo dos processos, entre outras.	Procedimentos de acompanhamento e controle inadequados; Falhas na execução das atividades; Falhas na documentação e instrução de processos; Outras.
Conformidade	Falta de aderência dos processos e atividades às normas, leis e regulamentos aplicáveis à Companhia e ausência de normativos que podem impactar negativamente a gestão.	Ausência de normas internas; Descumprimento de leis, normas ou regulamentos; Outras.
Recursos Humanos	Deficiências oriundas de problemas de estrutura organizacional, qualificação do corpo técnico, deficiências de capacitação e gestão de recursos humanos.	Deficiências de qualificação e capacitação; Estrutura Organizacional Outras.
Tecnologia	Problemas que podem comprometer a disponibilidade, integridade e segurança da informação, inexistência ou deficiência de sistemas, equipamentos, controles e suporte aos empregados.	Inexistência ou deficiência de sistemas; Infraestrutura (equipamentos); Outras.
Infraestrutura	Deficiências na estrutura física (operacional e administrativa) e falta de equipamentos e mobiliário para suporte às atividades.	Operacional; Administrativa.

A seguir, são apresentados os gráficos que demonstram a distribuição das recomendações por tipo, categorias e subcategorias.

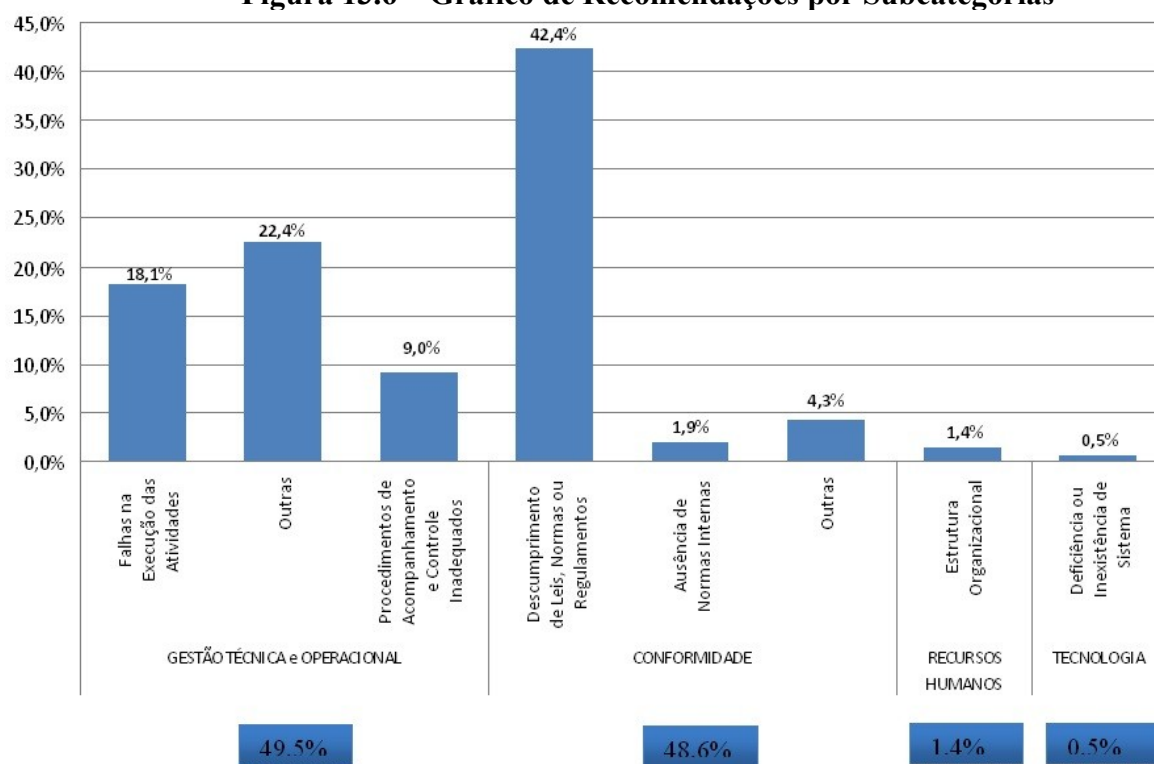
**Figura 13.4 – Gráfico de Quantidade de Recomendações por Tipo**



**Figura 13.5 – Gráfico de Quantidade de Recomendações por Categoria**



**Figura 13.6 – Gráfico de Recomendações por Subcategorias**



### **Acompanhamento dos Resultados Alcançados com a Implementação das Recomendações da Audin**

A avaliação quanto aos resultados obtidos com a implementação das recomendações da Audin é feita por ocasião de novas auditorias realizadas posteriormente, no mesmo objeto. Todavia, pretende-se que esta análise seja realizada em auditorias específicas de acompanhamento de forma segregada. Tal medida depende, entretanto, da adoção das ações de reestruturação da Audin (com crescimento quantitativo da equipe de auditores, inclusive) pleiteada à Alta Administração da Companhia por meio da Nota Técnica Audin n.º 16/2012.

## Resultados e Conclusões

As empresas públicas de um modo geral são criadas, para suprir as deficiências do mercado, naquilo que a empresa privada não tem interesse em atuar. Assim estabelece a Constituição Federal ao permitir que as empresas públicas dos entes estatais (municipais, estaduais e federais) possam atuar, com personalidade jurídica de direito privado, com o objetivo de ter a mesma flexibilidade de atuação, assim como a mesma rapidez exigida em razão das suas próprias atividades no mercado agrícola. Não há que se exigir de uma empresa pública um resultado financeiro positivo, como razão de ser da sua existência. Ela existe exatamente, para realizar algumas atividades que não são lucrativas e atrativas para a iniciativa privada.

A CONAB como um todo, em relação ao abastecimento alimentar, tem cuidado de produtos como arroz, feijão, milho, trigo, sisal, e outros, apesar deste Estado do Rio de Janeiro ter apenas o milho como produto agrícola que teve intervenção desta SUREG/RJ no mercado do Estado do Rio de Janeiro, sempre através da VEP, e voltada para os criadores de aves do Estado. Destaca-se que a intervenção do Governo Federal foi relevante em face da alta de preço do produto no mercado de milho no ano que passou.

O perfil do na produção avícola do Estado continua tendo uma demanda maior para o escoamento do milho, do que aquele quantitativo negociado para os programas de subvenção econômica do produto. Nota-se que as operações de VEP atenderam a três regiões do Estado.

Foram realizados no Estado do Rio de Janeiro 12 levantamentos de safra 2011/2012 para a intenção de plantio, com uma redução de 13 % da área de produção. Alguns fatores levaram a esse quadro, se considerarmos as condições do clima, as características topográficas e procedimentos agrícolas ultrapassados com a utilização elevada de mão-de-obra. Com isso o Rio de Janeiro é um Estado importador de grãos que tenham essa conotação.

A CONAB no Estado do Rio de Janeiro armazenou na sua totalidade produtos agrícolas, não só para atendimento dos programas sociais, como aqueles também provenientes da iniciativa privada, apesar de em pequena monta em relação à sua área armazenagem disponibilizada. A Unidade Armazenadora Lyra Tavares, localizada na cidade do Rio de Janeiro está, neste momento, impossibilitada de aumentar arrematar novos interessados na guarda de produtos, por estar, há anos, com uma enorme deficiência estrutural, e uma cobertura (telhado) inteiramente comprometida com o descaso da Administração Pública, que apesar de já ter completado o procedimento licitatório, inclusive com a homologação do vencedor, não conseguiu até esta data a disponibilização definitiva dos recursos orçamentários e financeiros, para o início dos trabalhos de recuperação.

Dentre os programas instituídos pela CONAB, temos no Rio de Janeiro o PAA um programa social de grande importância, que é executado pelos governos municipais, estaduais e pela CONAB, no âmbito federal, através dos instrumentos de Compra Direta, Formação de Estoques da Agricultura Familiar e Doação Simultânea.

O PAA, pela sua grandiosidade, é sem dúvida o programa mais importante desenvolvido no âmbito desta Superintendência Regional do Rio de Janeiro, por se tratar de um Estado que possui uma característica que se adequa perfeitamente ao espírito da sua criação. Apesar do Estado possuir uma boa malha rodoviária, nem todos os produtores têm condições de se utilizar dela, para comercializar os seus produtos.

Aqui está um exemplo, quando podemos verificar que os indicadores têm aumentado com o passar dos anos, de forma a significar que a presença da CONAB, como empresa pública, se torna cada vez mais necessária, por total desinteresse da iniciativa privada em açambarcar este mercado.

Além do PAA, a distribuição de cestas às famílias descendentes de quilombolas, indígenas,

acampados sem terra e todas as famílias atingidas por calamidades tem sido atendidas, na medida do possível, e da disponibilidade regional, sempre que assim se fez necessário.

A CONAB, em 2012, realizou doação regular de cestas de alimentos a diversos segmentos da sociedade, enriquecidas de arroz, feijão, farinha de mandioca, óleo, açúcar, macarrão, fubá e leite em pó, dentre outros. E uma doação eventual de farinha de mandioca do estoque do Ministério do Desenvolvimento Social, procedente do PAA.

Observamos que, apesar do esforço desta SUREG/RJ, a fiscalização pelo cumprimento das regras estabelecidas pelo Governo federal, através da CONAB, nos programas aqui implementados, ainda não atinge na sua totalidade o ideal desejado. Por esta razão temos os órgãos de fiscalização externa, como a CGU, tem-se manifestado, em suas auditorias, que os normativos da CONAB não conseguem implantar um rigoroso controle finalístico em suas ações, e, por isso, nos fazem frequentemente recomendações de alteração das normas que regem cada programa governamental, procedimento que refoge inteiramente à alçada desta Superintendência Regional.

O resultado de um trabalho realizado pela Controladoria Feral da União, em fiscalização realizada neste Estado do Rio de Janeiro, em 2012, foi considerado satisfatório, com a apresentação de algumas sugestões de melhoria nos mecanismos de controle da realização dos programas sociais, que, na verdade, independem de ações concretas desta SUREG/RJ, para modificá-los. Esta Superintendência Regional não é órgão normativo da empresa, e os auditores tiveram alguma dificuldade de entender este aspecto. Apesar disso, esta SUREG/RJ atendeu, na medida do possível, as recomendações daquele órgão, sempre com o objetivo de melhorar a nossa capacidade de manter um controle eficiente na concretização dos seus programas sociais.

Quanto ao sistema de armazenamento, esta SUREG/RJ possui uma única unidade nesta cidade do Rio de Janeiro, atendendo essencialmente aos interesses do Governo, com a estocagem de produtos que visam a suprir as necessidades dos seus programas institucionais. Saliente-se que tem sido atendido, sempre que possível, os pedidos de atendimento de produtos para suprir as calamidades públicas que têm atingido este Estado, além de ajuda humanitária internacional. Há que se destacar que a capacidade estática da rede armazenadora própria neste Estado possui, neste momento, uma perspectiva de instalação de uma Unidade Armazenadora de Grãos no município de Três Rios, com processo de licitação em plena execução. A UA-Lyra Tavares ainda não conseguiu a sua certificação, neste ano de 2012, por questões que ainda se encontram pendentes de atendimento, conforme descrito na análise feita no contexto do item 9.

O Governo Federal, através da CONAB, tem no Rio de Janeiro apenas dois armazéns numa única Unidade armazenadora, num universo que contempla 19 armazéns cadastrados, sendo 12, na região metropolitana. O índice de ocupação, em 2012, de 27,9 % da sua capacidade estática de 26.800 toneladas demonstra que, provavelmente a sua deficiente manutenção estrutural, apesar dos esforços excepcionais daqueles que lá trabalham, não atraem em nada a iniciativa privada. O UA-Lyra Tavares já de há muito vem necessitando de uma reforma geral, principalmente do seu telhado) inclusive para a segurança do pessoal que lá desenvolve suas atividades, mas pouca atenção tem tido por parte da própria CONAB, e dos órgãos responsáveis pela liberação de verbas orçamentárias e financeiras para que ela possa, nesta única Unidade, realizar a sua finalidade de bem atender o interesse público, em geral.

Apenas 0,8 % do previsto foi o índice utilizado pela CONAB para a recuperação da Rede Própria. A Fiscalização de Estoques esteve dentro das metas previstas e atingiu o seu objetivo. A execução financeira (despesas) para o Acompanhamento e Avaliação de Safra ficou aquém da meta prevista. Os gastos com despesas para pagamento do pessoal atingiram a 96,91 % da meta financeira prevista, numa realização, a nosso ver, de altíssima qualidade, e rara. Para a administração da Unidade Gestora foram despendidos 84,68 % do previsto. Um ótimo rendimento. A Assistência Médica por sua vez atingiu plenamente os seus objetivos, tendo realizado a quase totalidade do que lhe fora orçado. O acréscimo no Auxílio Transporte se deu pelo aumento do

número de usuários do sistema, advindos da Lei de Anistia (aumento de 12 %). No Auxílio à Alimentação houve um decréscimo em relação ao ano anterior. Na capacitação de Servidores, houve também treinamentos internos, sem custo para a empresa. No cumprimento de sentenças, houve uma realização orçamentária correspondente a cerca de 97% do previsto, numa escala de excelência. Para pagamento dos Depósitos Recursais é relevante destacar que a SUREG/RJ teve um gasto que representou 1,21 % do valor total em nível de Brasil.

Claro está que a função primordial da CONAB é atender aos interesses públicos, quando armazena produtos destinados a atender os programas sociais está em perfeita consonância com a sua finalidade institucional. É possível sempre buscar-se uma melhoria no desempenho dessas atividades, de forma a maximizar a sua atuação e minimizar as suas despesas, na busca de um equilíbrio entre a sua receita e os seus gastos operacionais, trabalho constante realizado pela Unidade da Superintendência Regional Rio de Janeiro.

Diante do contido no presente Relatório, pode-se concluir que a Superintendência Regional do Rio de Janeiro, da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab atuou no exercício de 2012, em consonância com os objetivos traçados para o período, observando os princípios e as regras que disciplinam os atos de gestão da Administração Pública Federal, atingindo a finalidade propugnada para os programas de governo.

As principais dificuldades encontradas para o pleno alcance das metas fixadas para o exercício, como já explicitado, decorreram da escassez crônica de recursos humanos decorrente da perda de servidores e da reposição insuficiente, assim como dos limites orçamentários para despesas, decisões estas que não estão na alçada dos gestores. Ações junto aos órgãos competentes, para mitigar tais obstáculos são tomadas sistematicamente por esta Controladoria.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2013.



## ANEXO I - Demonstrações Contábeis

## Quadro 12.4 - Balanço Patrimonial

<b>ATIVO</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>3.989.785.632,16</b>	<b>4.735.555.770,99</b>
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>1.062.948,21</b>	<b>1.060.620,29</b>
Aplicações Financeiras	1.062.948,21	1.060.620,29
<b>CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO</b>	<b>1.257.680.697,73</b>	<b>1.049.032.903,78</b>
<b>CRÉDITOS A RECEBER</b>	<b>836.574.305,27</b>	<b>751.495.446,69</b>
Devedores por Fornecimento	129.213.729,66	56.500.746,34
Créditos Tributários	254.355.142,72	241.839.835,13
Recursos a Receber	294.015.714,76	255.652.866,06
Créditos Diversos a Receber	158.989.718,13	197.501.999,16
<b>DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES</b>	<b>415.358.599,17</b>	<b>292.645.279,10</b>
Entidades Devedoras	14.332.120,28	9.357.615,19
Créditos Parcelados	300.036,20	333.691,76
Recursos da União	400.726.442,69	282.953.972,15
<b>ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS</b>	<b>5.747.793,29</b>	<b>4.892.177,99</b>
Adiantamentos a Pessoal	5.747.472,44	4.891.922,99
Adiantamento - Suprimento de Fundos	320,85	255,00
<b>BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO</b>	<b>2.730.990.524,25</b>	<b>3.685.418.718,01</b>
Estoques para Alienação	2.115.377.882,56	3.198.418.642,31
Estoques de Distribuição	238.923,69	833.496,89
Estoques Internos - Almoarifado	2.131.162,27	2.361.623,43
Títulos e Valores em Circulação	726.894,10	297.510,99
Materiais em Trânsito	14.012.129,18	10.953.770,27
Compra Antecipada - Entrega Futura	598.503.532,45	472.553.674,12
<b>VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO</b>	<b>51.461,97</b>	<b>43.528,91</b>
Valores Pendentes	51.461,97	43.528,91
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>690.052.429,58</b>	<b>573.912.136,02</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>440.680.922,16</b>	<b>317.083.667,52</b>
<b>DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>138.972.505,18</b>	<b>131.473.814,53</b>
Recursos Vinculados	138.972.505,18	131.473.814,53
<b>CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>301.708.416,98</b>	<b>185.609.852,99</b>
Devedores - Entidades e Agentes	859.260,58	18.009.747,77
Créditos Diversos a Receber	300.849.156,40	167.600.105,22
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>78.259.470,34</b>	<b>80.222.308,20</b>
Participações Societárias	27.803.290,88	27.803.290,88
Outros Investimentos	50.456.179,46	52.419.017,32
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>171.051.777,13</b>	<b>176.527.368,99</b>
Bens Imóveis	291.652.350,92	283.851.400,50
Bens Móveis	81.451.507,83	78.406.481,55
Depreciações	(202.052.081,62)	(185.730.513,06)
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>60.259,95</b>	<b>78.791,31</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.679.838.061,74</b>	<b>5.309.467.907,01</b>

<b>PASSIVO</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>4.273.054.852,68</b>	<b>4.952.025.232,72</b>
<b>DEPÓSITOS</b>	<b>51.147.069,88</b>	<b>117.196.011,03</b>
<b>CONSIGNAÇÕES</b>	<b>3.011.624,79</b>	<b>2.085.251,58</b>
Pensão Alimentícia	0,00	7.857,41
Planos de Seguros	204.020,81	171.862,58
Empréstimos	434.452,25	318.626,29
Outros Tributos e Consignações	2.373.151,73	1.586.905,30
<b>RECURSOS DA UNIÃO</b>	<b>20.586.329,15</b>	<b>17.168.338,92</b>
Recursos Fiscais	8.101.192,65	3.992.906,67
Recursos Previdenciários	12.485.136,50	13.175.432,25

<b>DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS</b>	<b>27.549.115,94</b>	<b>97.942.420,53</b>
<b>OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO</b>	<b>4.221.907.782,80</b>	<b>4.834.829.221,69</b>
<b>OBRIGAÇÕES A PAGAR</b>	<b>208.872.496,53</b>	<b>177.842.494,99</b>
Fornecedores	86.641.055,71	141.725.112,72
Pessoal a Pagar	516.919,24	23.155,73
Encargos Sociais a Recolher	1.215.411,52	1.081.527,22
Obrigações Tributárias	35.080,16	5.514.065,85
Débitos Diversos a Pagar	103.952.529,90	22.014.777,50
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	16.511.500,00	7.483.855,97
<b>PROVISÕES</b>	<b>234.073.968,59</b>	<b>242.630.604,68</b>
Provisão para Férias	34.855.212,97	28.907.028,79
ICMS s/Mercadorias para Revenda	360.985,37	948.502,50
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	129.702.306,05	142.621.396,31
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Provisão p/IRPJ e CSLL	373.022,36	3.631.971,12
Provisão para o PIS/PASEP	33.268,41	0,00
Encargos Sociais sobre Provisões	13.029.501,44	10.802.033,97
<b>CREDORES - ENTIDADES E AGENTES</b>	<b>848.230.145,43</b>	<b>617.049.103,45</b>
Entidades Credoras	848.230.145,43	617.049.103,45
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>2.910.549.179,90</b>	<b>3.790.672.956,65</b>
Operações Especiais	2.910.549.179,90	3.790.672.956,65
<b>ADIANTAMENTOS RECEBIDOS</b>	<b>20.119.426,21</b>	<b>6.606.203,92</b>
Adiantamentos de Clientes	20.119.426,21	6.606.203,92
<b>VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS</b>	<b>38.207,12</b>	<b>3.899,48</b>
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>24.359,02</b>	<b>23.958,52</b>
<b>PASSIVO NÃO - CIRCULANTE</b>	<b>1.639.318,35</b>	<b>18.228.235,37</b>
<b>DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>69.420,00</b>	<b>69.420,00</b>
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
<b>OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>1.569.898,35</b>	<b>18.158.815,37</b>
<b>OBRIGAÇÕES A PAGAR</b>	<b>1.569.898,35</b>	<b>18.158.815,37</b>
Entidades de Previdência Complementar	609.143,54	17.628.171,34
Entidades Federais	960.754,81	530.644,03
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>405.143.890,71</b>	<b>339.214.438,92</b>
Capital	302.801.001,74	223.180.498,85
<b>RESERVAS</b>	<b>102.342.888,97</b>	<b>92.323.612,21</b>
Reservas de Capital	0,00	26.544.719,04
Reservas de Lucros	102.342.888,97	65.778.893,17
<b>LUCROS A DESTINAR</b>	<b>0,00</b>	<b>23.710.327,86</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.679.838.061,74</b>	<b>5.309.467.907,01</b>

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS  
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO  
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA  
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO  
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

**Quadro 12.5 - Demonstração dos Fluxos de Caixa**

DESCRIÇÃO	2012	2011
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	69.894.883,89	35.142.943,63
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	(66.444.651,42)	(16.445.192,33)
Depreciações e Amortizações	16.340.099,92	16.748.494,11
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(167.449.753,47)	(47.196.622,59)
Redução (Aumento) nos Créditos Tributários	(14.576.303,05)	49.251.717,85
Redução (Aumento) nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(38.362.848,70)	(166.221.687,16)
Aumento nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	(122.151.749,90)	(173.023.690,24)
Aumento em Pessoal e Encargos	(193.659,85)	(320.418,61)
Redução nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00	0,00
Aumento nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(7.933,06)	(19.450,94)
Redução nos Empréstimos - Estoques Públicos	74.304.417,01	65.743.977,21
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	27.780.469,10	108.441.168,54
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	(70.393.304,59)	86.253.330,61
Aumento nos Dividendos a Pagar	0,00	0,00
Aumento (Redução) nas Provisões	(8.929.658,45)	(4.405.658,85)
Aumento nas Entidades Credoras	231.181.041,98	67.826.769,11
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	13.513.222,29	(8.797.876,80)
Aumento nos Recursos Vinculados	(7.498.690,65)	(10.725.244,57)
Redução nas Operações de Crédito Externa	0	0
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>3.450.232,47</b>	<b>18.697.751,30</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Desincorporação de Outros Investimentos	1.962.837,86	40.532,10
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(10.845.976,70)	(13.174.796,93)
Compras de Imobilizado	0	0
Recebimentos por Vendas de Ativos Permanentes	0	0
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(8.883.138,84)</b>	<b>(13.134.264,83)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Transferência p/Aumento de Capital	0	0
Reserva Legal	0,00	0,00
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	(16.511.500,00)	(7.483.855,97)
Aumento de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	9.027.644,03	5.044.603,76
Outras Reservas de Capital	0,00	0,00
Resultado de Exercício Anterior	12.919.090,26	0,00
Lucros a Destinar do Exercício	0,00	0,00
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	0,00	(3.036.040,38)
Pagamentos de Empréstimos	0	0
Juros Pagos por Empréstimos	0	0
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>5.435.234,29</b>	<b>(5.475.292,59)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.327,92</b>	<b>88.193,88</b>
<b>VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>2.327,92</b>	<b>88.193,88</b>
No Início do Exercício	1.060.620,29	972.426,41
No Final do Exercício	1.062.948,21	1.060.620,29

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS  
Presidente

MARCELO DE ARAÚJO MELO  
Diretor de Operações e Abastecimento

SILVIO ISOPO PORTO  
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOÃO CARLOS BONA GARCIA  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA  
Diretor de Gestão de Pessoas

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

**Quadro 12.6 - Demonstração do Resultado do Exercício**

<b>DETALHAMENTO</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	1.161.925.365,90	1.512.002.937,51
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS	1.143.777.023,65	1.485.458.349,46
Vendas Estoques Estratégicos	709.832.816,18	1.045.067.566,87
Vendas Estoques Reguladores-PGPM	433.908.271,75	438.978.418,25
Vendas Abastecimento Social	131,98	3.345,00
Vendas Atacado e Outros	55.487,57	371.148,25
Adição a Receita de Vendas	-19.683,83	1.037.871,09
RECEITA DE SERVIÇOS	18.148.342,25	26.544.588,05
Serviços de Armazenagem	18.101.716,25	26.544.588,05
Outros Serviços	46.626,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS	24.073.328,76	51.072.109,48
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	1.137.852.037,14	1.460.930.828,03
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	1.788.252.026,05	1.802.447.120,83
CMV - Estoques Estratégicos	1.183.327.565,45	1.319.306.324,76
CMV - Estoques Reguladores - PGPM	604.378.143,98	481.717.944,83
CMV - Atacado e Outros	546.316,62	1.422.851,24
ARREDONDAMENTOS	-9.920,43	32.070,11
EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	-696.840.007,96	-554.555.037,22
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	46.449.939,48	213.006.674,31
(-)DESPESAS OPERACIONAIS	764.468.149,53	717.158.725,56
(-)DESPESAS DE PESSOAL	509.924.223,30	413.343.157,13
Vencimentos e Vantagens Fixas	332.652.424,04	276.891.485,50
Obrigações Patronais	126.840.878,84	103.612.351,72
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	28.349.997,41	16.245.384,43
Sentenças Judiciais e Depósitos Compulsórios	22.080.923,01	16.593.935,48
(-)DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	254.543.926,23	303.815.568,43
Despesas/Receitas Financeiras	346.700,78	118.982,68
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	28.586.805,52	28.990.855,03
Transferências ao Exterior	6.084.264,14	3.218.477,00
Material de Consumo	9.810.860,28	41.494.679,08
Diárias - Pessoal Civil	8.056.470,40	5.820.317,04
Passagens e Despesas com Locomoção	3.611.585,46	2.201.320,55
Serviços de Consultoria	16.050,00	1.200,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.652.212,98	2.375.404,13
Locação de Mão-de-Obra	19.417.652,25	18.151.435,12
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	96.070.236,48	95.088.211,61
Obrigações Tributárias e Contributivas	34.519.289,44	68.490.307,90
Aquisições de Bens para Revenda	0,00	39.508,41
Outras Despesas Operacionais	45.371.798,49	37.824.869,88
(+)RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	726.199.545,59	530.120.796,49
Transferências Financeiras	622.661.615,28	426.349.899,66
Multas e Encargos de Outras Origens	2.842.321,40	3.859.028,14
Indenizações e Restituições	89.216.674,18	91.201.398,09
Receitas Imobiliárias	5.472.456,95	5.265.428,31
Receitas de Valores Mobiliários	7.620,65	13.525,42
Receitas Diversas	5.998.857,13	3.431.516,87
(-) MOVIMENTAÇÃO INTERNA	0,00	-188.982,97
RESULTADO OPERACIONAL	8.181.335,54	26.157.728,21
OUTROS RESULTADOS	61.713.548,34	8.985.215,42
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS	62.382.929,49	8.441.523,58
Alienação de Bens Móveis	-528.318,27	-195.251,94
Alienação de Bens Imóveis	62.021.722,58	8.328.321,75
Depreciação - Reversão	889.525,18	308.453,77

DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	669.381,15	-543.691,84
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	69.894.883,88	35.142.943,63
Provisão para Imposto de Renda	270.890,59	2.651.679,50
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	102.131,77	980.291,62
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>69.521.861,52</b>	<b>31.510.972,51</b>
<b>LUCRO POR AÇÃO</b>	<b>37,38</b>	<b>16,94</b>

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS  
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO  
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA  
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO  
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

### Quadro 12.7 - Demonstração do Valor Adicionado

DESCRIÇÃO	2012	%	2011	%
<b>1. RECEITAS</b>	<b>1.223.638.914,24</b>	<b>175,98</b>	<b>1.520.987.917,36</b>	<b>244,72</b>
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.161.925.365,90	167,11	1.512.002.701,94	243,27
1.2 - Outros Resultados	61.713.548,34	8,88	8.985.215,42	1,45
<b>2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>1.237.000.179,82</b>	<b>177,90</b>	<b>1.412.640.897,96</b>	<b>227,29</b>
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	1.092.608.112,80	157,14	1.250.111.215,84	201,14
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	144.392.067,02	20,77	162.529.682,12	26,15
<b>3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>	<b>-13.361.265,58</b>	<b>-1,92</b>	<b>108.347.019,40</b>	<b>17,43</b>
<b>4. RETENÇÕES</b>	<b>17.608.598,02</b>	<b>2,53</b>	<b>17.050.037,05</b>	<b>2,74</b>
4.1 - Depreciação	17.608.598,02	2,53	17.050.037,05	2,74
<b>5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)</b>	<b>-30.969.863,60</b>	<b>-4,45</b>	<b>91.296.982,35</b>	<b>14,69</b>
<b>6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSF</b>	<b>726.295.187,03</b>	<b>104,45</b>	<b>530.230.886,20</b>	<b>85,31</b>
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	726.295.187,03	104,45	530.230.886,20	85,31
<b>7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)</b>	<b>695.325.323,43</b>	<b>100,00</b>	<b>621.527.868,55</b>	<b>100,00</b>
<b>8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>695.325.323,43</b>	<b>100,00</b>	<b>621.527.868,55</b>	<b>100,00</b>
8.1 - Pessoal e Encargos	564.854.207,35	81,24	466.503.587,64	75,06
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	58.103.893,70	8,36	117.452.488,38	18,90
8.3 - Juros e Aluguéis	2.472.338,49	0,36	2.428.848,90	0,39
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	69.894.883,89	10,05	35.142.943,63	5,65
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	270.890,59	0,04	2.651.679,50	0,43
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	102.131,77	0,01	980.291,62	0,16
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	69.521.861,53	10,00	31.510.972,51	5,07
8.8 - Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	16.511.500,00	2,37	7.483.855,97	0,01
8.9 - Destinação para Reserva Legal	3.476.093,08	0,50	1.575.548,63	0,00
8.10 - Lucros Retidos	49.534.268,45	7,12	22.451.567,91	3,61

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS  
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO  
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA  
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO  
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

**Quadro 12.8 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

DISCRIMINAÇÃO	RESERVAS DE CAPITAL				RESERVAS DE LUCROS			Patrimônio Líquido
	Capital realizado	Correção Monet do Capital	Transf p/ aumento de Capital	Outras reservas de Capital	Reserva legal	Reservas de Retenção do Lucro	Lucros Acumulados	
<b>SALDO EM 01/01/2011</b>	<b>223.180.498,85</b>	<b>25.373.084,13</b>	<b>443.496,71</b>	<b>728.138,20</b>	<b>12.386.320,64</b>	<b>11.570.455,95</b>	<b>44.541.368,28</b>	<b>318.223.362,76</b>
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						40.246.567,95	-40.246.567,95	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							-3.036.040,38	-3.036.040,38
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							31.510.972,51	0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO								22.451.567,91
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					1.575.548,63		-1.575.548,63	1.575.548,63
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-7.483.855,97	0,00
<b>SALDO EM 31/12/2011</b>	<b>223.180.498,85</b>	<b>25.373.084,13</b>	<b>443.496,71</b>	<b>728.138,20</b>	<b>13.961.869,27</b>	<b>51.817.023,90</b>	<b>23.710.327,86</b>	<b>339.214.438,92</b>
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	79.620.502,89							0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERC ANT							-23.710.327,86	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES								12.919.090,26
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							69.521.861,53	0,00
RES. DE CORREÇÃO MONET.DO CAPITAL		-25.373.084,13						0,00
RES. DE TRANSF.P/AUM.DE CAPITAL			-443.496,71					0,00
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL				-728.138,20				0,00
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						32.000.160,89	-49.534.268,45	49.534.268,45
CONSTITUIÇÃO DA RESERVA					4.563.834,91		-3.476.093,08	3.476.093,08
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO							-16.511.500,00	0,00
<b>SALDO EM 31/12/2012</b>	<b>302.801.001,74</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>18.525.704,18</b>	<b>83.817.184,79</b>	<b>0,00</b>	<b>405.143.890,71</b>

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS  
Presidente

MARCELO DE ARAÚJO MELO  
Diretor de Operações e Abastecimento

SILVIO ISOPO PORTO  
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOÃO CARLOS BONA GARCIA  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA  
Diretor de Gestão de Pessoas

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

## Composição Acionária do Capital Social

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 302.801.001,74 (trezentos e dois milhões, oitocentos e um mil, um real e setenta e quatro centavos), dividido em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

**José Carlos de Andrade**  
Superintendência de Contabilidade  
Superintendente  
Contador CRC/DF 005969/0-5

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

### Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	13	Endividamento
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	14	Depósitos de Diversas Origens
03	Alterações na Legislação Societária	15	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	16	Operações de Crédito
05	Créditos Tributários	17	Provisão para IRPJ e CSLL
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	18	Juros Sobre Capital Próprio
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	19	Resultado do Exercício
08	Devedores por Fornecimento	20	Patrimônio Líquido
09	Contas a Receber	21	Diversos Responsáveis em Apuração
10	Devedores – Entidades e Agentes	22	Benefícios Concedidos aos Empregados
11	Recursos Vinculados	23	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
12	Bens de Estoques	24	Termos de Cooperação Técnica

### Nota 1 – Contexto Operacional

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas (Matriz e 25 Superintendências Regionais) e unidades operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores, destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

### Nota 2 – Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, na Lei 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU nº 124/2012, a Matriz e as Superintendências Regionais nos Estados do Amapá, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Tocantins, apresentam Processos de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

### **Nota 3 – Alterações na Legislação Societária**

As Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*Internacional Accounting Standards Board (IASB)*”.

### **Nota 4 – Resumo das principais Práticas Contábeis**

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

**a) *Equivalente de Caixa:*** Refere-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

**b) *Créditos a Receber:*** As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

**c) *Estoques Públicos:*** A formação e manutenção de Estoques Públicos são executadas através do orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

**c.1) *Demais Estoques:*** Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

**c.2) *Valor Presente dos Estoques:*** Em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias para alienação, foram comparados pela tabela de Cálculo da Sobretaxa da Conab, da 2ª quinzena de dezembro de 2012, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente dos estoques públicos sob a guarda da Conab, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.



**d) Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem:** Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica.

**e) Almojarifado:** Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

**f) Investimentos:** Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$8.047 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

**g) Seguros:** A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

**h) Imobilizado:** Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa nº 162/98.

**i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”):** No exercício de 2012, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

**j) Benefícios a Empregados:** O plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença.

**k) Ajustes de Exercícios Anteriores:** Os ajustes de exercícios anteriores, na forma definida na Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2012, totalizaram R\$12.920 mil, e foram provenientes das baixas de provisão para contingências, dos valores relativos a liquidações de sentenças trabalhistas, ocorridas nos exercícios de 2010 e 2011.

#### **l) Reconhecimento da Receita:**

**l.1) Apuração do Resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

**l.2) Diferimento de Receitas:** O diferimento de receitas não realizadas, no montante de R\$17.957 mil, é decorrente dos registros de multas contratuais, em razão do elevado grau de insegurança do efetivo recebimento.

**m) Provisões para Contingências:** Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, o valor de R\$129.702 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas; a respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei nº 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº

11.941/2009 e em conformidade com a NPC/IBRACON n.º 22 e CPC n.º 23; no exercício de 2012, após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica, entendeu-se não haver necessidade de complementar a respectiva Provisão, por ser ela suficiente para cobrir as possíveis liquidações de sentenças que ocorrerem.

**n) Regime de Tributação:** Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

## Nota 5 – Créditos Tributários

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
ICMS a Compensar	254.178	241.699
IRRF a Compensar	56	36
Contribuições Outros Impostos	121	105
<b>Total de Créditos Tributários Circulante</b>	<b>254.355</b>	<b>241.840</b>

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

## Nota 6 – Limite de saque com vinculação de pagamento

O montante de R\$294.016 mil, refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2013, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.

## Nota 7 – Recursos a Receber do Tesouro Nacional

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$221.547 mil, que contempla o saldo de Recursos a Receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em Restos a Pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$27.117 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados em 2012, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, custeio e aquisições de produtos da agricultura familiar, contratadas, a pagar no exercício seguinte;
- R\$28.342 mil: referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2012, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);
- R\$155.892 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques

públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2013;

- R\$6.160 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0178, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte;
- R\$4.036 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0388, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.25.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”.

### Nota 8 – Devedores por Fornecimento

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$129.214 mil, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, cuja baixa é processada na ocasião do retorno deles.

### Nota 9 – Contas a Receber

O total de R\$459.658 mil, representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e Longo Prazo, compostos por créditos de Alienações de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde – SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros.

Os créditos a receber em cobrança na justiça e ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA nº 038/2004 e estão assim demonstrados:

#### a) Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Créditos por Alienação de Bens	8.358	4.081
Créditos por Cessão de Pessoal	316	743
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores	14.827	12.497
Créditos por Infrações Legal/Contratual	135.489	180.181
<b>Subtotal – Circulante</b>	<b>158.990</b>	<b>197.502</b>

Em R\$ mil

#### b) Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Descrição	Exercício
-----------	-----------

Em R\$ mil

	2012	2011
Créditos por Alienação de Bens	56.387	7.546
Títulos a Receber	15.298	30.188
Outros Créditos	975	635
Créditos a Receber em Poder da Justiça	46.310	129.051
Créditos a Receber Pend. de Decisão Judicial	158.006	0,00
Créditos por Infrações Legal/Contratual	23.692	180.181
Subtotal – Não Circulante	300.668	167.420
<b>Total – (Circulante + Não Circulante)</b>	<b>459.658</b>	<b>364.922</b>

### Nota 10 – Devedores - Entidades e Agentes

Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato e Termo Aditivo nº 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, que tratam das joias pelas entradas dos empregados das empresas fusionadas COBAL e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim demonstrados:

#### a) Devedores - Entidades e Agentes - Circulante

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Entidades Devedoras - Federais	14.332	9.358
Créditos Parcelados	300	334
Recursos da União - Equalização	400.726	282.954
<b>Total – Circulante</b>	<b>415.358</b>	<b>292.646</b>

Em R\$ mil

#### b) Devedores - Entidades e Agentes - Não Circulante

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Entidades Federais	609	17.628
Créditos Parcelados	188	307
Créditos a Recuperar	62	75
<b>Total – Não Circulante</b>	<b>859</b>	<b>18.010</b>

Em R\$ mil

### Nota 11 – Recursos Vinculados

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R\$138.972 mil.

### Nota 12 – Bens de Estoques

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da

Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O total de R\$598.503 mil representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 e 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2012; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420/06, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Estoques de Mercadorias	2.115.378	3.198.419
Estoques de Almoxarifado	2.858	2.659
Materiais em Trânsito	14.012	10.954
Compra Antecipada - CPR	598.503	472.554
Estoques de Distribuição	239	833
<b>Total</b>	<b>2.730.990</b>	<b>3.685.419</b>

Em R\$ mil

### a) Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2012, as equalizações totalizaram R\$696.840 mil.

### Nota 13 – Endividamento

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do

endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2012, as obrigações circulantes, totalizavam R\$4.273.055 mil.

#### Nota 14 – Depósitos de Diversas Origens

Estão representados pelo montante de R\$27.549 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções, relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e Outros.

#### Nota 15 – Contingências, Compromissos e Responsabilidades

##### *Passivo Contingente – Provável*

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

- *Trabalhistas*: Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.
- *Tributárias*: Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.
- *Cíveis*: Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os Planos Econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.

As Contingências Passivas – Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo com os itens 10, 11, 18 e 28, do Pronunciamento do IBRACON NPC N° 22, aprovado pela Deliberação CMV n° 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:

Descrição	Em R\$ mil			
	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	48.603	66.445	110.195	212.373
Trabalhista	326.408	348.328	323.877	350.788
Tributária	8.021	8.052	16.346	16.346
<b>Total</b>	<b>383.032</b>	<b>422.825</b>	<b>450.418</b>	<b>579.507</b>

##### *Passivo Contingente – Possível*

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidade de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas – Prováveis. São compostas das seguintes ações:

- *Cíveis*: São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.
- *Trabalhistas*: São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei n.º 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, indenizações por

danos morais e materiais, desvios de funções e outros.

- *Tributárias*: São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais.

#### As ações estão assim demonstradas:

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	12.130	118.234	15.481	131.747
Trabalhista	48.603	115.478	64.350	111.007
Tributária	75.186	108.621	21.821	108.892
<b>Total</b>	<b>135.919</b>	<b>342.333</b>	<b>101.652</b>	<b>351.646</b>

Em R\$ mil

#### Ativo Contingente – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

- *Cível*: Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.
- *Trabalhista*: Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.
- *Tributária*: Visando restituições de indébitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03/10/2005.

#### As ações estão assim demonstradas:

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2012	2011	2012	2011
Cível	124.475	66.446	96.237	210.756
Trabalhista	8.429	348.328	7.089	350.768
Tributária	8.052	8.052	18.346	18.346
<b>Total</b>	<b>140.956</b>	<b>422.826</b>	<b>121.672</b>	<b>579.870</b>

Em R\$ mil

#### Nota 16 – Operações de Crédito

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2012, corresponde a R\$2.910.549 mil.

#### Nota 17 – Provisão para IRPJ e CSLL

As provisões relativas ao 4º trimestre do exercício findo em 31/12/2012, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevalentes, no valor de R\$271 mil e R\$102 mil, respectivamente.

#### Nota 18 – Juros sobre Capital Próprio

Neste exercício, nos termos dos artigos 192 e 202 da Lei nº 6.404/76, do art.9º da Lei nº 9.249, de 26/12/1995 e em face da previsibilidade contida no art. 28 § 3º do Estatuto Social, a Conab está distribuindo a título de juros sobre o capital próprio, a importância de R\$16.512 mil, imputados ao total dos dividendos devidos.

### Nota 19 – Resultado do Exercício

O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representada com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2012, a Companhia apurou o lucro de R\$69.895 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$69.522 mil.

### Nota 20 – Patrimônio Líquido

*a) Capital Social:* O Capital Social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

*b) Reserva Legal:* Com base no parecer nº 1.113/STN/COPAR/GEAFE, de 20/09/2011, foi efetuado o complemento da Reserva Legal apurada sobre o resultado do exercício de 2009, no valor de R\$1.088 mil. Sobre o lucro líquido auferido no exercício de 2012, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, foi constituída a Reserva Legal no valor de R\$3.476 mil.

*c) Reserva de Retenção do Lucro:* Em 31 de dezembro de 2012, foi constituída a reserva de retenção do lucro, no valor de R\$49.534 mil, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

### Nota 21 – Diversos Responsáveis em Apuração

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para as contas Débitos de Terceiros em Prestação de Serviços e Responsáveis por Danos ou Perdas, onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques de milho e feijão em sua maioria nos estados de Mato Grosso e Paraná, e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás. No exercício de 2012, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições nas rubricas “1.9.9.1.3.04.00 – Débitos de Terceiros em Prest. de Serviços e “1.9.9.1.3.05.00 - Responsáveis por Danos ou Perdas”, o saldo do grupo aumentou para R\$61.637 mil.

Em R\$ mil	
Exercício	Saldo
2011	34.997
2012	61.637

### Nota 22 – Benefícios concedidos aos Empregados



### **a) Plano de Previdência Complementar**

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2012 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2012, foram amortizadas 225, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contratos de Serviços nos exercícios de 2011 e 2012, respectivamente, foi de R\$26.986 mil e R\$14.941 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

### **b) Serviço de Assistência à Saúde – SAS**

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, Código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2011/2012, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2012, a Conab gastou com o SAS, o montante de R\$26.340 mil, beneficiando 4.452 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2012, referente à participação financeira dos empregados é de R\$15.137 mil

**Nota 23 – Remuneração e Salários médios dos Dirigentes e Empregados**

De acordo com a Resolução Nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2012 e 2011, as remunerações dos dirigentes e empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

Remunerações	Exercício	
	2012	2011
Maior Remuneração Dirigente	23.945,89	23.884,29
Menor Remuneração Dirigente	23.945,89	23.884,29
Maior Remuneração Empregado	27.220,73	25.170,39
Menor Remuneração Empregado	1.131,31	884,31

Salários Médios	Exercício	
	2012	2011
Dirigentes	23.945,89	23.884,29
Empregados	3.150,45	2.642,62

**Nota 24 – Termos de Cooperação Técnica****a) Programa de Revitalização – PNUD**

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; b) modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); c) aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); d) estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis; e e) promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2011 e 2012, foram executadas com recursos próprios da Conab, da Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ e Coordenação Geral de Orçamento e Finanças/MAPA e os recursos repassados estão assim demonstrados:

Descrição	Exercícios	
	2012	2011
Repasso – Recursos Próprios	4.369	2.420
Repasso – Recursos FUNCAFÉ/MAPA	1.243	798
Repasso – Coord.-Geral de Orç. Fin. /MAPA	472	0
<b>Total de Repasses</b>	<b>6.084</b>	<b>3.218</b>

Em R\$ mil

**b) Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.180 municípios e 128.804 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 297 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos nº 6.447, de 07/05/2008 e nº 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$666.083 mil no ano de 2012.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2012.

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS  
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO  
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA  
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO  
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53